

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FRANCINETE LOUSEIRO DE ALMEIDA

**“... DAQUI NÃO ENTREGAREMOS O CARGO DE GOVERNADOR À FILHA DA
MAIS VELHA OLIGARQUIA DESSE PAÍS”**: Mídia e Democracia na posse da
Governadora Roseana Sarney

Rio de Janeiro – Niterói
2011

FRANCINETE LOUSEIRO DE ALMEIDA

**“... DAQUI NÃO ENTREGAREMOS O CARGO DE GOVERNADOR À FILHA DA
MAIS VELHA OLIGARQUIA DESSE PAÍS”**: Mídia e Democracia na posse da
Governadora Roseana Sarney

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque

FRANCINETE LOUSEIRO DE ALMEIDA

**“... DAQUI NÃO ENTREGAREMOS O CARGO DE GOVERNADOR À FILHA DA
MAIS VELHA OLIGARQUIA DESSE PAÍS”**: Mídia e Democracia na posse da
Governadora Roseana Sarney

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Comunicação da Universidade
Federal Fluminense como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque (Orientador)
Professor da Universidade Federal Fluminense

Prof.Dr. Marco Roxo
Professor da Universidade Federal Fluminense

Prof.Dr. Francisco Gonçalves da Conceição
Professor da Universidade Federal do Maranhão

Ao meu pai, Jorge Ribeiro de Almeida, *in*
memoria, pela confiança, amor e respeito
dedicados a mim.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, sempre meu louvor e meu agradecimento, pelo sopro de vida que me concedeu, pelo dom do eterno amor e pela capacidade do conhecimento.

À gordinha mais linda deste mundo, minha mãe Maria Antonia, por amar, acreditar, confiar, cuidar e até muitas vezes mimar. Amo-te mãe.

À minha irmã, Francinara de Almeida Brasil, pela certeza do apoio, do carinho e do amor.

À minha avó, Conceição Souza, por ser essa matriarca de fibra que até hoje me inspira.

À minha irmã, Danielle Nogueira, pela confiança, respeito e amor.

Ao meu anjo, Dynan Melo Junior, o porquê do agradecimento só ele mesmo sabe e entende.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Afonso Albuquerque, pela dedicação nas revisões dos textos, o apoio e incentivo nas horas difíceis e pela confiança. Espero poder contar com você sempre na minha vida de pesquisadora, pois sua segurança me deixou tranqüila em muitos momentos.

Ao coordenador operacional deste MINTER, Prof. Dr. Ferreira Junior, por desde o início ter confiado em mim.

Ao coordenador acadêmico do MINTER, Prof. Dr. Fernando Resende, pela amizade que desenvolvemos neste curso e por saber que agora tenho um amigo muito especial.

Ao Prof. Dr. Marco Roxo pelas conversas animadoras no período que eu estava na UFF- Niterói e pelas sugestões na qualificação.

Ao Prof. Dr. Francisco Gonçalves, da Universidade Federal do Maranhão, por aceitar a participação em minha banca de defesa

Aos amigos, Artur e Margareth, pelo carinho e apoio de sempre. Minha família em Cristo Jesus.

À mala mor que tenho que carregar, Lucy Ana (Petoca), por muitas vezes me ouvir e aturar os meus stresses, obrigada amiga querida.

Às irmãs Bruna Roxanne e Joise Dayana, pela amizade e carinho de ambas.

Aos meus parentes que moram no Rio de Janeiro (são muitos) pelo apoio enquanto estive nesta cidade.

Aos parentes que moram em São Luís, por saber que estavam sempre orando pelo meu sucesso.

À amiga, eterna professora e conselheira, Josefa Bentivi, pessoa da qual tenho o maior respeito e afeto, e fiquei feliz por tê-la como amiga de quarto e de turma.

Aos amigos de turma do MINTER, em especial Profa. Ana Leila e Profa. Nilma Regina, pelos momentos de alegria e sufoco que passamos juntas.

Ao Reitor da Universidade Federal do Maranhão, Prof. Dr. Natalino Salgado, pelo apoio acadêmico.

A Professora Ms. Ester Marques, Assessora de Comunicação da UFMA e amiga, acima de tudo. Obrigada pelo carinho, pelo colo e pelo apoio

A todos os amigos que eu conquistei no Núcleo de Relações Públicas e Cerimonial, seja aqueles que ainda estão, ou mesmo aqueles que já se foram (mas que sempre estarão no meu coração), e em especial Haphisa Kashemira, pelo companheirismo, pela força e apoio nas minhas ausências.

Ao futuro bibliotecário Raniere Nunes, responsável pela normalização deste trabalho e um amigo virtual que se tornou amigo real.

Às companheiras de orientador, Pâmela Pinto e Ariane Holsbach, pelas inspirações que recebi lendo as suas dissertações.

Às amigas que conquistei quando estive morando no Rio de Janeiro, Ivonete Lopes e Lígia Teixeira pelo companheirismo e pelos risos que trocamos juntas algumas vezes.

À Silvinha, secretária do PPGCOM – UFF, pelas vezes que quebrou meus galhos e pelas nossas conversas.

Ao Prof. Kléber Mendonça, a Flora Daemon, Isac, Izabel e Bia, pessoas que conheci no Programa de Pós – Graduação em Comunicação da UFF e que pretendo levar para sempre em meu coração.

“Cada ritual tem um modelo divino, um arquétipo; este fato é suficientemente conhecido por nós, para que possamos nos restringir ao uso de alguns exemplos apenas... O Sábado judeu-cristão também é uma *imitatio dei*. O descanso sabatino reproduz o gesto primordial do Senhor, pois foi no sétimo dia da criação que Deus... ‘descansou depois de toda a sua obra de Criação’ (Genesis 2:2). A mensagem do Salvador é, antes de mais nada, um exemplo que exige imitação.”

Mircea Eliade

RESUMO

Esta pesquisa faz um estudo sobre o comportamento da mídia diante de um fato conflituoso - a posse da governadora Roseana Sarney - questionando o significado da Democracia exercida em nosso país. Analisa e destaca como objeto de pesquisa, o ritual dessa posse, que ocorre em seguida à cassação do então governador Jackson Lago, eleito pelo voto popular e cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, acusado de abuso do poder político nas eleições de 2006. Nesse contexto, faz uma avaliação sobre a formação de grupos políticos no Brasil e, em especial, no Maranhão, identificando as relações de poder que eram exercidas entre o local e o nacional. Mostra conceitos de democracia, representação e ritual, considerados importantes para a análise do objeto em questão. Por fim, enfatiza o ritual conflituoso da posse, ocasionado pela insistência do antigo governador em permanecer na sede do governo do estado do Maranhão, negando-se em desocupá-lo, para que a nova governadora assumisse o posto. Para melhores esclarecimentos, faz a análise dos enquadramentos apresentados nos três jornais de maior representação no estado: O Estado do Maranhão – que é administrado pelo grupo Sarney; O Imparcial – que afirma seguir uma linha neutra, cujo compromisso é apenas com a notícia; e o Jornal Pequeno, que tem como principal característica o oposicionismo.

Palavras-chave: Grupos políticos. Democracia. Rituais. Conflito e Mídia.

ABSTRACT

This research is a study on the behavior of the media in face of a fact-confrontational - the Roseana's Sarney possession of Governor - questioning the meaning of democracy practiced in our country. It analyzes and highlights as a research subject, the ritual of possession, which happened following the with cassation of the then Governor Jackson Lago, elected by popular vote and revoked by the Superior Electoral Court on charges of abuse of political power in the 2006 elections. In this context, it makes an assessment of the formation of political groups in Brazil and, in particular, in Maranhão, identifying the relationships of power that were carried out between the local and national levels. Shows concepts of democracy, representation and ritual, considered important for the analysis of the object in question. Finally, it emphasizes the conflictual ritual of possession, caused by the former governor's insistence on staying in the seat of government of the state of Maranhao, refusing to vacate, so that the new government took office. For better clarification, does the analysis of the frameworks presented in three newspapers of greater representation in the state: O Estado do Maranhao- which is administered by the group Sarney, O Imparcial - which claims to follow a neutral line, whose commitment is only with the news, and the small Newspapers, whose main characteristic is the oppositionist.

Key-words: Political Groups. Democracy. Rituals. Conflict and Media.

LISTA DE SIGLAS

PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PFL	Partido da Frente Liberal
PSC	Partido Social Cristão
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Renovador
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Social Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
PV	Partido Verde
JP	Jornal Pequeno
INCOR	Instituto do Coração

ABL	Academia Brasileira de Letras
IHGM	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
AML	Academia Maranhense de Letras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA	18
2.1	A FORMAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO MARANHÃO	21
2.2	O SISTEMA SARNEY NO MARANHÃO	23
2.2.1	A herdeira política de Sarney	28
2.3	ELEIÇÕES 2006 – A DERROTA DA OLIGARQUIA	31
2.3.1	A queda da oposição	33
2.3.2	A retomada do poder	36
2.4	JORNAL PEQUENO.....	38
2.5	JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO	40
2.6	JORNAL O IMPARCIAL	41
3	DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, RITUAIS E CONFLITO	44
3.1	A DEMOCRACIA.....	44
3.1.1	Uma compreensão da Teoria das Elites	46
3.1.2	A questão da representação	49
3.2	RITUAIS NA POLÍTICA.....	54
3.2.1	Rituais na democracia representativa	57
3.2.2	Posse da Governadora Roseana Sarney – a suspensão de um conflito	61
4	POSSE E CONSTRUÇÃO	64
5	CAMPOS E MEDIAÇÃO	68
6	A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	71
6.1	OS ENQUADRAMENTOS.....	73
6.1.1	Enquadramentos no Jornal Pequeno	76
6.1.1.1	Enquadramentos no Jornal Pequeno – Cassação e ritual de posse	80
6.1.2	Enquadramentos em O Estado do Maranhão	82
6.1.2.1	Enquadramentos em O Estado do Maranhão – Cassação e ritual de posse.....	84
6.1.3	Enquadramentos em O Imparcial	87
6.1.3.1	Enquadramentos em O Imparcial – Dia da cassação e posse	89
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa teve como motivação a análise de rituais, sobretudo os rituais na política. Para tanto, esse estudo tem como objeto a posse contestada da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que mesmo não sendo vitoriosa nas eleições de 2006 para o governo do estado, tomou posse após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tem como fim, analisar a cobertura jornalística de um evento que discutiu alguns princípios de legitimação. O trabalho traz alguns conceitos relacionados com a questão levantada e, finalmente, analisa o acontecimento através das matérias dos jornais regionais que discutiram esse tema com a sociedade.

A posse, objeto desta pesquisa, aconteceu no dia 17 de abril de 2009. A solenidade foi dividida em duas partes: às 08h: 30min a governadora foi diplomada no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e em seguida tomou posse numa cerimônia na Assembléia Legislativa. O Palácio dos Leões, sede do governo local, se encontrava ocupado pelo então governador cassado, Jackson Lago, que se recusava a sair juntamente com seus assessores e correligionários.

Esta pesquisa trabalha com a seguinte questão central: considerando que num sistema de democracia representativa, a posse encerra uma disputa, como a mídia pode olhar um ritual de posse contestado? Daí pode-se trabalhar ainda uma questão secundária: sendo o ritual de posse um momento de consenso, procura-se mostrar como os jornais abordaram o assunto, uma vez que essa posse confrontou dois princípios de legitimação de poder: a escolha popular e a decisão judicial.

Como a opção foi trabalhar com periódicos impressos, escolheram-se, para esta pesquisa, os três jornais de maior circulação no estado do Maranhão: O jornal o Estado do Maranhão, o jornal O Imparcial e o Jornal Pequeno. O Jornal O Estado do Maranhão é o único jornal com circulação nas principais cidades do Maranhão, entre outros municípios. É o jornal que concentra maior número de informação, além de ter uma expressiva equipe de jornalistas e editorias. É líder de mercado e procura manter um padrão editorial e visual que o diferencia dos demais pela coerência e cuidado com a estética e identidade do jornal. De acordo com o seu site “apresenta 64,34% de penetração máxima entre os leitores com nível superior completo. É um jornal ágil, que valoriza o tempo da informação, noticiando tudo que acontece no Maranhão, no Brasil e no mundo.”

O Jornal Pequeno é uma empresa familiar cuja direção é repassada de pai para filho. Possui uma posição combativa que se sustenta desde sua fundação, e sua consolidação

ocorreu durante seus 58 anos de existência. Com a nova direção, ocorreram algumas pequenas mudanças, a exemplo da editoria de Polícia que deixou de usar títulos sensacionalistas, além de procurar utilizar fotos menos chocantes. É um jornal diferente dos outros grupos; surgiu na condição de único órgão de imprensa conceitualmente apartidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes, por isso, procura fazer um jornalismo que mostre a realidade do estado, principalmente no que diz respeito à política, dando sempre espaço para que a população possa tornar público suas indignações, buscando ajudar a diminuir o sofrimento das comunidades mais carentes. O Jornal Pequeno é o primeiro em venda avulsa, isto é, nas bancas.

O Imparcial é um jornal que faz parte do grupo “Diários Associados”, que hoje se apresenta como o sexto maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil. De acordo com entrevista com o editor – chefe, Pedro Freire, “A linha editorial do jornal O Imparcial procura seguir um equilíbrio onde a notícia se impõe de acordo com a sua própria importância e o compromisso é apenas com a informação.

Esses foram os três jornais utilizados nesta pesquisa para analisar a posse da governadora Roseana Sarney. Uma posse, até então contestada, que veio reafirmar uma política no Maranhão que sempre foi marcada pela forte presença de vários grupos políticos, dentre eles o grupo Sarney, que historicamente se consolidou no pós -1945 tendo, até hoje, poder político no âmbito local e nacional. O Sarneísmo teve sua origem em 31 de janeiro de 1966, quando o então governador José Sarney Costa tomou posse após derrotar o ex-governador Newton Bello e, dessa forma, acabar com o Vitorinismo, grupo comandado por Vitorino Freire e que perdurava há 20 anos na política local. Desde então, Sarney permaneceu como um agente central na política maranhense, ora como candidato, ora como fiador de outras candidaturas, entre as quais a de sua filha, Roseana Sarney, que foi eleita governadora em 1994. Em 2006, em uma das poucas derrotas de Sarney na política local, Roseana perdeu a eleição de governador para o candidato do PDT, Jackson Lago.

O governo Jackson Lago veio cercado de grandes expectativas de mudanças, as quais não foram satisfatórias. Além disso, lidou com um grande problema jurídico. Após o resultado das eleições, a coligação de Roseana Sarney - Maranhão a Força do Povo - ingressou com recurso contra a expedição de diploma de Jackson Lago e do vice-governador, pastor Luís Carlos Porto. A alegação era que nos comícios havia a doação de cestas básicas de alimentos e kits de salvamento; supostas negociatas e a compra de votos, com a apreensão de R\$ 5 mil em São Luís, capital do estado, e apreensão de R\$ 17 mil no município de Imperatriz para suposta compra de votos. A coligação também alegou que o adversário fez inaugurações

de obras públicas em comícios no município de Codó; distribuição de combustível em troca de votos; e suposto abuso de poder econômico e uso da Secretaria Estadual de Comunicação para a captação ilegal de sufrágio. Muitas provas contra o governador Jackson Lago foram anexadas ao processo, inclusive gravações de áudio com prefeitos assinando convênios e o próprio governador da época, José Reinaldo Tavares, afirmando publicamente o apoio político ao candidato ao governo.

O processo começou a ser julgado no TSE em 19 de dezembro de 2008, porém o julgamento foi adiado várias vezes e depois retomado. Na madrugada do dia 04 de março de 2009, por cinco votos a dois, o TSE determinou a cassação dos mandatos do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e do vice-governador, Luiz Carlos Porto (PPS), pela acusação de irregularidade durante a campanha eleitoral de 2006. Após o resultado, os advogados do governador entraram com pedido de recurso e o TSE autorizou a permanência do governador no cargo até a decisão final, que foi decretada no dia 17 de abril de 2009. O então governador cassado, Jackson Lago, havia se instalado, juntamente com correligionários e líderes de movimentos populares, no Palácio dos Leões, sede do poder executivo do Maranhão. Ele afirmava que só sairia do local após a decisão final do TSE, que além de decretar sua cassação, determinou a posse imediata da segunda colocada nas eleições de 2006, Roseana Sarney Murad, o que ocorreu no dia 17 de abril de 2009.

Como metodologia de análise, a pesquisa trabalha com o enquadramento. Enquadrar um acontecimento é escolher arbitrariamente dados que lhe levam a diferentes formas de ver a mesma história (GOFFMAN, 2002). Pode - se notar na cobertura do objeto desta pesquisa, as diferentes maneiras apresentadas sobre o mesmo fato, pelos jornais regionais. Todo o material aqui apresentado foi adquirido nas sedes dos próprios jornais, onde a pesquisadora não teve muitos problemas para adquiri-los. Entretanto, faz-se duas ressalvas: a primeira, com relação ao Jornal Pequeno, pois a empresa não possui edições antigas para venda, tendo a pesquisadora que fotografar todas as matérias que utilizaria na pesquisa. A outra é com relação ao material oficial sobre a posse contestada; a pesquisadora fez contatos com a sede administrativa do governo para conseguir o roteiro da solenidade, recebendo a informação pelo setor denominado de memória técnica, que nada havia ficado registrado sobre a referida posse. As únicas informações oficiais recebidas vieram do Cerimonial da Assembléia Legislativa, que na verdade entregou o roteiro de posse de um governador, afirmando que esse mesmo roteiro foi utilizado, também, na posse contestada da governadora.

Além das edições antigas conseguidas nas sedes dos jornais, outra forma de pesquisa e coleta de dados foi via internet, inclusive no que diz respeito às informações sobre

os jornais, pois poucos tinham suas histórias impressas e seus editores não se colocavam à disposição para conceder entrevistas. As respostas eram sempre as mesmas, “isso você pode conseguir na internet”, o que foi feito pela pesquisadora. Também foram coletadas na internet muitas informações sobre o caso, principalmente as publicadas pelo Jornal Pequeno, pois o mesmo não possui edições antigas para venda. Em seu site são arquivadas algumas matérias, não a edição impressa do jornal.

Em síntese, pode-se afirmar que a pesquisa está dividida em três partes. A primeira será uma contextualização histórica da política maranhense até o momento da posse contestada. Este capítulo traz um pouco mais dos grupos políticos que estiveram dominando a política no Maranhão, bem como algumas das estratégias criadas e pensadas, tanto em nível local como em nível nacional, para que o poder localizado continuasse com alguns grupos. Apresenta-se, ainda, um breve histórico da política Vitorinista até o Sarneísmo e, em seguida, situa-se José Sarney no mandonismo do Maranhão, desde a sua primeira aparição na política até os dias atuais. Este primeiro capítulo mostra também como a atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, começou a sua vida na política; a sua derrota para o então candidato e ex- governador Jackson Lago; a retomada do poder e, finalmente, a posse contestada, objeto desta pesquisa.

A segunda parte é a tentativa de discutir os conceitos fundamentais para este estudo: democracia representativa e ritual. Para entender a questão da democracia, faz-se um apanhado sobre a teoria clássica da democracia, situando – a na sua origem, na Grécia, e fazendo um relato de como ela surgiu naquele lugar; em seguida é feito um contraponto dessa teoria clássica com a teoria elitista que afirma a impossibilidade da existência da própria democracia. Ainda com relação aos estudos sobre democracia, observa-se o conceito de representação e como ele surgiu historicamente e a visão da teoria política sobre o termo. No que concerne aos estudos de rituais, o trabalho traz uma discussão sobre os rituais na política, inserindo-os na democracia representativa, analisando o ritual de posse como um momento de suspensão do conflito e de legitimação da representação. São ressaltados, dentro de todo o protocolo que rege uma solenidade, em especial da posse de um governador (a), os momentos de identificação e legitimação dele com o seu público, pois são esses os momentos que consagram um ritual de passagem.

Finalmente, o terceiro capítulo traz a análise da cobertura da posse da governadora Roseana Sarney. Para tanto, optou-se em trabalhar com três semanas que marcaram o acontecimento no estado. A primeira semana recortada foi a do período de 13 a 19 de dezembro de 2008, e marca o primeiro julgamento que não aconteceu até o final desse ano,

pois foi solicitado vistas do processo; a segunda semana recortada foi a de 01 a 07 de março de 2009, período em que aconteceu o julgamento que condenou e cassou o mandato do governador Jackson Lago; a terceira e última semana recortada foi de 11 a 18 de abril de 2009 e marca a decisão final do TSE em cassar o mandato do governador e empossar imediatamente a segunda colocada na eleições, Roseana Sarney. Faz – se uma análise dessas três semanas, objetivando criar um cronograma de acontecimentos que antecederam a cobertura do dia 17 de abril, dia da cassação e posse, consecutivamente, e do dia 18 de abril, que traz todo o acontecimento da posse. Como metodologia para esta análise, utiliza-se o enquadramento das notícias, por acreditar que esse método será capaz de demonstrar como os três jornais locais escolhidos nesta pesquisa fizeram a cobertura da posse da governadora, porém enfocando quadros diferentes, ou seja, um mesmo acontecimento, sendo narrado de formas diferentes pela mídia. Dentro dessa perspectiva, foram identificados os seguintes enquadramentos: *Enquadramento sobre a decisão judicial*, onde se identifica a vontade popular contra a decisão judicial; *Enquadramento de resistência*, ou seja, uma defesa da vontade popular demonstrada nas eleições de 2006, e, finalmente, o *Enquadramento sobre a posse*, onde é mostrada uma fraude em relação à vontade popular em contrapartida com o início de um governo legítimo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA

Este capítulo tem a pretensão de discutir como alguns grupos políticos se mantiveram à frente de um estado, concentrando o poder das decisões administrativas, econômicas e políticas de uma sociedade, situando-se num âmbito maior, que é o da política nacional, ou seja, têm toda uma sustentação e sintonia com os interesses da política brasileira. Neste caso específico, a pesquisa reporta-se ao grupo liderado por José Sarney e sua família na sociedade maranhense.

Para um melhor entendimento deste argumento, e considerando que esta pesquisa irá focar numa disputa que retoma a discussão sobre o coronelismo e oligarquia, é importante uma incursão na história do Brasil, para compreendermos o momento da formação das oligarquias políticas, ou melhor, a formação do sistema oligárquico da República Velha, apoiado no Coronelismo. Flávio Reis denomina Oligarquia como

o setor especificamente político que iniciou sua formação entre as décadas de 1850 e 1860, cujas funções primordiais no processo mais amplo de construção do Estado Nacional eram a organização das disputas políticas no âmbito regional, aglutinando

as facções e permitindo o funcionamento do jogo partidário, estabelecendo, enfim, a mediação entre a corte imperial e a província. (REIS, 2007, p. 51).

As oligarquias eram formadas por grandes proprietários rurais e tinham nas funções políticas e administrativas a sua força motriz com a utilização do patrimônio do estado e com as nomeações para os cargos públicos. Do ponto de vista econômico, várias mudanças estruturais foram acontecendo, liquidando o sistema político e social do antigo império. A queda do açúcar foi uma dessas mudanças que, pelo fato de ser um produto de exportação tipicamente nordestino, acabou levando ao declínio os senhores de engenho que dominavam o poder central na época. Em contrapartida, com o crescimento da produção de café, o eixo-centro sul passa a ser reforçado econômica e politicamente.

Ainda contando com um grande número de homens livres¹, o que acontecia era uma espécie de pressão no sistema de baixo para cima, que aumentava as expectativas dos republicanos e requisitava mudanças significativas nos domínios de representação política. Com isso, conforme explica Dória:

a primeira Constituição Republicana, ao consagrar o federalismo, desatou as elites regionais das limitações impostas pelo centralismo monárquico. A partir de então os impostos de exportação, principal fonte do erário público, passam a ser arrecadados pelos Estados, aos quais se permite, também, criar impostos interestaduais; os empréstimos externos podem ser contraídos pelos Estados e pelas municipalidades - é possível, pois, financiar as elites regionais sem se subordinar à política central. O controle das máquinas estaduais que no império dependia em muito das relações, pactos e alianças engendradas no Rio de Janeiro depende, agora, quase exclusivamente do livre jogo das forças locais e regionais. (DÓRIA, 2011, p.1).

Com tais medidas, a oligarquia da República Velha ganha independência naquilo que se passou a conhecer como “política dos governadores” ou “política dos estados”, segundo Campos Sales (1898,1902). Desta forma, as decisões não mais estavam centralizadas no poder central, e sim com os governadores de estado que tinham total apoio do governo federal. A política dos governadores acabou com o sistema de representação vigente no império; deputados e senadores não mais eram identificados como os mediadores dos estados e, neste cenário, cresce e ressurgem a figura política dos coronéis que eram os responsáveis pelo comando do poder das lideranças locais.

O termo coronelismo foi desenvolvido pela primeira vez pelo jurista e professor Vitor Nunes Leal em seu livro *Coronelismo: enxada e voto*, em 1949 (1997) e remete ao poder dos fazendeiros, que ainda no século XIX recebiam a designação de coronéis para compor a Guarda Nacional, adquirindo, assim, um poder militar que se manifestava

¹ Aproximava-se a abolição dos escravos.

concretamente nas eleições, onde os trabalhadores rurais, por terem tudo patrocinado pelo coronel (título de eleitor, transporte para ir votar, alimentação no dia, entre outras coisas) e que na maioria das vezes era também o seu empregador, se sentiam obrigados a votar em consonância com o mesmo.

De fato, a questão de agora era como se adaptar à nova forma do sistema eleitoral. Na verdade, o que acontecia no período das eleições era uma espécie de retribuição em troca dos favores que os ditos coronéis prestavam através de uma rede de relacionamentos e cooperação onde os mesmos se beneficiavam com a escolha daqueles que, direta ou indiretamente os manteriam no poder “O coronel pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva” (FAORO, 2001, p. 712). Com esta nova forma de articulação política nasce o chamado voto de cabresto que no período da República Velha consolida o poderio de algumas famílias tradicionais e proprietárias de terras. De acordo com Dória o quadro foi o seguinte:

Alagoas	A oligarquia dos Malta e Costa Rego
Amazonas	O clã dos Nery;
Bahia	O grupo de Luís Vianna, Severino Vieira e José Marcelino de Souza até 1912. J.J. Seabra e Antonio Muniz de 1912 a 1924. Após 1924 o domínio dos Calmon Mangabeira.
Ceará	A oligarquia Accioly e os seguidores do Pe. Cícero;
Maranhão	Os grupos de Benedito Leite e de Urbano Santos;
Pará	Os Chemont;
Paraíba	De um lado Lopes Machado e o Monsenhor Walfrido Leal e, de outro, s Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa
Pernambuco	Os grupos de Rosa e Silva e de Dantas

	Barreto
Rio Grande do Norte	As oligarquias dos Albuquerque Maranhão, dos Chaves e dos Medeiros
Sergipe	A oligarquia Dória e a oligarquia Lobo

No Maranhão, a presença desses grupos representou uma mudança de perfil do político, pois além do critério familiar preponderante na época, o que se vê agora são lideranças que procuram percorrer o caminho tradicional na sua formação política, como por exemplo, ter uma passagem por centros acadêmicos e buscar experiências em cargos públicos. No entanto, apesar desta renovação, um fator marcante que se traduz até hoje na política do estado é a histórica dependência do poder local em relação ao poder central, e isso pode explicar o domínio das “ditas oligarquias” que até hoje tem destaque no estado.

Essa formação política nos moldes do antigo império que ainda se manifesta na política moderna é a base de sedimentação desta pesquisa, por isso, para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo iremos articular este capítulo em três pontos importantes: a formação de grupos políticos no Maranhão, que traz esse paralelo com os conceitos de coronelismo e oligarquia; o sistema Sarney no Maranhão, que apresenta uma dita “oligarquia” que está no centro do nosso objeto de pesquisa; e o detalhamento do ritual de posse contestado.

2.1 A FORMAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO MARANHÃO

Na história do Maranhão alguns nomes se destacaram como líderes políticos: Benedito Leite foi um dos primeiros, em 1889; em seguida, Humberto de Campos, que governou o estado até 1924. Com a revolução de trinta, assumem o poder os interventores Varguistas, e a chefia do executivo passou a ser exercida pelo interventor Paulo Ramos (1937-1945). Com a queda do estado novo, o Maranhão deixou de ter a atuação do interventor federal, e aparece então a figura de Vitorino Freire que irá participar da política do estado por cerca de 20 anos (entre 1946 – 1964).

Nascido em Pernambuco, Vitorino de Brito Freire veio para o Maranhão em 1933 para ser secretário de governo, a convite do então interventor federal, o capitão Martins de Almeida. Além dos cargos no estado, Vitorino tinha a incumbência de organizar o PSD para as eleições da Câmara Federal e Constituinte Estadual, em 1934. Foi um dos articuladores da campanha do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da república e num embate com a

União Democrática Nacional – UDN se elegeu em dezembro de 1945 como deputado federal, elegendo, ainda, cinco dos nove deputados federais constituintes e dois senadores. O PSD, respaldado com essa vitória, pôde influenciar na indicação do novo interventor estadual, Saturnino Bello, e, com isto, “Estava dado um passo decisivo na trajetória ascendente de Vitorino Freire ao comando político maranhense, com a posterior formação de sua corrente política, o vitorinismo” (COSTA, 2006, p, 36). A hegemonia política do Vitorinismo, que pelos seus moldes foi reconhecida como oligarquia, era baseada num conjunto de ligações exercidas a nível local e federal, resultante da posição ocupada pelo PSD dentro do sistema político do país.

Em 1954, já como senador eleito e após a reorganização do PSD, Vitorino Freire, em pleno exercício de demonstração de poder político, apóia a candidatura de Assis Chateaubriand a Senador pelo Maranhão. “Vitorino Freire convenceu, inclusive, o então Senador Antonio Bayma a renunciar o mandato, assim como seu suplente Newton de Barros Bello, o que determinou a abertura da vaga ocupada por Chateaubriand em 1955” (COUTO, 2007, p, 96). Essas articulações políticas geraram várias discordâncias no PSD, mas ainda assim Vitorino Freire consegue eleger o candidato ao governo do estado José de Mattos Carvalho e o seu sucessor Newton Bello.

Já no governo de Newton Bello, uma nova figura no cenário político maranhense começa a ganhar destaque, o deputado federal José Sarney, que é indicado como interlocutor do estado junto ao governo federal. Esta indicação do governador Newton Bello fragiliza o poder político de Vitorino Freire pelo fato da influência já exercida por José Sarney nas articulações do PSD com a UDN. A indicação do interlocutor rende então ao governador Newton Bello o rompimento com o grupo político de Vitorino Freire e ambos lançam candidaturas diferentes nas eleições para o governo em 1965. No entanto, essa eleição é vencida por Sarney, apoiado pelos militares que chegam ao governo em 1964. A partir daí, uma nova configuração política é delineada no Maranhão, agora não mais com o Vitorinismo, mas sim o Sarneysmo.

REIS afirma que “existe um lócus onde a oligarquia se movimenta e extrai o poder político: o exercício da mediação entre governo central e província, entre poder local e Estado e entre interesses econômicos privados e Estado”. Estes três pontos de movimentação colocados por Reis são locais privilegiados e muito bem explorados pelas oligarquias tradicionais que se realimentam nestas fontes de poder para a concretização de suas supremacias e manutenção de suas fronteiras. Apesar dessas ditas “novas oligarquias” não se comportarem de acordo com as normas das oligarquias tradicionais e romperem com a lógica

oligárquica pré – 1930, ainda assim, Vitorino Freire e José Sarney são reconhecidos neste contexto como os novos coronéis do Maranhão por trazerem em sua história e formação política, os traços do que ficou reconhecido como coronelismo. São coronéis modernos por conseguirem uma movimentação política entre o local e o central e por conquistarem, principalmente do poder central, o respeito e a autoridade de um comando local.

Raymundo Faoro, em sua obra *Os donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro*, nos explica este fenômeno quando afirma que:

Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. **Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito.** Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas poderosas que o governador lhe confia. (FAORO, 2001, p. 700, grifo nosso)

A partir desta afirmação, e com base no exposto no parágrafo anterior, compreende-se um pouco sobre como se formam os coronéis modernos, fenômeno que não é apenas encontrado no Maranhão, pois na história de outros estados brasileiros, como Bahia e Pará, também se encontram oligarquias com a figura de coronéis que se respaldam e se fortalecem na mediação entre o local e o central. Tais oligarquias ganham espaço à medida que conseguem aglutinar em seus meandros as lideranças necessárias para o fortalecimento de pactos e acordos que lhe garantam o poder, e elas convivem paralelamente, pois as armas e estratégias utilizadas por ambas são as mesmas, o que faz com que uma nasça no seio da outra. Por isso, o Sarneysmo é fruto do Vitorinismo.

2.1 O SISTEMA SARNEY NO MARANHÃO

José Sarney² nasceu em Pinheiro, interior do Maranhão no dia 24 de abril de 1930. Filho de Sarney de Araújo Costa e Kyola de Araújo Costa casou-se com Marly Macieira Sarney e teve deste casamento, uma filha, Roseana Sarney, e dois filhos: Fernando José Macieira Sarney e José Sarney Filho. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Maranhão, ingressou na política no grupo de Vitorino Freire com o apoio de seu pai, que na época era Desembargador e tinha o desejo de ver seu filho na política. “A necessidade de um “patrono” para se ter acesso à esfera da política institucional é

² Seu nome de nascimento é José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Adotou o nome José Sarney em referência a seu pai.

apontada como uma característica das carreiras políticas no Brasil” (KUSCHNIR, 2000, p. 54). Por isso não bastava apenas ter um cargo na esfera pública, como já era o caso de Sarney como assessor do governador, era importante um padrinho político, que lhe indicasse e lhe apoiasse como fez Vitorino Freire, que afirma isso com suas próprias palavras.

Seu pai, o Desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejoso de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros no sentido de arranjar uma colocação para seu filho, José de Ribamar Costa, ou José Sarney, como se assinava, no gabinete do governador... O Salto de Sarney, de assessor do governador a candidato a deputado federal, contando com o meu apoio, gerou incompreensões de outros jovens políticos do PSD, que se consideraram marginalizados por mim (FREIRE apud COSTA, 2006).

Desta forma, Sarney se iniciou na política partidária sendo filiado ao PSD e concorrendo ao cargo de Deputado Federal. Em sua carreira chegou, inclusive, à Presidência da República. O que se percebe é uma trajetória flexível, com idas e vindas em diversos partidos, sempre estrategicamente com a intenção de permanecer no poder, como por exemplo, em 1960, já como dissidente do PSD, e fazendo parte da frente nacional oposicionista pela UDN, Sarney apoia o PSD no Maranhão, elegendo Newton Bello e obtendo a nomeação em vários cargos administrativos. É importante ressaltar que a saída de Sarney do PSD para a UDN aconteceu pelo fato de que para ele o partido não correspondia aos seus ideais políticos, “sua perspectiva modernizadora e de engajamento do Maranhão no processo de expansão capitalista que se operava no Sudeste do país, mostrou-se incompatível com a linha tradicionalista do seu partido de origem” (GUILHON, 2010).

A política da mediação entre o estadual e o nacional se configura nas articulações do deputado Sarney, pois paralelo ao apoio regional, a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros, que ao ascender à Presidência da República possibilitou uma breve mudança no cenário político maranhense, onde desta vez, não mais se tinha a figura de Vitorino Freire, mas agora, o deputado federal José Sarney era o interlocutor do governo de Newton Bello junto ao Palácio do Planalto. Além deste fato, o parlamentar conseguiu uma rede de relacionamentos que lhe possibilitou alcançar alguns cargos importantes, como vice-presidente da UDN e vice-líder da oposição ao governo Kubitschek. Dentro da UDN, Sarney fazia parte de uma ala renovadora intitulada “Bossa Nova” que fazia oposição à “Banda de Música”, grupo ocupado pelos Udenistas radicais. O movimento recebeu o nome de “Bossa Nova” por analogia ao movimento inovador da música popular brasileira, e que, assim como o musical, se identificava numa linha de centro-esquerda inspirada numa posição reformista.

José Sarney sempre se identificou com a literatura e a cultura; é membro da Academia Brasileira de Letras - ABL, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, da Academia Maranhense de Letras - AML e da Academia das Ciências de Lisboa, além de haver sido diretor do suplemento de Letras e Artes do jornal O Imparcial nos anos 50; atualmente é articulista do Jornal O Estado do Maranhão.

Em 1962, Sarney é reeleito Deputado Federal pela UDN que retornou para as Oposições Coligadas, “uma frente que reunia os grupos políticos tradicionais aliados do poder pelo Vitorinismo ou seus dissidentes” (COSTA, 2006, p. 38). Nesta eleição, Sarney alcança uma expressiva votação, sendo o candidato de oposição mais bem votado e o 2º do Maranhão. Esta conquista leva o parlamentar a ser a melhor indicação para concorrer ao cargo de Governador nas eleições de 1965, pelas Oposições Coligadas. Em março de 1964, já circulava pelas páginas dos jornais em São Luís, a candidatura de José Sarney ao governo do Maranhão, no entanto o quadro político foi totalmente reconfigurado com o golpe militar que, contudo, veio favorecer a candidatura de José Sarney ao governo do estado, onde em 03 de outubro se elege governador do estado, como líder das “Oposições Coligadas”. Até mesmo em forma de um contrassenso, pode se dizer que a libertação veio pelas mãos da ditadura militar, como na afirmação de (COSTA, 2006, p. 82)

Passados quase quinze anos da Greve de 51, a bandeira oposicionista da moralização dos costumes políticos foi empunhada pela candidatura militar, que, do auto, determinou a mudança das regras do jogo na política maranhense reestruturando o sistema de determinação e provocando a alternância de grupos no poder.

O golpe militar trouxe para a política do Maranhão três momentos decisivos. Primeiro foi a onda repressiva que fechou jornais, prendeu líderes e proibiu manifestações populares. O segundo momento foi a provocação dos conflitos internos dentro do PSD, acirrando principalmente a disputa pelo poder entre o governador Newton Bello e o senador Vitorino Freire, o que levou José Sarney a ser candidato com o apoio político dos militares. Este foi o terceiro momento proporcionado pelos militares e foi definitivo para a política do Maranhão. CALDEIRA afirma que: “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local... [ele] é diretamente produto da Revolução de 1964(ou mais especificamente dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”. (CALDEIRA apud COSTA, 2006, p. 79). O pano de fundo por trás de uma votação massiva que se manifestou publicamente de maneira favorável a José Sarney, na verdade, era o objetivo do poder central em retirar dos domínios estaduais certos “coronéis” do Partido Social Democrático.

Simbolicamente, o governo Sarney, mesmo sendo articulado por Castelo Branco, trazia ares de renovação, pois findava com a estagnação de uma oligarquia – o vitorinismo - e por isso era apoiado até por lideranças populares e camponesas da época. Com o lema “Maranhão Novo”, o governo de José Sarney tinha como principal meta trazer para o Maranhão a modernização e a moralização nos meios públicos. Como intelectual que sempre foi, ele trazia um discurso que juntava razão e intelecto para sanar os problemas do Maranhão. Tal discurso sensibilizava a todos, pois vinha ao encontro dos anseios de um povo que por ora vinha sofrendo com os desmandos de líderes corruptos e mentirosos. Acreditava-se realmente num “Maranhão Novo”

Após governar o Maranhão e já estando na ARENA José Sarney³ foi eleito Senador pelo Maranhão em 1970 e em 1978, com a maior votação existente na história do partido. Com o fim da ditadura militar e a extinção do Bipartidarismo, Sarney sai da ARENA e se torna um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS), partido que apoiava o então General João Figueiredo, Presidente da República. No entanto, às vésperas da formação da frente liberal e numa demonstração de flexibilidade em participar naquilo que lhe era interessante politicamente, José Sarney se transfere para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como vice-presidente na chapa com Tancredo Neves, e em 15 de março de 1985, ele alcança o auge em sua carreira política; é empossado temporariamente como Presidente da República, pois o presidente eleito Tancredo Neves fora internado às pressas, na véspera da posse, com problemas causados por uma crise de diverticulite. No entanto, 39 dias após sua internação, Tancredo Neves falece e José Sarney é empossado Presidente da República.

Sua passagem como Presidente é marcada por uma séria crise financeira enfrentada com a criação de vários planos econômicos; o primeiro deles foi o plano cruzado que, entre outras ações, conteve a inflação e aumentou o poder aquisitivo da população que vivia um período de muita euforia, inclusive com o aparecimento em todo o país dos fiscais do Sarney. Essa empolgação da população resultou na vitória do PMDB na maioria dos estados brasileiros nas eleições de 1986. No entanto, a economia do país ficou desordenada, e, com isso, outro plano econômico foi lançado: o plano cruzado II, seguido ainda do plano Bresser e do Cruzado Novo. Além dos vários planos econômicos, alguns escândalos políticos marcaram o período presidencial de José Sarney, dentre eles os citados por (PINTO, 2010, p. 22):

³ Após a implantação do bipartidarismo no Brasil, com o Ato Institucional nº 2 (1965), Sarney se tornou membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena)

destacou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção, instalada no Senado em 10 de fevereiro de 1988, para apurar as denúncias contra o ministro do Planejamento Aníbal Teixeira – exonerado em 19 de janeiro. As investigações atingiram vários setores do governo, inclusive o presidente, que se recusou a responder à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Sarney manteve um dos compromissos de Tancredo Neves, que foi a criação de uma nova Constituição para o país, e foi justamente por causa das discussões para a nova Carta Magna que ele se beneficiou com um mandato de cinco anos como presidente, e em 1989 foi escolhido o seu substituto. Este foi um período muito importante e decisivo para os Sarney's, pois garantiu uma rede de relacionamentos que lhes possibilitaria uma maior flexibilidade nas estruturas do poder.

Após a presidência da república e com a intenção de se manter no cenário político nacional, Sarney muda o seu domicílio eleitoral para o recém-criado estado do Amapá, onde é eleito senador nos mandatos de 1991 a 2006, e em 2007 é reeleito pelo mesmo estado, sendo inclusive presidente do Senado nos períodos de 1995 a 1997, 2003 a 2005 e 2009 até a atualidade. Durante todo esse tempo e mesmo estando envolvido em vários escândalos, como os mais recentes “atos secretos” onde o senador era o responsável por liderar os atos que nomeavam parentes e em sua maioria para pagamentos extras de assessores de parlamentares, e, ainda, o escândalo denominado operação barrica, que envolvia o seu filho, Fernando Sarney, acusado de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e por operar instituição financeira sem autorização, José Sarney sempre se manteve no auge da política nacional, sendo aliado do presidente Lula, tendo muita influência em várias discussões travadas no Congresso Nacional.

José Sarney, mantendo a figura do mediador, continuou participando ativamente das decisões tomadas no estado do Maranhão. Como afirma (GUILHON, 2010) “a liderança de Sarney se exerceu, em grande parte, através de sua influência pessoal sobre as populações, caracterizando-se por um tipo de personalismo político”. O fato de ser filho do Maranhão e pertencer ao estado, sempre foi uma bandeira levantada por Sarney que, com isso, justificava sua suposta preocupação e participação com a política local, mantendo desta forma grande influência na escolha dos governadores do estado.

Foram sucessores de José Sarney ao governo do Maranhão: Pedro Neiva de Santana: 1971 a 1974; Osvaldo da Costa Nunes Freire: 1975 a 1978; João Castelo Ribeiro Gonçalves: 1979 a 1982; Luís Alves Coelho Rocha: 1983 a 1986; Eptácio Afonso Pereira Cafeteira: 1987 a 1990; Edison Lobão: 1991 a 1994 e José Reinaldo Tavares: 2003 a 2006. Todos estes trazem em sua história política momentos oscilantes: ora de apoio, ora de

rompimento com o sarneísmo. Finalmente e, a propósito, a última a ser citada é Roseana Sarney Murad, pois a pesquisa abordará um pouco mais sobre a sua ascensão política. Governadora do Maranhão de 1995 a 1998 e 1999 a 2002, segue a cartilha do pai, apresentando-se como a principal herdeira política do sarneísmo.

2.2.1 A herdeira política de Sarney

Roseana Sarney nasceu na casa da sua avó no dia 1º de junho de 1953, única filha do casal José Sarney e Marly Sarney (o casal teve dois filhos, Sarney Filho e Fernando Sarney). Roseana começou os seus estudos em 1957 no Rio de Janeiro, estado onde moravam. Em 1964, já morando em Brasília, começa os estudos do primeiro grau menor e, em 1966, de volta a São Luís, pois seu pai havia sido eleito governador do estado, Roseana estudou na Escola Normal e no Liceu Maranhense⁴. Em 1970 é aprovada para o curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília e de 1974 a 1976, trabalha como assessora na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Em 1976, casou-se com o economista Jorge Murad e foi morar em São Paulo, transferindo seu curso superior para a Pontifícia Universidade Católica – PUC. De volta a Brasília, em 1978, concluiu a sua graduação em Ciências Políticas e adquiriu o título de Socióloga, o que no futuro lhe daria uma maior visibilidade para concorrer a cargos políticos.

Kuschnir em seu livro - O cotidiano da política, afirma que: “A atividade política é vista como um patrimônio familiar, transmitido através das gerações” (KUSCHNIR, 2000, p 57). José Sarney, reconhecendo a política como um patrimônio familiar, insere dois de seus filhos na política maranhense e, posteriormente, na política nacional. No entanto, é em Roseana Sarney que se reconhece a herança política do pai, até mesmo pela própria forma de acesso e construção de sua carreira. Assim como Sarney, Roseana também começou sua vida política ocupando cargos públicos indicados pelo próprio pai, todos fazendo parte do campo burocrático do poder que lhe proporcionaram um conhecimento e uma experiência estratégica nas vias públicas. Seu primeiro cargo eletivo também foi de deputada federal, seguida do cargo de governadora pelo Maranhão, o mesmo trajeto percorrido por José Sarney.

Com a experiência adquirida no exercício destes cargos, Roseana concorre em seu primeiro pleito e é eleita a deputada federal pelo PFL/MA mais votada em 1990. Começava

⁴ O Colégio Liceu Maranhense é um dos mais antigos do estado do Maranhão, sendo uma escola pública onde estudaram os mais ilustres cidadãos maranhenses, como o poeta Gonçalves Dias e o próprio Senador José Sarney.

então a ascensão política da filha do ex-presidente Sarney que, pela capacidade de articulação do pai, consegue fazer parte de várias comissões na câmara federal, ora como titular, ora como suplente. Como titular, participou de comissões⁵ com forte conteúdo político – eleitoral. Estas participações foram importantes para que Roseana Sarney adquirisse o conteúdo necessário a sua inserção no mundo político e fosse, assim, alargando e ganhando novos rumos e novos horizontes em sua carreira.

Mesmo já sendo conhecida no Maranhão como a filha de Sarney e tendo uma aparição em âmbito federal, Roseana precisava ser projetada no estado onde iria concorrer como governadora; é neste momento que são traçadas várias estratégias para a construção de sua imagem pública. (THOMPSON, 2002, p. 64) nos diz que: “O que é público, no sentido tomado aqui, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado diante de espectadores, o que é aberto para que todos, ou muitos, possam ver, ouvir, ou ouvir falar a respeito”. Neste sentido, no momento em que o cidadão comum se transforma em uma personalidade pública, há de se ter a preocupação com aquilo que será visto, comentado e até mesmo julgado a seu respeito, gerando o que pode ser classificado como uma fabricação de imagem. O termo “fabricação”⁶ como (BURKE, 2009) nos coloca, não é sinônimo de artificialidade, mas assim como Luís XIV foi excepcional no auxílio que recebeu na construção de sua imagem, da mesma forma, como vários políticos brasileiros, Roseana Sarney soube aproveitar e usufruir de todo um trabalho preparado estrategicamente para a construção de sua imagem.

Para ser lançada governadora do estado não bastava apenas a herança política da família; a candidata precisava ter a sua própria personalidade e ganhar a confiança de seus eleitores. BURKE afirma que “‘a fabricação de Luís XIV’, e não ‘a fabricação de uma imagem’, sugere a importância dos efeitos dos meios de comunicação no mundo, a importância do que foi chamado de ‘a feitura de um grande homem’ ou ‘a construção simbólica da autoridade’”. (BURKE, 2009, p. 22). Esta afirmação explica muito bem todo o trabalho que também foi feito no caso de Roseana Sarney, pois esta construção simbólica de autoridade se deu principalmente nos meios de comunicação quando era enfatizada nas matérias a formação acadêmica de Roseana. Algumas matérias, como esta do Jornal O Estado do Maranhão, vinham afirmando “Uma recepção calorosa que atestou o prestígio da candidata

⁵ Comissão do Meio – Ambiente e Minorias;
Comissão de Indústria e Comércio;
Comissão de Educação, Cultura e Desporto;
Comissão do PEC que altera a legislação eleitoral

⁶ A palavra “fabricação” designa um processo (BURKE, 2009, p. 22)

no sertão maranhense foi oferecida à socióloga Roseana Sarney na sua visita a Caxias, segunda feira passada.” (O Estado do Maranhão *apud* GONÇALVES, 2008, p. 119).

Eram reforçados nos materiais de campanha da candidata os encontros dela com pessoas ilustres, tais como o primeiro ministro de Portugal da época, Cavaco Silva, o Papa João Paulo II e o apresentador Jô Soares. Sua campanha estava sempre correlacionada com artistas maranhenses de renome nacional, como a própria Alcione Nazaré, que pelo fato de ser sua amiga de infância, gravou os jingles de campanha. Tentou-se vincular a candidata com o campo de relações políticas regionais, pois o seu Jingle da campanha tinha como título “O Maranhão é o meu lugar”. Evoca-se em primeiro lugar o território, a região, como lugar de pertencimento e do lugar onde a candidata será introduzida no campo das relações políticas. Aqui convém lembrar uma ambiguidade: enquanto socióloga, a imagem de Roseana é comparada ao universal; como candidata, configura-se a identidade de maranhense, de regional e local.

Roseana, em sua itinerância, percorria os municípios do estado do Maranhão, com vistas à aproximação e à reafirmação do local e regional. Nestas visitas vinculava-se a candidata com o fato de buscar as necessidades de seus eleitores, pois somente assim ela poderia dar as soluções necessárias ao seu povo maranhense. Existia ainda uma espécie de “sacralização - porquanto há certo deslocamento dos atributos humanos usuais para a composição de uma personagem diferenciada pela força e pela beleza, a qual se compõe de atributos distintos da figura puramente social da candidata” (GONÇALVES, 2008, p. 124). A candidata aqui era vista e identificada pelos seus eleitores como uma bela personagem na política do estado, tornando-se uma espécie de figura de encantamento e apreciação, pois até mesmo os seus retratos eram colocados nas casas das famílias maranhenses em lugar de honra.

“Todo esse trabalho veio contribuir para que a taxa de mais valia política pudesse ser acrescida, de modo a credenciá-la a uma disputa ao governo do Estado do Maranhão” (GONÇALVES, 2008, p. 140). Estava assim construída a política Roseana Sarney, que no episódio da Comissão Pró-impeachment do Presidente Fernando Collor, adquire mais um atributo fundamental aos políticos, o carisma. Agora, além de ser uma política nata, traz consigo um carisma que contagia os seus eleitores. Estava pronta a candidata ao governo do estado, que mais uma vez traria para o Maranhão a euforia e a motivação que marcaram as disputas nas eleições de 1965, quando José Sarney foi eleito governador. Estava, assim, definida e identificada a herdeira política da oligarquia Sarney.

Roseana Sarney disputou as eleições de 1994 ao governo do estado, pela Frente Popular, uma coligação entre os partidos PFL, PMDB, PSC e PP. Nesta eleição ela disputou o governo do estado com mais três candidatos, porém foi vitoriosa, ficando em segundo lugar o candidato Eptácio Cafeteira da coligação União pelo Maranhão – PPR, PSDB e PSB. Foi uma eleição bastante concorrida, tendo Roseana Sarney 47,7%⁷ dos votos válidos contra 46,6% de Eptácio Cafeteira. Em 1998, Roseana foi reeleita com 66% dos votos válidos, vencendo as eleições no primeiro turno. Nesta eleição ela obteve o apoio de 210 dos 217 municípios do Maranhão e com 37 dos 42 deputados da Assembleia Legislativa.

A ascensão política de Roseana Sarney pode ser resumida nas palavras de Kuschnir:

Na grande maioria dos casos, as candidaturas são decididas pela cúpula partidária e dependem das relações do candidato com as pessoas que ocupam cargos de relevo nessa esfera. A chance de negociar esse apoio, assim como de obter sucesso na própria eleição, depende também do patrimônio que o candidato tem a oferecer. Estudos a esse respeito mostram que grande parte dos parlamentares eleitos tem alguma passagem por cargo político, participação em sindicatos ou associações de caráter político, ou laços familiares com outros parlamentares e ocupantes de cargos públicos. (2000, p. 56).

Todos os atributos citados pela autora, já faziam parte do currículo de Roseana Sarney que, somados a um índice de aceitação de 88% do público maranhense ao final de seu mandato e ainda às articulações políticas de seu pai, lhe credenciaram a ser candidata à presidência da República em 2002, chegando, inclusive, à possibilidade de desestabilizar a disputa que se daria em torno dos então candidatos Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e José Serra, do PSDB. Porém, por causa do escândalo Lunus (PINTO, 2010), Roseana teve seu nome retirado da disputa para a presidência, mas deixou comprovado o poder político que alcançou, tendo como ponto de partida o fato de ser herdeira política do primeiro presidente da República após a redemocratização do Brasil em 1985 e líder permanente do PMDB.

2.3 ELEIÇÕES 2006 – A DERROTA DA OLIGARQUIA

Nos dois mandatos de Roseana, seu vice foi o ex-ministro de transporte do Presidente Sarney, José Reinaldo Tavares, que com a renúncia de Roseana em 2001, ocupa o governo e se elege para o cargo em 2002. Já em seu governo, uma crise interna se instala entre a primeira dama, Alexandra Tavares e a então senadora Roseana Sarney; o motivo eram as acusações mútuas de corrupção e mau uso da máquina administrativa do estado. Este

⁷ Dados do TRE – MA (1994) apud COSTA, 1997.

episódio ganhou repercussão nacional e José Reinaldo se afastou, num primeiro momento, do grupo Sarney. Além da disputa pelo controle da administração estadual, também entra em questão o processo sucessório, por isso, o então governador, José Reinaldo Tavares procurou novamente o grupo Sarney e sugeriu os nomes de “Sarney Filho, Edson Lobão ou Vidigal” para concorrerem ao pleito (COSTA, 2009, p. 96). Não tendo êxito nas indicações e depois de inviabilizadas todas as tentativas de compromissos, se encaminha então um processo de ruptura com o atual grupo.

José Reinaldo Tavares parte para uma coligação com a oposição, objetivando

A sustentação do governo, com a formação de uma maioria própria no Poder Legislativo; obtenção do apoio de meios de comunicação; aliança com partidos de “oposição ao sarneísmo”; busca de aproximação direta com o governo federal (fracassada filiação ao PTB e depois ao PSB); controle do processo sucessório, construindo e/ou apoiando candidaturas a governador para se contrapor ao favoritismo de Roseana Sarney, provocando uma eleição no 2º turno. (COSTA, 2009, p. 96)

Para que tais objetivos fossem alcançados, deveriam ser usadas as armas que o ex-governador dispunha, ou seja, a máquina estadual e o controle dos cofres públicos. Na verdade, José Reinaldo Tavares foi educado na política patrimonialista de Sarney, por isso, numa perspectiva limitada, o que haveria seria uma reestruturação do poder oligárquico. As eleições de 2006 foram um confronto entre “máquinas políticas profundamente assentadas no patrimonialismo e no clientelismo” (COSTA, 2009, p 99). De um lado, a figura histórica da oligarquia Sarney, com 40 anos de domínio, com relações no governo federal, no poder judiciário e com um poder midiático muito grande dentro do estado. Do outro lado, o candidato Jackson Lago que foi prefeito de São Luís por três mandatos e abdicou de sua última gestão para concorrer ao governo do estado, cargo que já havia pleiteado nas eleições de 1994. Como político, começou sua carreira nos anos 60 enfrentando o regime militar que apoiava José Sarney em sua ascensão e como discípulo de Leonel Brizola que conheceu ainda no Uruguai, na época em que o mesmo estava exilado, fundou em 1979 o PDT maranhense, pelo qual foi eleito deputado estadual e se manteve no partido até sua morte, em 04 de abril de 2011. Quando os membros do Comitê Ideológico se reuniram para a elaboração da “Carta de Lisboa”, documento de fundação do Partido Democrático Trabalhista – PDT, o próprio Leonel Brizola afirmou: “Precisamos de Jackson em Lisboa, com a clareza e a competência com que ele atua nos acontecimentos políticos e sociais” (MOREIRA apud JAUREGUI, 2007, p.18) Maranhense da cidade de Pedreiras, era médico e foi considerado um dos melhores prefeitos do país, tendo como principais realizações a ampliação do número de estudantes nas escolas públicas e a melhoria das capacidades dos professores, além de ter

incentivado as áreas da saúde, da limpeza pública, da urbanização, da agricultura e da geração de emprego e renda.

Jackson Lago concorreu nas eleições de 2006, pela Frente de Libertação – PTB, PDT e PPS, e conseguiu 34,3% dos votos válidos, levando a eleição para o 2º turno e alcançando, assim, o êxito na estratégia traçada pelo governo no Palácio dos Leões, que também apoiou no 1º turno as candidaturas de Edson Vidigal e Aderson Lago. Agora todos estavam contra a candidata da oligarquia que fora vencida nestas eleições.

2.3.1 A queda da oposição

No dia 01 de janeiro de 2007, tomava posse como governador do Maranhão, Jackson Lago, candidato vitorioso nas eleições de 29 de outubro de 2006. Com o lema, “Agora é a vez do Maranhão” o novo governador estava determinado a começar a “reconstrução do Maranhão” que sofrera 40 anos nas mãos da oligarquia Sarney. Para iniciar tal empreitada, o governador apresentou um discurso genérico que se pautava em três princípios básicos para o desenvolvimento de qualquer população “Trabalho, Saúde e Educação para libertar o Maranhão” (COSTA, 2009, p 102). Ainda no seu pronunciamento de posse pôde-se ouvir que o Maranhão teria a partir de agora:

Um governo onde o povo sepulta a velha política de favores e favorecimentos, sendo contra métodos e práticas que tornaram o Maranhão o estado mais atrasado do país;
 Um governo que assume um estado elitista e autoritário, com uma gigantesca dívida social que precisa ser paga por meio da retomada da produção e do desenvolvimento;
 Um governo proveniente do povo, que se torna sujeito ativo da política, logo, um governo dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, dos sindicatos, das associações, das universidades. O governo do diálogo e da inserção social. (COSTA, 2009, p. 102)

No entanto, vale aqui ressaltar que, para chegar ao governo, o que a “dita” oposição ao sarneísmo faz é justamente se apropriar das estratégias que hora eram utilizadas pelos seus opositores. Chamada por (COSTA, 2009) de condomínio⁸ as bases políticas que levaram esse grupo ao poder, refletiu em muito, a política utilizada pelas velhas oligarquias do Maranhão: utilização da máquina pública administrativa troca de favores espúrios, coligações de interesses, entre outras. É importante afirmar que não estamos aqui defendendo ou acusando algum grupo, nem tampouco queremos discutir os méritos da atuação política de cada um. Nosso interesse é relatar o viés que levou à cassação do mandato do governador Jackson Lago e a retomada do poder pela família Sarney.

⁸ “Utiliza-se o termo condomínio em sua acepção jurídica: “a posse ou o direito simultâneo, por duas ou mais pessoas, sobre um mesmo objeto (no caso, o aparelho de Estado); co-propriedade” (COSTA, 2009)

Durante o período que esteve como governador do Maranhão, Jackson Lago sofreu fortes acusações da bancada e da mídia sarneísta, que evidenciaram várias fragilidades internas da gestão “libertadora”. Vários compromissos foram assumidos pela “Frente de Libertação” durante a campanha, por isso, a formação do seu secretariado se configurou na indicação dos grupos e partidos políticos de acordo com a sua abrangência na política estadual.

Assim, as secretarias e estatais centrais, que compõem o núcleo duro do governo, foram ocupadas pelas três principais forças: o PDT, o PSDB e os recém-dissidentes do sarneísmo (grupo de José Reinaldo / PSB), restando aos demais componentes da coligação pastas de menor orçamento, em geral ligadas a políticas sociais. (COSTA, 2009)

Ainda neste mesmo processo, vários cargos de 2º escalão e assessorias foram distribuídos como forma de recompensa aos apoios recebidos, e dentro das estratégias do denominado “condomínio”, estavam as eleições municipais de 2008, portanto importava, desde já, garantir uma base de sustentação, política e financeira, para o devido pleito, com a indicação de peças-chaves dentro da administração estadual. Diante disto tudo, considera-se também que o governador recebeu um estado com uma gigantesca dívida social, por isso, era objetivo da nova administração a retomada da produção e do desenvolvimento. Uma das primeiras propostas para o estado foi o plano de metas 2007, intitulado “Um Maranhão Democrático e Solidário”, no entanto na visão de vários economistas, o plano foi inconsistente, se constituindo em novas declarações de boas intenções do governo. Não houve uma discussão maior com a sociedade, uma análise mais detalhada da atual situação vivida, demonstrando, assim, a incapacidade do atual governo em discutir com a sociedade as possíveis alternativas e soluções para o desenvolvimento do estado. Aqui se apresenta mais uma vez um ponto em comum com o grupo adversário.

A última demonstração de que o governo Jackson Lago ignorava a participação da sociedade e agia de forma autoritária, foi a aprovação da “Lei 8.592/2007 que reestruturou a política salarial do funcionalismo público (transformando salário em subsídio e retirando direitos trabalhistas)” (COSTA, 2009, p 106). Indignados com esta nova lei, os professores da rede pública estadual protagonizaram uma longa e vitoriosa greve que se estendeu durante 87 dias entre os meses de maio e agosto de 2007. O movimento contra a chamada “Lei do cão”⁹ ganhou força e respaldo porque havia uma classe do funcionalismo público, os professores, que se encontravam revoltados e arrependidos de terem elegido o governo da “Libertação”; em segundo lugar, aproveitando-se da ocasião, a velha oligarquia colocou o Sistema Mirante

⁹ Nome que foi dado, pelos professores, à Lei 8.592/2007

de Comunicação, grupo pertencente à família, para dar total cobertura à greve, conquistando assim, a simpatia da opinião pública.

Apropriando-se da situação e com orientações para as eleições de 2010, o diretório do PMDB, (entenda-se aqui, a oligarquia Sarney) assume a defesa dos direitos dos trabalhadores e entra com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou procedente a ação, dando a vitória aos professores e revogando a “Lei do cão”. O governo ainda tentou reverter a situação, negando as reais razões das reivindicações dos professores e alegando ser tudo uma manobra política do grupo opositor. No entanto, o movimento “12engana”¹⁰ já havia sido incorporado pela opinião pública que procurava “esconder, na desordem, a formação de uma nova ordem, eis o sentido mais profundo do ‘12engana’” (COSTA, 2009, p. 108).

E, neste clima de total desestabilidade do governo Jackson Lago, acontecem as votações pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, sobre o pedido de cassação que fora encaminhado pela coligação de Roseana Sarney, Maranhão – a Força do Povo (PFL, PMDB, PTB, PV) após as eleições de 2006, alegando a utilização da máquina pública durante a campanha. Em 19 de dezembro de 2008, o processo começou a ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas fora adiado e várias vezes retomado. Primeiro por um pedido de vista do ministro Félix Fischer; depois, o ministro Joaquim Barbosa se julgou impedido de participar por motivos pessoais. Em sessão no mês de fevereiro de 2009, o julgamento também foi adiado por causa de problemas com a saúde do ministro Fernando Gonçalves. Na madrugada do dia 04 de março acontece a votação e o governador é cassado, porém seus advogados entram com recurso e somente no dia 16 de abril de 2009 o TSE mantém e confirma a cassação do mandato do governador e do seu vice, e decide, ainda, que a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) deverá tomar posse imediatamente.

Esta ação da justiça apresenta o que vem acontecendo no Brasil desde o ano de 1995, com a coletânea *The Global Expansion of Judicial Power* de Neal Tate e T. Vallinder, quando se começa a utilizar o termo “Judicialização da Política”¹¹, que será assim definido por alguns autores:

Judicializar a política é valer-se de métodos típicos da decisão judicial na resolução de disputas e demandas nas arenas políticas em dois contextos: a) ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do Poder de Revisão de ações legislativas e executivas e b) introdução ou expansão de *staff* judicial ou de procedimentos

¹⁰ O “12 engana” seria nova versão do “Rosengana” – campanha que assumiu dimensão mobilizatória e de formação de opinião pública com certa autonomia, especialmente entre a juventude – e que agora utilizava o número 12 adotado pelo PDT para mostrar quem estava enganando agora.

¹¹ Em CARVALHO 2004

judiciais no Executivo (como nos contenciosos tributários) e no Legislativo (como é o caso das Comissões Parlamentares de Inquérito) (LEITÃO *apud* CARVALHO, 2005)

O presente trabalho não tem como objetivo estudar os princípios e os fundamentos da Judicialização da Política, no entanto, faz-se necessário uma melhor compreensão deste fenômeno, considerando que o objeto de estudo desta pesquisa é fruto direto de uma decisão judicial e que por isso tornou-se um elemento de análise e de questionamentos. Como pode ser visto no próprio conceito, a ampliação do poder judiciário nas decisões de foro legislativo e executivo produz hoje no país uma mudança nas atitudes e ações do próprio modelo de democracia representativa. Algumas deliberações tomadas numa democracia, como as eleições diretas, estão sendo alteradas através da judicialização da política. Com isto, instaura-se um conflito que questiona a legitimidade da decisão de um fórum em contrapartida à decisão da maioria. E é neste momento que o ritual de posse, apesar do consenso que existe nestas cerimônias, tem um caráter conflituoso, como mostra o objeto de estudo desta pesquisa.

2.3.2 A retomada do poder

Desde o dia 19 de dezembro, data em que o processo de cassação do governador Jackson Lago começou a ser julgado, muitas mobilizações aconteceram na cidade de São Luís, como o movimento de apoio ao governador que recebeu o nome de “Balaiada”¹²; inclusive, todas as sessões para a votação foram assistidas por políticos, assessores e apoiadores do governador, num telão que fora montado na parte interna do Palácio dos Leões, local em que Jackson Lago ocupou (a parte residencial), juntamente com sua família e correligionários, desde o fim da noite de 16 de abril de 2009, dia da decisão final do TSE.

Estavam neste acampamento cerca de 500 militantes ligados ao Movimento dos Sem Terra, que vieram do interior do estado prestar solidariedade ao governador. Várias barracas foram armadas nos jardins do Palácio dos Leões, onde também foi montado um palco para apresentação de artistas maranhenses que faziam parte do movimento. Arredor do Palácio havia faixas de apoio ao governador e um forte esquema de segurança montado para permitir a entrada nos cômodos do Palácio, apenas de políticos e pessoas ligadas ao governador. Depois da decisão final do Tribunal Superior Eleitoral, algumas manifestações foram planejadas, como relata o Jornal Pequeno:

¹² O movimento foi denominado de Balaiada em lembrança à “Balaiada” - o movimento revolucionário e social que se estendeu pelo Maranhão, Piauí e Ceará de dezembro de 1838 a meados de 1841.

O governador Jackson Lago anunciou, ontem à noite, que irá permanecer no Palácio dos Leões, com toda a sua equipe, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) faça o julgamento de todos os processos impetrados em sua defesa. Após uma demorada reunião com diversos deputados, no Salão de Atos do Palácio dos Leões, Jackson Lago fez um contundente discurso, conclamando o povo à resistência.

A decisão está tomada: vamos resistir até o fim. O Brasil inteiro precisa saber que nós não aceitamos o golpe. Nós não aceitamos a usurpação da vontade do povo do nosso Estado. Portanto, vamos à luta, porque esta causa não é minha; esta causa é do povo do Maranhão, afirmou o governador, cercado por assessores e correligionários. (Jornal Pequeno, 2009).

Mesmo com a resistência do movimento Balaiada, após o pronunciamento final do TSE sobre a cassação do mandato do então governador Jackson Lago, o Maranhão possui uma nova governadora, Roseana Sarney Murad que, por decisão do mesmo Tribunal é empossada imediatamente à saída do governador cassado.

Então, cumprindo-se o que fora determinado, às 08h30 do dia 17 de abril, Roseana Sarney toma posse numa sessão extraordinária e solene da Assembleia Legislativa. A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Tavares¹³ (PSB), que mesmo estando contra a decisão do TSE, fez cumprir a sua obrigação, como declarou para o jornal O Estado do Maranhão:

Disse e vou cumprir que esta Casa não será instrumento de nenhuma vontade política para obstaculizar os interesses do povo do Maranhão"... "Como presidente da Casa, não poderia deixar de cumprir uma decisão judicial e as constituições do meu estado e do meu país. Esta minha decisão de estar aqui hoje mostra que, acima das minhas vontades políticas, está a Assembléia Legislativa do Maranhão", afirmou o presidente. (O Estado do Maranhão, 2009).

Antes da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, Roseana Sarney Murad e o seu vice, João Alberto se encaminharam para o Tribunal Regional Eleitoral – TRE, onde a solenidade de diplomação foi comandada pelo vice-presidente e corregedor da Corte, José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Por causa de alguns boatos de rebelião por parte do movimento “Balaiada”, a polícia federal, antes da solenidade, fez uma varredura no prédio, pois havia recebido denúncias de instalação de bombas, no entanto a solenidade aconteceu de forma simples e rápida, sem discursos dos empossados, apenas com uma entrevista aos jornalistas presentes. Ressalta-se também que havia populares no lugar com faixas de apoio à

¹³ Marcelo Tavares é sobrinho do ex-governador José Reinaldo Tavares e foi secretário de Estado de Desenvolvimento Social e secretário de Estado de Articulação Política do governo José Reinaldo, de quem coordenou a campanha vitoriosa em 2002. Marcelo Tavares fora muito criticado pelos seus aliados, inclusive pelo o ex-governador (Jackson Lago) que queria que o presidente da Casa convocasse eleições indiretas no estado, contrariando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral

nova governadora. Paralelo à posse, o agora ex-governador Jackson Lago, em reunião com lideranças políticas e de organizações populares ainda resiste e fala para a imprensa:

Entendemos que não podemos ser cúmplices do desrespeito da vontade da maioria da população. Nos resta resistirmos no palácio para que a população reflita sobre o que estão fazendo com o Estado. [...] Estou defendendo a Constituição, que jurei respeitar e defender. (Jornal Pequeno, 2009).

Após outras reuniões e já com a notícia da posse de Roseana Sarney, o ex-governador deixa o Palácio dos Leões juntamente com seus assessores e ex-secretários, após 36 horas de ocupação. O grupo político saiu do Palácio em caminhada pelo centro de São Luís e em seu último pronunciamento o ex-governador afirmou que continuaria com os recursos no STF e que seria candidato nas eleições de outubro de 2010.

Toda essa contextualização política sobre um grupo historicamente dominante no estado do Maranhão, que disputou as eleições com uma oposição articulada e que objetivava derrubar este grupo e ocupar o poder no estado, nos apresenta o objeto desta pesquisa. No que se refere à contestada cassação de Jackson, e imediata posse de Roseana, foram discutidos alguns princípios da democracia, da participação democrática, de formação de consenso e de rituais de conflitos, temas que serão abordados no II capítulo. Trazendo para o foco da comunicação, deve-se ressaltar que a cobertura jornalística coube aos três jornais locais, abaixo relacionados. A análise das matérias nestes jornais estará no terceiro capítulo desta pesquisa, no entanto, cabe-se conhecer um pouco mais sobre eles.

2.4 JORNAL PEQUENO

O Jornal Pequeno nasceu no ano de 1947 ainda com o nome de O Esporte. Fundado por José de Ribamar Bogéa, que faleceu em 1997, o jornal, no período de sua fundação, como o nome mesmo já indica, se dedicava a um único assunto, o desporto, porém ele já funcionava como um plano – piloto para que o projeto jornalístico de seu fundador pudesse ser colocado em prática. Já sendo conhecedor dos métodos, dos caminhos e das estratégias para a manutenção e realização de um periódico, e somando ainda a pressão dos patrocinadores que não queriam mais investir em um jornal que falava apenas em esporte, José de Ribamar Bogéa começou a inserir outros assuntos no jornal e progressivamente foi mudando o conteúdo principal, priorizando sempre os fatos de interesse geral da sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento, em 29 de maio de 1951, acontece a mudança definitiva do nome de O Esporte para Jornal Pequeno, que segundo o senhor Antonio José dos Santos – gerente de oficinas desde 1968, “o jornal era pequeno, um jornalzinho de bolso, o dono era baixinho. Próximo ao prédio do jornal, se reuniam pessoas que falavam mal da vida alheia, conhecidas como pessoas pequenas. Então a própria população resolveu dar o nome de “Jornal Pequeno”. A partir deste período, começa a circular com um perfil definido das páginas, assuntos, temas, matérias, seções, colunas e anunciantes.

O Jornal Pequeno nasceu em um ano de muita contrainformação e agitação política e social no estado. Na greve de 1951¹⁴ a população de São Luís se revoltou contra a política local e os jornais da época, vinculados também a grupos políticos, na tentativa de enfocar os acontecimentos, desorientavam a população, pois noticiavam aquilo que era favorável a seus grupos. De acordo com CAVALCANTI(2004).

José de Ribamar Bogéa lançou o Jornal Pequeno, sem o objetivo de formar opinião, mas sim de interpretar os anseios do povo, retratando a realidade sem compromisso com facções políticas... A linha do jornal de Ribamar Bogéa seguia e segue um caminho independente porque ele acreditava que a verdade não tem dono e está solta, bastando dar asas à liberdade para vê-la pontificar.

Seguindo a linha de não defender nenhum grupo político da época, o Jornal Pequeno tinha tanto espaço para os articulistas da situação, como para os articulistas da oposição. Algumas seções da época de sua fundação, como: Língua de Trapo, Espírito de Porco, Professor Borracheira e o Cantinho do Leitor se destacavam por trazerem notas picantes e eram esperadas com muita ansiedade pelos leitores do Jornal. Essas seções, hoje, se transformaram na coluna do Dr. Pêta, que da mesma forma que as outras, aguça a curiosidade do leitor com denúncias veladas, nunca informando os nomes dos denunciados, atribuindo-lhes sempre um pseudônimo.

Depois da morte de José Ribamar Bógea, a sua esposa, senhora Hilda Marques Bogéa, assumiu a direção do jornal, juntamente com os seus filhos, formando, assim, uma empresa tipicamente familiar. Hoje o jornal tem uma tiragem que varia de seis a oito mil

¹⁴ A greve de 51 foi um movimento articulado pelas oposições coligadas contra a posse do então candidato Eugênio Barros que fora apoiado pelo Vitorinismo nas eleições de 1950. Pela apuração dos votos, a vitória seria do candidato das oposições coligadas, Saturnino Bello, no entanto o TRE decide anular cerca de 16 mil votos, fazendo com isso o candidato Vitorinista passar á frente do adversário em torno de 6 mil votos. Informado sobre o resultado, as oposições passam a defender a realização de eleições suplementares, no entanto, em meio às discussões, Saturnino Bello é acometido por um enfarte cardíaco fulminante, o que faz os seus correligionários atribuírem a sua morte aos juízes do TRE. Diante deste quadro, o Tribunal Regional Eleitoral decidiu dar a posse ao candidato Eugênio de Barros, o que faz com que a greve de 1951 tomasse grandes proporções, com mobilização popular nas ruas, havendo, inclusive, uma interdição federal.

exemplares, chegando de dez a doze mil aos domingos e está distribuído nas seguintes seções: Atos, fatos e baratos, Informe JP, Colunas Sociais, Dr. Pêta, Colunão, Esporte e Polícia, Cidade e Geral, Entrevistas, Religiosidades, Nacionais, Colaboradores e os Suplementos – JP Turismo, Caderno de Negócios, Suplemento Ecológico Folha do Amanhã, Suplemento Literário e Cultural Guesa Errante.

2.5 JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO

Sendo o único jornal com circulação nas principais cidades do estado, entre outros municípios, o jornal O Estado do Maranhão concentra o maior número de informações, tem maior equipe de jornalistas e editorias. É o líder do mercado maranhense e procura manter um padrão editorial e visual que o diferencia dos demais pela coerência e cuidado com a estética e identidade do jornal.

O Sistema Mirante, conglomerado de comunicação composto pela TV Mirante, Rádios Mirante AM e FM, Portal imirante e pelo jornal O Estado do Maranhão começou a ser alicerçado quando o atual Senador pelo Amapá, então governador do Maranhão em 1966, José Sarney, criou um cenário de modernização econômica para o estado que “aumentou o número de áreas com energia elétrica, houve um processo de urbanização e, especialmente de modernização da economia do estado.” (COSTA, 2008, pág. 38). As primeiras concessões do grupo Mirante foram obtidas no último governo militar do General Figueiredo, pois o interesse dos militares na época era a expansão dos sistemas de comunicação visando o desenvolvimento do projeto de integração nacional. Já no governo do ex - presidente Sarney acontece a expansão do Sistema Mirante, que de 1985 a 1990 passa de 37 emissoras para 85 em todo o estado.

O jornal O Estado do Maranhão foi a primeira peça do Sistema Mirante e tem a sua história atrelada ao desenvolvimento da política local. Oriundo do Jornal do Dia, periódico de caráter político, o jornal O Estado do Maranhão recebeu este nome em 01 de maio de 1973. Nesta edição, Sarney destaca o jornal no editorial como sendo uma universidade e reafirma os objetivos do periódico, que segundo ele seria modernizar a imprensa maranhense.

Sarney se aproxima do jornal, ainda quando este se chamava Jornal do Dia e era de propriedade de Alberto Aboud¹⁵, que coloca o jornal à sua disposição na campanha para o

¹⁵ Alberto Wady Chanes Aboud era de uma família de empresários libaneses que chegaram a São Luís no início do século XX. Foi eleito deputado estadual pelo PTB em 1958 e em 1962 se elegeu deputado federal pelo PSD,

governo do estado. Depois deste episódio e já como governador do Maranhão, Sarney entra para o quadro societário da empresa e em 1968 adquire todas as ações do jornal tornando-se o único proprietário. Em entrevista Sarney afirma: “Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político (...). O Jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político.” (D’ELBOUX apud COSTA, 2008, p. 18). Nesta afirmativa ficam claros os objetivos que norteiam o Jornal que foi criado por questões políticas e se mantém seguindo esta linha até hoje. O Próprio Jornalista Benedito Buzar (COSTA, 2008) afirma que os jornais da década de 60 e início de 70 eram fundamentados no tripé: política, polícia e esporte, então o que importava era defender o grupo político mantenedor do jornal, fato que se for bem analisado, se reproduz até hoje na imprensa maranhense.

Numa trajetória de modernização, o jornal O Estado do Maranhão foi o pioneiro em vários momentos, conviveu com o advento da telefoto, telex, policromia e da informatização, chegando a ser o precursor no uso da cor em todo o Norte e Nordeste. Restrita antes apenas à capa das edições de domingo, em meados da década de 1990, o colorido disseminou-se em outras páginas e por todos os dias da semana, o que aumentou o volume de vendas avulsas do jornal. O Jornal O Estado do Maranhão possui hoje os seguintes cadernos e suplementos: Perfil do leitor, Cidade, Alternativo, E+, O Mundo, O País, Política, Polícia, Economia, Portos, Vida, Geral, PH, Em cena, Revista da TV, DOM, Classificação, Na Mira e Terceiro Setor, e ainda conta com um portal na internet com acesso das edições diárias para os assinantes.

2.5 JORNAL O IMPARCIAL

O Imparcial completou em 2011, 85 anos de existência na sociedade ludovicense. Sendo um dos mais antigos periódicos da cidade, ele circulou pela primeira vez no dia 01 de maio de 1926, fazendo parte do grupo “Diários Associados”, fundado por Assis Chateaubriand; hoje se apresenta como o sexto maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil, compreendendo 14 jornais, 11 rádios, 8 emissoras de TV, 10 portais e 8 empresas ligadas à área.

Desde a sua fundação e de acordo com as informações sobre o jornal, o que se percebe é uma procura em seguir uma linha em que a liberdade de imprensa e a

partido de Vitorino Freire. Permaneceu no PSD até 1965, quando foi apoiar o candidato das Oposições Coligadas ao governo do estado, José Sarney.

imparcialidade sejam os princípios inegociáveis e que beneficiem a sociedade democraticamente. De acordo com entrevista com o editor – chefe, Pedro Freire,

Existe a preservação da imparcialidade desde a fundação do jornal, nossos profissionais abordam todos os aspectos da notícia sem tomar partido na diretriz administrativa. Informar a sociedade é compromisso maior. É apenas no editorial que manifestamos a opinião do veículo, pois este espaço permite tal posição parcial diante de um fato. (O Imparcial, 2011, p. 08)

A tecnologia também foi uma aliada para o desenvolvimento do jornal. Uma das primeiras mudanças ocorridas foi a implantação do sistema offset de impressão em substituição ao antigo linotipo, que permitia rápida impressão e excelente qualidade visual, modernizando a estrutura física do jornal. Com relação ao fazer jornalismo de O Imparcial, o que se constatou em entrevistas foi que houve uma transformação no tratamento dado às matérias, tais como: emprego de novas fontes; diagramação moderna e cadernos específicos de acordo com assuntos de interesse do leitor (economia, esporte e política).

Apesar de passar por um processo de modernização, na década de 70 o jornal ainda tinha a figura do rádio-escuta, um profissional responsável por ouvir o noticiário nacional e internacional e escolher, de lá, as notícias que mereciam estar na edição do dia seguinte; usava o telex, uma espécie de fax que transmitia notícias em tempo real e o telefoto, um primo do telex, que só servia para transmitir imagens. Nos anos 90, com a advento da internet, a redação do jornal foi ganhando cara nova, onde existia apenas um computador para acesso à rede, e o jornalista que precisasse fazer pesquisas avisava o horário e o tempo que precisava ficar conectado.

Em 2001, O Imparcial tomou uma atitude pioneira ao inserir o conteúdo da edição diária na internet; naquela época, como ainda contava com pouca estrutura para oferecer um serviço on line, o que acontecia era apenas a transferência do conteúdo da edição impressa para uma página na internet. O portal de O Imparcial só entraria no ar sete anos depois, com o objetivo de ser uma fonte constante de notícias para aqueles que também liam a versão impressa. Em 2010, com uma reforma gráfica e editorial feita no portal de O Imparcial, surge a TV Impar, onde um dos programas, o Impar Notícias faz um resumo do noticiário local e tem matérias produzidas por repórteres de TV.

Em resumo numérico, pode se afirmar que hoje o público leitor dos Diários Associados no Maranhão, que hoje além de O Imparcial possui o Aqui Maranhão, é estimado em 200 mil pessoas diariamente; o Portal de O Imparcial tem em média 1,8 milhões de visualizações por mês e os programas da TV Impar chegam a ser assistidos 4 mil vezes numa

mesma tarde. O Imparcial circula com média de 36 páginas diárias, podendo chegar a até 70 páginas no domingo e 80% de suas páginas são coloridas. Diariamente, são 04 páginas de política, 06 de urbano, 06 de o caderno Impar e, às segundas – feiras, 12 em Super Esportes. Para esta produção, são um total de 26 repórteres, sem contar os demais profissionais e 08 colunistas, 05 dos quais locais.

3 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, RITUAIS E CONFLITO

A questão colocada pelo nosso objeto de pesquisa, a contestada posse da governadora Roseana Sarney em abril de 2009, traz várias discussões que se tentará abordar neste capítulo. Primeiro, volta-se ao debate sobre o atual regime de governo em que vivemos a democracia representativa, pois no caso em específico se anula a decisão da maioria em detrimento da decisão aristocrática, e aí entra o questionamento: que representação é essa, onde não mais se ouve a vontade da maioria? Em seguida, parte-se para a análise dos rituais na chamada democracia representativa que, por via de regra, suspende um conflito, e que, neste caso, instaurou um conflito. Finalmente, discute-se o conflito, colocando em perspectiva os dois princípios: o democrático (maioria dos votos) X o aristocrático (decisão judicial).

3.1 A DEMOCRACIA

Na teoria clássica, segundo BOBBIO, a democracia é entendida como “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam do direito de cidadania” (2007, p. 319). Neste contexto, o cidadão comum, ao exercer sua cidadania, está expressando uma característica inerente ao ser humano, a sua vontade individual. É esta vontade individual que se torna o eixo central para aquilo que será chamado de vontade do povo, ou vontade geral. É necessário que o indivíduo reconheça a sua vontade, reconheça os seus desejos e faça com que eles existam de fato e de direito. Para isso, o indivíduo terá que defender esta vontade, e isso só acontecerá se puder observá-la, interpretá-la e selecioná-la criticamente. Surge então, a vontade geral, que segundo BOBBIO, “mesmo sem ser a rigor a vontade de todos, declara-se, na prática, através da vontade de muitos, onde todos os cidadãos participam do direito do voto.” (2007, p. 1298).

Ao se falar em voto, retorna-se à experiência da antiga Grécia. Os gregos foram os primeiros a considerar e a pensar sistematicamente sobre política; a própria origem da

palavra democracia é grega, “a segunda metade da palavra significa ‘poder’ ou ‘governo’”; democracia então seria o governo pelo demos, o povo. Foram os gregos que começaram a tomar as decisões de forma coletiva e em discussão pública.

As diferenças na comunicação com o público, por certo, não são suficiente explicação. Havia um fator de maior peso: a democracia ateniense era direta, não representativa, em dois sentidos. O comparecimento à assembleia soberana era aberto a todo cidadão, e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do Estado que faziam registros inevitáveis, como cópias de tratados e leis, listas de contribuintes inadimplentes e similares. O governo era, assim, “pelo povo”, no sentido mais literal. (FINLEY, 1988, p.31).

As assembleias funcionavam de portas abertas para que todos, maiores de 18 anos, pudessem participar. Naquele lugar tudo era discutido, desde assuntos relacionados à guerra até obras públicas; todas as atividades governamentais eram expostas ali, apresentadas, discutidas e votadas. A assembleia se reunia frequentemente durante o ano todo, e na maioria das vezes, em apenas um dia, chegava-se a uma decisão sobre determinado assunto. A *Isegoria*¹⁶ era utilizada pelos presentes que tinham o direito de participar, e as decisões eram tomadas pelo voto da maioria.

Deve-se considerar ainda que, mesmo os assuntos sendo discutidos com a participação de todos, nas assembleias também se percebia uma espécie de manipulação, um comportamento de multidão¹⁷, onde se votava não por vontade individual ou conhecimento de causa, mas sim, pelo fato de saber que a maioria se expressava deste jeito e que um cidadão comum não poderia ir contra o que estava sendo votado. O caso que mostrou isso com clareza foi relatado pelo historiador Tucídides, quando a assembleia votou a favor de enviar uma força expedicionária para a Sicília. Nota-se, como relatado pelo historiador, que a decisão foi tomada por questões adversas, como por exemplo, a paixão pela expedição. Confundi-se conhecimento técnico com discernimento político; o próprio Tucídides afirmou “em sua maioria ignoravam o tamanho da ilha ou quantos eram os seus habitantes” (FINLEY, 1988, p.34), ou seja, as questões técnicas que deveriam ser levantadas para que se discutisse o assunto foram esquecidas. Nesta mesma ocasião, o historiador relata que as discussões para se chegar a um consenso sobre a expedição foram travadas nas lojas e tabernas da cidade e em conversas informais, o que levou as pessoas a votarem de acordo com a maioria, pois como manter uma posição diferente neste caso?

¹⁶ Isegoria quer dizer o direito universal de falar na Assembleia (FINLEY, 1988)

¹⁷ Multidão – grupo espontâneo de indivíduos, unido por laços de contiguidade física; age baseada em impulsos, sendo inconstante, sugestionável e irresponsável. A formação de uma multidão pressupõe, inicialmente, a ocorrência de algum acontecimento emocionante que atraiu a atenção de várias pessoas. ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza.

Nas assembleias existia ainda uma estratégia denominada de “*graphé paranomon*, pelo qual um homem poderia ser denunciado e julgado por fazer uma “proposta ilegal” na Assembleia” (FINLEY, 1988, p. 38). Este artifício regulava e disciplinava a isegoria, ou seja, o direito de falar, pois o próprio povo poderia, através deste artifício, retroceder com relação a uma decisão tomada de maneira errada. Todo esse sistema de democracia na Grécia era estruturado de maneira que o poder não se concentrasse nas mãos de um líder, ou de uma instituição. O próprio Péricles, que foi um dos líderes democráticos de Atenas e uma das personalidades políticas do séc. V a.c, não detinha o poder nas assembleias, como relata FINLEY

Quando sua influência estava no auge, ele poderia esperar a constante aprovação de suas políticas, expressa no voto popular na Assembleia semanalmente, visões alternativas eram apresentadas às dele, e a Assembleia sempre podia abandoná-la, bem como suas políticas, e ocasionalmente assim procedeu (1988, p. 36).

O sistema democrático de Atenas foi instituído para que, explicando em termos constitucionais atuais, o *demos* conseguisse concentrar a autoridade, pois era o povo que se elegia para ocupar os cargos públicos, elegia os administradores e ainda julgava os assuntos políticos. Além do que, nesse sistema, atividades como a democracia remunerada, a disputa pelo poder de voto e a permanência em cargos públicos sem um rodízio temporário, devem ser desconsideradas, pois são características da política institucionalizada oriunda de uma postura elitista formulada por Schumpeter na teoria das elites “O método democrático é aquele apoio institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma disputa pelo voto do povo.” (FINLEY, 1988, pág. 36). Diferente do modelo das assembleias, a teoria das elites traz a figura do político profissional, que para a sua sobrevivência, entra na disputa pelo voto popular, e será esta a teoria apresentada no próximo capítulo.

3.1.1 Uma compreensão da Teoria das Elites

Num contexto geral, poderíamos dizer que a Teoria das Elites defende que no mundo político sempre haverá uma minoria dirigente e uma maioria que será dirigida. Os principais autores desta teoria foram: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Esta

Teoria considera que a igualdade social¹⁸ seria impossível e que a desigualdade é um fato natural, como afirma MIGUEL, fundamentado nos teóricos da teoria das elites

Segundo eles, sempre vai haver desigualdade na sociedade, em especial a desigualdade política. Isto é, sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida, o que significa dizer que a democracia, enquanto “governo do povo”, é uma fantasia inatingível (MIGUEL, 2002, p. 485)

Se forem analisados os ideais de igualdade relatados e defendidos na revolução francesa, pode – se entender que “são também os governados que concebem a ideia de uma legislação tão geral e uniforme, igual por toda parte e igual para todos” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 99). Este projeto de igualdade perdurou durante os 30 anos que antecederam a revolução, e a necessidade de uma sociedade igual para todos brotava do próprio povo, ou seja, a ideia de sociedade igualitária não era um projeto político, mas uma aspiração que vinha do meio daqueles que se sentiam diferentes e à margem do processo decisório.

O próprio Tocqueville não era adepto da igualdade entre todos, liberal convicto, o que significa na época certa tendência favorável pelas restaurações e uma tendência contrária às classes médias, além do que, entendia que a aristocracia desempenhava um papel de equilibrador na sociedade francesa, Alexis de Tocqueville acreditava que a expansão da igualdade seria inevitável, pois não haveria democracia sem igualdade, “Não é possível haver democracia sem igualdade; e a igualdade leva necessariamente à democracia” (Miguel, 2002, p. 486). O elitismo acreditava que a desigualdade é um fato inerente à condição humana, e que sempre haverá um grupo mais capacitado que comandará aqueles menos desprovidos das condições para o comando, ou seja, sempre haverá um grupo que deterá os cargos de poder, instaurando – se assim e sempre, uma desigualdade social.

Um dos adeptos da teoria das elites, Gaetano Mosca, entendia que a sociedade humana era sustentada por duas forças que se uniam: as intelectuais ou morais e as materiais (MOSCA, 1962). Nos estudos aplicados por Mosca as forças intelectuais se manifestam naquilo em que os indivíduos possuem de comum quando fazem parte de determinados grupos sociais, ou seja, as identidades e sentimentos que os levam a fazer parte de uma mesma comunidade. Já as forças materiais “agem através da administração e da hierarquia que, dispondo dos meios de coerção necessários, sabem e podem guiar a ação da massa para os fins às vezes desejados pela própria massa, mas em todo caso conforme os objetivos das classes dirigentes.” (MOSCA, 1962, p. 11).

¹⁸ “A igualdade social significa que não há diferença hereditária de condições, e que todas as ocupações, todas as profissões, todas as dignidades, todas as honras são acessíveis a todos. Estão, portanto, implicadas na ideia de Democracia ao mesmo tempo a igualdade social e a tendência para a uniformidade dos modos e níveis de vida.” (ARON, 2007, p. 221)

Dentro destas concepções, Mosca discutia a legitimação por entender que o poder era exercido fundamentado nas forças intelectuais e morais, que para ele são princípios universais. Estas forças legitimavam, ao passar dos tempos, o poder das classes dirigentes, como ele mesmo as chamava. Tais classes, motivadas por essas forças, eram constituídas de minorias que, com o critério da organização, se tornavam maiores porque detinham o poder da direção, eram as dirigentes. Mosca, discorrendo ainda sobre a sua teoria, coloca que desde os primeiros agregados humanos sempre existiu a figura de um chefe que era escolhido, eleito e separado, por trazer como identidade uma força moral que caracterizava aquela classe, como era o caso dos guerreiros que governavam nas sociedades passadas porque possuíam a valentia. O critério aqui, que fundamentava a classe dirigente, não era a capacidade de liderar, e sim, a característica que unia aquela sociedade.

Já outro teórico, que discutiu a teoria elitista, Vilfredo Pareto, destacava que o que definiria uma elite não seria um princípio moral, mas sim um princípio de eficiência. Para Holanda “No sistema apresentado por Pareto, a elite política constitui uma das classes de elite e reúne os homens mais aptos à condução do governo” (HOLANDA, 2011, p. 29). Assim então, o termo elite não estaria sendo empregado apenas para uma porção de pessoas de nível financeiro superior, mas sim, àqueles que formariam um grupo dominante, independente de status social; um exemplo seria que os melhores vendedores ambulantes comporiam aquilo que se chamaria a elite do trabalho informal, logo, estes vendedores estariam aptos para comandar e governar toda a sua classe trabalhadora.

Dando prosseguimento às ideias de Pareto, Michels, um sociólogo baseado nas teorias de Mosca, ao estudar os partidos políticos, entende que para ser uma minoria dirigente é preciso ter organização. Ele afirma que:

Uma classe que desfralda diante da sociedade a bandeira de reivindicações determinadas e aspira a realizar um conjunto de ideologias ou de ideais a partir das condições econômicas que exerce tem necessidade de uma organização, quer se trate, na realidade, de reivindicações econômicas e políticas, a organização se revela como o único meio de criar uma vontade coletiva. E, na medida em que ela repouse sobre o princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes. (MICHELS, 1982, p. 15)

Portanto, importa entender que, para que uma classe possa alcançar os seus objetivos, possa traçar uma linha coerente entre aquilo que se aspira e aquilo que se coloca em prática, a ação propriamente dita, será preciso que ela se organize. A ação de dominados perante dominantes não poderá ser desorganizada, ou então estará tendente a fracassar enquanto uma atividade que se propõe a demonstrar a vontade coletiva. Ainda nos seus estudos sobre os partidos políticos, Michels identifica que, no momento em que uma classe se

propõe a se organizar, surge o que ele vai chamar de oligarquização, como consequência da centralização do poder, que como ele mesmo afirma, “o poder é conservador o tempo todo” (1982, p. 219).

Foi nos estudos sobre os partidos políticos que Michels identificou a necessidade de os delegados encontrarem uma forma de garantir a organização num sistema democrático; surge, então, a figura do representante. Os delegados dos partidos existiam para representar o povo, para falar por eles e para participarem das grandes reuniões em nome deste povo. Desde então, a representação passou a ser utilizada no sistema democrático, garantindo, assim, a organização deste sistema. Considerando que nosso objeto de estudo se trata da anulação de uma representação, estudaremos um pouco mais no próximo capítulo sobre o caráter democrático dos representantes.

3.1.2 A questão da representação

Numa das páginas do Jornal O Imparcial, poderia ser lido assim:

Estamos vivendo um momento triste da vida institucional, não só do Estado, mas do país. É uma violência, um desrespeito à vontade da maioria da população. A oligarquia [da família Sarney], com o apoio da elite institucionalizada, resolveu golpear a vontade da maioria da população, disse o ex-governador. (Fonte: O Imparcial)

Esta afirmação do então governador eleito pelo povo, Jackson Lago, traz uma discussão sobre o caráter estritamente democrático da representação, partindo-se do ponto que a representação se expressa pela vontade da maioria, vontade que deverá ser respeitada para que se caracterize um governo democrático. Para se perceber melhor esta questão, volta-se ao conceito de vontade geral, que mesmo não sendo a vontade de todos, se define como a vontade da maioria, explícita através do sufrágio universal¹⁹.

A vontade geral, mesmo sem ser a rigor a vontade de todos, declara-se, na prática, através da vontade de muitos, onde todos os cidadãos participam do direito do voto. A vontade geral vem a ser assim a vontade racional do estado, juntamente com a vontade racional do povo, e do indivíduo, cujo querer está em conformidade com o do estado (BOBBIO, 2007, p. 1298).

Tratada inicialmente no Contrato Social de Rousseau, a vontade geral é apresentada por este autor como sendo oriunda do povo e se expressa através da lei,

¹⁹ “o sufrágio universal e direto é, hoje, considerado o único meio capaz de exprimir o assentimento coletivo, de produzir veredictos soberanos e de assegurar a alternância política” (CANÊDO, 2005, pág.11).

garantindo então a liberdade do cidadão que, ao substituir a liberdade natural pela liberdade civil, está aderindo à vontade de todos em detrimento de uma vontade particular. Após Rousseau, o termo vontade geral foi em seguida utilizado por muitos autores para explicar o governo representativo, que pelo seu caráter de representação, necessita que a maioria se pronuncie na escolha de seus representantes. Esta escolha é feita através do voto, que é a maneira do cidadão exprimir a sua pessoa política, “A pessoa é o homem civil a quem compete os direitos individuais; o voto é o homem político, a quem compete os direitos coletivos” (ALENCAR, 2005, p. 66). Por isso, cada cidadão deve ter a plena consciência e capacidade sobre a sua ação de votar, pois são os direitos coletivos que estão em jogo no momento deste pleito.

Quando se fala em consciência e capacidade para votar, devem-se considerar alguns aspectos que norteiam este processo de seleção. Na democracia antiga, onde as decisões eram feitas através das assembleias, todos poderiam apresentar as suas vontades individuais que se tornariam posteriormente vontades coletivas. Num processo representativo, isto não acontece, pois ao escolher um representante, automaticamente, está se repassando para ele a decisão da escolha em seu nome, ou seja, no momento em que se elege um representante, não se tem mais o direito de expressar uma vontade individual, e nem de ser escutado, o representante é quem terá esse direito. Isso gera uma relação, às vezes conflituosa, entre representante e representado, onde se procura entender os limites entre uma atuação e outra. O que se questiona a partir de então nesta relação, é que: o representante deve fazer a vontade de seu representado, que o escolheu para isso, ou deverá fazer a sua vontade, baseado no fato de que ele estará fazendo a vontade coletiva? PITKIN sugere a discussão de dois pontos mais importantes na questão da representação: “a polêmica sobre o mandato e a independência e a relação entre a representação e a democracia.” (PITKIN, 2006).

A definição do termo representação, assim como outros termos, passou por vários períodos de construção num mapa semântico de palavras, até mesmo em idiomas distintos, podendo-se ver a diferença na construção do sentido desta palavra.

Por exemplo, a língua alemã tem três palavras – *vertreten*, *darstellen*, *repräsentieren* – que geralmente são traduzidas pela palavra inglesa “represent”. *Darstellen* significa “retratar” ou “colocar algo no lugar de”; *vertreten* significa “atuar como um agente para alguém”. O significado de *repräsentieren* é próximo ao de *vertreten*, mas é mais formal e possui conotações mais elevadas (teóricos alemães da política, às vezes, argumentam que meros interesses privados egoístas podem ser *vertreten*, mas o bem comum ou o bem do Estado devem ser *repräsentiert*). Entretanto, o significado de *repräsentieren* não é, de forma alguma, próximo àquele de *darstellen*. Então, para quem fala em inglês o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de

palco representam, e o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito representam, obviamente, estão ligados ao mesmo conceito. O mesmo não acontece para quem fala em alemão. (PITKIN, 2006, p. 16).

Já os gregos, embora tivessem algumas instituições e práticas que poderiam utilizar o termo representação, não tinham um significado para a palavra ou correspondente; sua origem é latina e quer dizer “fazer presente, manifestar ou apresentar pela segunda vez, e se referia quase que exclusivamente a objetos inanimados” (PITKIN, 2006, p. 08). Nesta origem latina o termo poderia significar ainda: o ato de tornar um objeto presente, apresentar-se num tribunal, fazer-se presente, uma ideia manifesta em algum objeto, a substituição de um objeto por outro, ou a antecipação de um fato, trazendo-o para o presente. Todos estes significados de origem latina têm uma estreita relação com aquilo que se entende hoje como representação.

Na idade média o conceito de representação se estendeu para a literatura religiosa, no séc. XIII e início do séc. XIV começa-se a dizer que o Papa e os Cardeais representavam a pessoa de Cristo, esta correlação não era de delegação, mas sim da encarnação de uma imagem (PITKIN, 2006). Muitas traduções são colocadas e trazidas para se entender o conceito de representação, no entanto, todas elas sempre se remetiam à ideia de se colocar no lugar de outro, de se manifestar em lugar de alguém, de ocupar e falar por alguém; todas as traduções sempre traziam a ideia de delegação de poder de alguém para outra pessoa, no sentido de realizar, conduzir e agir. No campo político, especialmente no Parlamento, pode – se dizer que tudo começou por uma questão de oportunidade. Os cavaleiros e os burgueses iam até o parlamento para desempenhar algumas tarefas para suas comunidades e em seguida traziam as informações para as mesmas; eles funcionavam, até então, como uma espécie de intermediários. Com o passar dos tempos, tais atividades foram se desenvolvendo e se aperfeiçoando; eles agora iam até o Parlamento para levar as queixas de suas comunidades e cobrar providências do Rei, e passam a ser vistos como agentes de suas comunidades. Já do séc. XIV ao XVII, tais agentes começam a se organizar em grupo porque reconheceram que suas petições eram comuns e que desta forma as suas reivindicações seriam mais facilmente aceitas ou resolvidas, e a partir de agora são chamados membros do Parlamento, e como suas atividades duravam muito tempo, eram reeleitos para essa função. Eles não eram reconhecidos como representantes porque a palavra ainda não tinha um significado de representação, porém o termo é utilizado pela primeira vez em 1965 quando um jovem

chamado Isaac Pennington (PITKIN, 2006) se refere ao substituto do povo no parlamento. Em seguida, neste ano, Hobbes, no Leviathan, vai dizer que:

...define a representação em termos dos aspectos formais da agência legal, especialmente em termos de autorização: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. (PITKIN, 2006, p.28)

Para a teoria política, o desenvolvimento do termo representação se prolongou ainda com as grandes revoluções democráticas do séc. XVIII e com as prolongadas lutas políticas do séc. XIX, como o sufrágio e os partidos políticos e os interesses e políticas. A representação agora começa a ser usada de forma singular, ou seja, no momento em que é autorizado, o sujeito representa cada indivíduo. Esta representação adquire direitos, poderes e novas obrigações; existe delegação de poder na representação. A partir de então se criam alguns critérios de representação, de como fazer e conduzir esta tarefa, pois há uma preocupação com este aspecto, como assinala PITKIN “Ao chamar o soberano de representante, Hobbes constantemente sugere que o soberano fará o que se espera que os representantes façam, não apenas o que lhe satisfaz” (PITKIN, 2006). O próprio Hobbes, sendo um teórico da representação, fundamenta que um mútuo contrato entre os indivíduos formaria um corpo único, ou seja, um homem age em nome do outro, qualquer ação de um representante seria considerada a ação de um representado.

Na verdade, esta dicotomia entre representante e representado sempre estará inter-relacionada, e ainda importa discutir as questões colocadas pela teoria política que se preocupa com questões do tipo:

a relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, a medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo etc. (PITKIN, 2006)

Tais preocupações se fazem presentes no mundo contemporâneo e na chamada democracia representativa. As discussões sobre representações, papel dos partidos, interesses locais X nacionais e a deliberação através do voto são pontos debatidos na aplicação e legitimação da própria democracia atual. O desenrolar desta questão é de fundamental importância para esta pesquisa, que analisa, pelo olhar da mídia, um conflito político na própria estrutura de representação política, que sofre atualmente uma crise que, de acordo com MIGUEL, se sustenta em três aspectos: “declínio do comparecimento eleitoral,

ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por surveys²⁰, e o esvaziamento dos partidos políticos” (MIGUEL, 2003, p. 124). Pode-se afirmar que nestes três pontos observados por MIGUEL, existe um fato comum entre eles: o crescente aumento do número dos partidos de massa. Alguns autores, no final do séc. XIX creditaram a crise da representação a este novo papel que os partidos políticos de massa assumiram a partir do momento que aumentou o direito do voto. MANIN afirma que:

O que está atualmente em declínio são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado. Isso sugere que talvez existam semelhanças entre a forma de representação que hoje está emergindo e o tipo de governo representativo que a democracia de partido teria substituído definitivamente. (MANIN, 1995, p. 07)

Como já se analisou, o princípio do governo representativo consiste no fato de que, através de um processo eletivo, se atribui autoridade a determinados indivíduos que passam, a partir de então, a representar aqueles que os escolheu; o poder aqui é repassado para eles, através dos próprios representados ou governados. Na democracia de partido, um eleitorado numeroso é conquistado pelos candidatos dos partidos de massa, ou seja, não se vota mais por conhecer o seu representante, mas sim naquele que impunha a bandeira de um partido político. “Na prática os cidadãos comuns não escolhem um representante para promover seus interesses, formulação que lhes concede o papel ativo. Ao contrário, eles apenas reagem diante das ofertas que o mercado político apresenta” (MIGUEL, 2003, pág. 130).

Com todas estas mudanças, o conceito de representação se torna ainda mais difícil de ser colocado em prática, não mais apenas pela questão que se colocou no início deste capítulo, o representante deve considerar as suas vontades próprias ou aquelas de quem o elegeu? Mas agora também pelo fato de que, o representante além de prestar contas ao seu eleitorado, deverá agora prestar contas também ao seu partido, o qual de uma forma institucional, ele também representa. No entanto, independente da forma de como ele está se apresentando, seja na representação de seus eleitores, seja na representação de seu partido, um momento que deve ser ressaltado é o momento de sua escolha, o momento do voto, um primeiro momento do exercício do poder, “A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto já que, bifronte é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representante e representados” (MIGUEL, 2003, p. 131).

²⁰ Pesquisas de opinião pública

É através da eleição que representantes estarão autorizados a exercerem suas funções, imbuídos de todo poder que lhes fora confiado. As eleições são um processo ritualístico que identifica e atribui valor a um sistema democrático de escolha das representações, além de ser um primeiro momento do exercício do poder; a eleição é uma forma de publicizar o regime democrático; ela expressa e dá sentido coletivo à democracia.

3.2 RITUAIS NA POLÍTICA

Entende - se por ritual um conjunto de representações simbólicas características de um meio social que comunica determinada realidade de uma sociedade, de um povo ou de uma cultura. “O Ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressas por múltiplos meios” (PEIRANO, 2003, p.11). Todo ritual expressa, de certa forma, a crença e os valores daquilo que um povo acredita, por isso, ele acontece numa sequência lógica de cerimônias e símbolos que procuram dar sentido e dizer algo, seguindo uma lógica eficiente.

É válido acrescentar nesta pesquisa que, para se traçar uma análise sobre rituais na política, fundamenta-se também a partir de uma literatura especializada no governo Monárquico, especialmente em (GEERTZ, 1980) que apresenta um estudo sobre a sociedade balinesa, tendo como objeto a dimensão simbólica do poder. Para isso, a sua análise é focada na dimensão simbólica da sociedade, através dos cargos políticos e no funeral do rei morto. E em (BURKE, 2009) são traçadas as estratégias da fabricação da imagem pública de Luís XIV. O autor analisa a imagem individual de Luís XIV para traçar uma imagem pública do monarca; ele considera ainda um estudo de caso das relações entre arte e poder. Ambas as obras são baseadas num governo monárquico, porém serve de referência para o estudo de rituais na política.

Na verdade, pode se dizer que os rituais seguem um modelo divino, um arquétipo. Esta origem, oriunda da religião, se reporta ao fato de que é preciso fazer aquilo que os deuses nos deixaram como ensinamento, e isso diz respeito também aos rituais, às cerimônias, às convenções, ao conjunto de palavras, formas e atos que expressam um significado a uma determinada comunidade. Tudo isso se vislumbra no conceito de PEIRANO, quando afirma ser o ritual um sistema de comunicação simbólica. A reprodução de um ritual religioso, sendo deixado como ensinamento para os homens, evidencia uma comunicação entre criatura e criador, que deve ser realizada como forma de comunhão entre as partes, demonstrando que mesmo passados vários anos de separação, ainda se cultiva um relacionamento.

Seguindo esta linha de pensamento, os sociólogos DURKHEIM e MAUSS, propõem uma “concepção de sociedade que estabelece um vínculo essencial entre rituais, de um lado, e representações, de outro” (PEIRANO, 2003, p. 18). Para estes sociólogos os rituais são “atos de sociedade” que servem para que os indivíduos se identifiquem, se recriem e se renovem. Como a própria autora cita, os rituais como proclamação da república e da independência, e as próprias eleições servem para ratificar a nacionalidade de um povo, pois recriam continuamente esta ideia, garantindo o não esquecimento e significações de sua cultura. Os sociólogos ainda acreditavam que a religião não era algo ligada ao campo do sobrenatural, mas que estava ligada diretamente à sociedade. Então o homem que tinha uma ligação direta com os seus deuses nos cultos religiosos era aquele que se permitia mais.

Fundamentado nas ideias de Levi-Strauss, outro teórico que irá se debruçar nas pesquisas sobre rituais será Edmund Leach. Para este autor, primitivos e modernos se equiparam, ou seja, “Embora haja diferenças entre as sociedades – diferenças estas que os antropólogos apreciam e defendem – existe um repertório básico de ações que partilhamos” (PEIRANO, 2003, p.37), ou seja, mesmo diferentes, temos alguns aspectos que nos tornam iguais e similares. Porém, além deste ponto levantado nas pesquisas de Leach, outra questão que interessa no universo deste estudo é a classificação que o autor faz sobre um aspecto ritual da comunicação, que para ele, pode ser distinguido em três tipos de comportamento:

1) o racional – técnico, dirigido a fins específicos que, julgados por nossos padrões de verificação, produzem resultados de maneira mecânica; 2) o comunicativo, que faz parte de um sistema que serve para transmitir informações por meio de um código cultural; e finalmente 3), o mágico, que é eficaz em termos de convenções culturais.(PEIRANO, 2003, p. 38)

O autor enfatiza que o ritual estaria entre aquilo que aparece nos pontos dois e três, ou seja, um sistema cultural que transmite informações e ao mesmo tempo, algo mágico centrado em convenções culturais. Vale ressaltar que em nosso entendimento, estes dois pontos nos remetem à primeira conceituação dada aqui neste trabalho sobre rituais, e ainda àquilo que identificamos como sua origem, que seria uma fundamentação nos deuses, no divino. Fazendo um paralelo com aquilo que se identifica como ritual na política, pode-se entender como práticas convencionadas em algumas solenidades são realizadas para transmitir informações que nos resgatam certos códigos culturais. A política sobrevive pela reinvenção de símbolos, e o ritual tem um papel central e político nesta manipulação, pois à medida que ele é bem sucedido se torna importante aos movimentos de mudanças.

Para um entendimento maior do valor político dos rituais, KERTZER considerou quatro características relevantes: “o poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidade; de construir solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política das pessoas”. A associação que Kertzer faz dos rituais com essas quatro características, ganha ênfase quando elas são colocadas numa perspectiva com os seus públicos²¹. Os partidos políticos só existem, porque representam determinados públicos, e as pessoas, através de rituais e símbolos se identificam com determinados grupos políticos e se sentem representadas por eles. Essa afirmação também pode ser utilizada para explicar a segunda característica colocada pelo autor, o fornecimento de legitimidade. Os rituais na política ajudam a legitimar seus participantes que se identificam com os símbolos que se instauram entre eles e aqueles que são os dirigentes dos grupos. A construção de solidariedade é outra importante característica citada dos rituais, pois será através dela que se conseguirá um verdadeiro sentido de unidade. Serão apenas nas participações conjuntas que se intensificarão as emoções, se estreitarão os laços de união e se renovarão os laços de dependência e vínculo. Finalmente, a característica que fala sobre a percepção da realidade política dos rituais, nos remete ao fato de que algumas visões serão projetadas e identificadas de uma forma, sendo que outras serão ocultadas algumas vezes.

Esses conceitos e classificações sobre os rituais, principalmente os apresentados na política, servem como base para que entendamos o objeto de estudo deste trabalho que é a contestação da posse da governadora Roseana Sarney, em abril de 2009, após a cassação do mandato do ex-governador Jackson Lago em São Luís. Na verdade, em virtude do conflito instaurado, a posse não retratou as convenções e simbologias de um ritual de acordo com os costumes e a cultura do nosso país. No próximo capítulo faremos uma abordagem sobre os rituais numa democracia representativa, focando a posse de um governador e seus elementos fundantes.

3.2.1 Rituais na democracia representativa

O homem é cercado de rituais durante toda a sua vida. Na democracia participativa encontramos vários momentos ritualísticos que instituem e legitimam determinados grupos escolhidos como representantes do povo. Se quisermos enumerar alguns

²¹ Público aqui entendido como uma mescla complexa de grupos com diversos enfoques culturais, étnicos, religiosos e econômicos, e cujos interesses às vezes coincidem e outras vezes entram em conflito – WILCOX, Dennis L.

destes rituais, poderemos começar com as convenções dos partidos políticos, que legitimam as participações daqueles que entraram no pleito como possíveis representantes do povo; passaríamos para a fase de campanhas que marcam um processo de disputa na democracia e que também é carregada de simbolismos e de convenções típicas dos rituais e, finalmente, após a disputa, a posse dos candidatos. Cada ritual tem uma marca diferenciada e uma construção simbólica diferente, pois nem todos celebram o consenso como no caso das posses dos candidatos eleitos.

Em específico, no caso desta pesquisa, situa-se a posse de um governador que em linhas gerais segue um determinado roteiro: No Brasil, os presidentes das Assembleias Legislativas são incumbidos de empossar o chefe do executivo; então, via de regra, os governadores eleitos juntamente com os seus vices são recebidos pelo presidente da Assembleia Legislativa que, em seguida, declara aberta a sessão da posse. Ouve-se o hino nacional, o presidente da Assembleia faz o seu discurso inicial e os candidatos eleitos são convidados a cumprirem o compromisso constitucional. O termo de posse é lido pelo secretário da casa e, logo após, assinado pelos candidatos eleitos.

Demarcando este momento, pode-se ler aquilo que GENNEP coloca quando fala sobre o Rito de Passagem. Este autor lembra que desde o Renascimento, existe uma nítida separação entre alguns opostos, aquilo que ele chamaria de profano, sociedades leigas e o sagrado, sociedades religiosas. Isto apresentará uma clássica fronteira entre diversas sociedades e classes, nobreza X operariado, camponês X operário, pedreiro X assistente de pedreiro, etc. Haveria uma espécie de limite e que ao serem passados, ou melhor, ultrapassados, estariam concretizando o “Rito de Passagem” aquilo que para (TURNER, 1974) seria a “Liminaridade”. Na verdade, nessa conceituação de GENNEP, a vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra.

É o próprio ato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial à outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos a mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. (GENNEP, 1977, p 26)

No momento em que um candidato eleito assina um termo de posse, ele passa do estado de candidato eleito por uma maioria de votos, a governador que representará a todos. Aqui se volta à discussão sobre a questão da representação; é neste momento que existe a

suspensão de um conflito que ainda está instaurado, porque o candidato eleito é agora o governador de todos, o representante legal de todos. É através deste rito de passagem que um cidadão comum passa a ter o poder de representação de toda uma sociedade. Na verdade, a vida normal de todas as pessoas é uma sequência sucessiva de passagens, sejam elas de cunho natural, como a passagem da infância para a adolescência, ou da juventude para a maioridade, ou mesmo as passagens que envolvem a vida social, o estado de solteiro para o estado de casado, e as passagens de níveis escolares, as formaturas. No momento de cada rito de passagem, principalmente na vida social, existe uma cerimônia que delimita o instante do passamento, que define o que era o indivíduo antes e o que ele passará a ser depois.

Após a assinatura do termo o governador é convidado a fazer um breve discurso que encerrará a sessão especial na casa. Geralmente este discurso é feito no lado de dentro de onde está acontecendo a solenidade, ou num lugar preparado ao ar livre, considerando que nestes tipos de solenidades se concentram populares que querem participar e acompanhar o evento. No momento em que o governador empossado se dirige ao encontro do então ex-governador, que sempre o espera na sede que representa a administração local do estado, ele recebe antes as honras militares e passa em revista as tropas.

Este é outro ponto que define o ritual de posse como um momento de entrega de poder. Recebimento de continência, passagem em revista e saudação à bandeira, são atos carregados de simbologias que traçam um vínculo entre o representante e seus representados. Apenas quem tem o poder de governar pode receber tais manifestações, no entanto, o representado naquele momento se sente diretamente ligado a seu representante por identificar naquele gesto o reconhecimento de um símbolo nacional, algo que nos une e nos aproxima como nação. No dizer de DURKHEIM e MAUSS, são atos de sociedade “através deles a sociedade toma consciência de si, se recria e se afirma” (PEIRANO, 2003, p. 18).

Encerrado este primeiro momento da solenidade de posse, o governador se dirige à sede administrativa do governo onde será recebido pelo agora ex-governador. É justamente este o momento em que será oficializada a transmissão do cargo. Geralmente aquele que está entregando o cargo recebe o governador na porta de entrada, depois seguem para um auditório, onde há uma mesa composta por algumas autoridades, inclusive o presidente da Assembleia Legislativa que empossou o governador; segue – se, então, uma solenidade formal com a execução do hino nacional. Em uma de suas últimas atribuições, o ex-governador faz o seu discurso de despedida e em seguida entrega para o atual governador a faixa do estado, ou como no caso do estado de São Paulo, entrega o Pavilhão do Governo de Estado. Depois deste momento, o ex-governador é conduzido até a saída da sede do governo e

o governador, já em seu exercício, retorna para um auditório, onde começará os trabalhos fazendo a nomeação do seu secretariado. Um aspecto importante que deve ser destacado é que o ex-governador não é conduzido até a saída pelo governador; esta tarefa geralmente é atribuída a um oficial da polícia militar.

Considerando este último momento da posse de um governador, retorna-se aos estudos do Rito de Passagem, porém agora centra-se a atenção no que (BOURDIEU, 1998) vai afirmar quando da passagem desse limite, dessa fronteira salientada por (GENNEP, 1977). No que diz respeito à função social do ritual, seria o que ele chamou de a “transgressão”. Para o autor, a separação institui uma diferença entre os que foram e os que não foram afetados; daí se trabalha não mais com Rito de Passagem, mas sim com Rito de Instituição.

O rito consagra e legitima algo que estava no campo da arbitrariedade; ele institui, dá a alguém a sua identidade; o ato de instituir é um ato de comunicação. No momento em que o governador recebe a faixa de seu antecessor, ele é instituído o chefe máximo do poder executivo, e a partir daquele momento ele é legitimado e autorizado como representante de todos. A instituição também é um ato de “magia social” onde se explora e se consagra as diferenças existentes. Quando instituído, há o direito de ser e deve ser, ou seja, é fazer alguém entender que possui não só os direitos adquiridos, mas também os deveres que tal instituição lhe atribuiu.

Atos de magia social tão diferentes como o casamento ou a circuncisão, a colação de grau ou de títulos, a sagração de um cavaleiro, a nomeação para cargos, missões, a concessão de honrarias, a imposição de uma marca, a aposição de uma assinatura ou de uma rubrica, logram êxito no caso de a instituição (no sentido ativo de um ato que tende a instituir ou alguma coisa dotados deste ou daquele estatuto, desta ou daquela propriedade) constituir um ato de instituição num outro sentido, qual seja um ato garantido por todo o grupo ou por uma instituição reconhecida. (BOURDIEU, 1998, p. 104)

É neste momento de instituição, ressaltado por BOURDIEU, como um momento de reconhecimento, que podemos analisar os rituais na democracia representativa. No mundo contemporâneo o homem é cercado por rituais desde o seu nascimento, até a sua morte, e na sociedade moderna os rituais são uma constante na vida do indivíduo. Dentro da democracia representativa existe uma série de rituais que marcam a vida de candidatos, de partidos políticos e de parlamentares. Estes rituais instituem e reconhecem perante a sociedade, os espaços ocupados, os deveres e os direitos de tais atores sociais.

A posse de um candidato é um ato de instituição que o consagra e o legitima. Tal evento não é apenas uma festa de demarcação de um novo governo; é sim, um ritual repleto

de simbolismos e convenções que devem ser considerados e analisados. Em seu livro *A Invenção das Tradições*, Hobsbawm²² nos fala sobre práticas inventadas que repetem as práticas sociais do passado como uma forma de legitimar o presente. Porém as tradições que hoje fazem parte de um universo ritualístico da democracia representativa são fundamentadas principalmente nestes três aspectos:

Em primeiro lugar, o ritual da posse atua através da *mobilização coletiva* dos cidadãos, que deste modo se percebem como parte de uma unidade maior, a nação; em segundo lugar, o ritual da posse possui um caráter *performativo* (Austin, 1990), ou seja, ele não apenas enuncia um tipo de discurso sobre a democracia, mas o faz através de uma encenação; em terceiro lugar, o ritual da posse instaura um momento *liminar*, de suspensão temporária da ordem estabelecida e das clivagens que a caracterizam. (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2007, p.66)

Portanto, os rituais na democracia representativa, e em especial, o ritual de posse, são marcados pela mobilização coletiva, resultado da participação ativa da mídia num trabalho de divulgação e formação de opinião pública. O caráter performativo pode ser percebido pelas simbologias nas cerimônias que sempre seguem um ritual pré-estabelecido e preparado para dar certo. O que nos interessa não é estudar essa sequência, pois já foi testada em momentos outros e, na verdade, é muitas vezes alterada. O que vale entender são os momentos ritualísticos que expressam a legitimação do poder incumbido ao representante e, finalmente, a marca da liminaridade que dá ao ritual de posse a sua característica de consenso. Esta característica não foi expressa totalmente na posse da governadora Roseana Sarney, em abril de 2009, como veremos no próximo capítulo.

3.2.2 Posse da Governadora Roseana Sarney – a suspensão de um conflito

No dia 17 de abril de 2009, Roseana Sarney tomava posse mais uma vez como governadora do estado do Maranhão, porém essa não era uma posse normal como as duas que marcaram a sua vida política. Após uma disputa judicial pelo governo do estado, a então candidata pelo PFL foi vitoriosa, e assumiu o cargo no lugar do governador cassado, Jackson Lago. Este fato já foi detalhado e explicado no primeiro capítulo deste trabalho; o que se pretende agora, é estudar o conflito que foi instaurado nesta disputa e de que forma ele se reflete no ritual simbólico de posse da nova governadora.

²² Hobsbawm diferencia as tradições inventadas dos costumes. Estes seriam práticas sociais que podem, até certo ponto, sofrerem mudanças estruturais e têm como função principal justamente legitimar as mudanças desejadas ou a resistência à inovação.

Como foi dito anteriormente, a marca da liminaridade, do limite que deverá ser ultrapassado numa posse, deve ter como característica o consenso. No entanto, ao se remeter à posse da governadora Roseana Sarney em abril de 2009, o que se configurou foi a continuação da não suspensão de um conflito, e, conseqüentemente, a não existência de um consenso. Van Gennep afirma que uma das fases de um rito de passagem é o período “limiar”; ele afirma que “as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas: passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro” (TURNER, 1974, p. 117). Dessa afirmação se entende que, mesmo numa situação de conflito, em específico no caso desta posse, no momento da passagem, existe sim, uma instabilidade do transitante na procura de uma adequação à sua nova posição, ou seja, uma adequação àquilo que ela era, com aquilo que passa a ser a partir de agora.

Para alguns teóricos, o conflito é uma espécie de interação entre os indivíduos. Numa análise deste fenômeno, pode-se trabalhar com o contraponto colocado por Bobbio no dicionário de política, quando este autor coloca de um lado os teóricos (Comte, Spencer, Pareto, Durkheim, Talcott Parsons) que defendiam que a “harmonia e o equilíbrio constituiriam um estado normal”.

Todo o Conflito, então, é considerado uma perturbação; mas não é somente isso; já que o equilíbrio e uma relação harmônica entre os vários componentes da sociedade constituem o estado normal, as causas do Conflito são meta-sociais, isto é, devem ser encontradas fora da própria sociedade, e o Conflito é um mal que deve ser reprimido e eliminado. (BOBBIO, 1998)

E do outro lado estariam Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel e entre os contemporâneos Dahrendorf e Touraine, que:

consideram qualquer grupo ou sistema social como constantemente marcados por Conflitos porque em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais. Antes, são exatamente a desarmonia e o desequilíbrio que constituem a norma e isto é um bem para a sociedade. Através dos Conflitos surgem as mudanças e se realizam os melhoramentos. (BOBBIO, 1998)

Então, essa luta entre indivíduos ou grupos, seria para uns uma perturbação que deveria ser eliminada, e na visão de outros é justamente o que provoca as mudanças e as alterações na sociedade. É importante lembrar que um conflito político se estabelece desde o início de uma disputa eleitoral, e tem como ambição o controle dos cargos em competição, onde no momento da posse, deve haver a suspensão deste conflito. Entendido sob este ponto

de vista, conclui-se que o conflito não foi instaurado apenas no momento da posse da governadora Roseana Sarney, mas desde a posse do governador Jackson Lago, quando o grupo opositor solicitou a cassação de seu mandato.

Neste caso, em particular, nunca houve um consenso. “O termo Consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar ” (BOBBIO,1998), e a presença do conflito foi reafirmada na posse que foi marcada pela falta dos momentos ritualísticos que caracterizam este tipo de cerimônia. De acordo com a Coordenação de Cerimonial da Assembleia Legislativa do Maranhão, após os candidatos serem diplomados no Tribunal Regional Eleitoral, eles seguiram para a Assembleia, onde a sessão já estava preparada para acontecer, seguindo o seguinte roteiro:

- 1 o presidente abrirá a sessão e convidará as autoridades que irão compor a mesa;
- 2 A Governadora e o Vice - governador diplomados e as demais autoridades tomarão assento nos lugares que lhes serão indicados;
- 3 Em seguida, o presidente convida a todos os presentes para que, de pé, acompanhem a execução do hino nacional;
- 4 A convite do presidente, a governadora e o vice – governador proferirão o compromisso constitucional;
- 5 O presidente declara encerrada a sessão.

Após este momento, a cerimônia deveria seguir seu protocolo normal com o deslocamento da então empossada governadora e de seu vice para a sede do governo, que no caso do Maranhão, é o Palácio dos Leões. É neste momento da posse que há uma certa legitimação daquele que se tornará o representante de todos. Certas simbologias que confirmam esta representação, como a passagem em revista às tropas, a saudação à bandeira e a troca da faixa governamental não aconteceram. De acordo com relatos, após a solenidade no plenário da Assembleia, a governadora juntamente com o seu vice e seus correligionários se deslocaram para uma sacada da própria Assembléia, onde ela recebeu a faixa de governadora das mãos do presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Marcelo Tavares e falou para uma plateia que estava ali concentrada. Infelizmente este momento não ficou registrado em documentos oficiais, só foi relatado pelo jornal O Imparcial, e em entrevistas com alguns presentes ao ato, ficou a dúvida de quem realmente teria colocado a faixa governamental em Roseana Sarney.

Toda esta solenidade, após a cassação do mandato de um governador, foi narrada e divulgada pela imprensa local. Na verdade, a posse foi o momento culminante de um

conflito que foi marcado, principalmente, pelas votações no Supremo Tribunal Federal e pela decisão final com a cassação. Como o nosso estudo se baseia neste objeto, porém analisando do ponto de vista da cobertura jornalística, no próximo capítulo será traçada uma análise de como este acontecimento foi construído e como ele se apresentou nos principais jornais da cidade.

4 POSSE E CONSTRUÇÃO

O mundo ao nosso redor é marcado por acontecimentos, fatos, situações, rotinas e movimentos diários que se apresentam como construtores de uma realidade vivida pelos seres humanos. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER ;LUCKMAN, 1985, p. 35).

Essa realidade, que é construída na visão de alguns sociólogos, é composta por todos os fenômenos da sociedade que se agregam para a formação de um mundo coerente. O termo coerente, aqui, pode ser entendido como algo ordenado e organizado para que a sobrevivência e convivência neste mundo aconteçam de maneira a dar sustentação às aspirações dos seres humanos, ou seja, às suas convicções, aos seus anseios, seus sonhos e seu modo de vida. É na construção desta realidade que o ser humano se projeta num mundo físico e numa existência real de vida.

Nessa concepção, se entende que o ser humano se insere numa realidade onde tais fenômenos já estão ordenados, e que a sua própria necessidade de sobrevivência o leva a compreender e a aceitar a realidade como tal. “Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão.” (BERGER , LUCKMAN, 1985, p. 38)

A realidade se apresenta para o indivíduo de forma pronta, ou seja, ele interpreta e apreende uma realidade e constrói, através dela, aquilo que vai se chamar de vida cotidiana. É através da linguagem que os indivíduos assimilam o ordenamento da vida real, e os processos que a constituem passam a ter sentido e significados enquanto formadores deste universo. A partir desta apreensão, os homens comuns, além de fixarem uma conduta subjetiva dotada de sentidos em suas vidas, serão levados à construção de fato do cotidiano por um mundo que se

origina nos seus pensamentos e ações; daí temos a interação, que é uma construção na própria realidade social.

Ao invés de ser uma aberração, a construção da realidade social está inerente na própria natureza da interação. Não apenas o mundo social é conhecido pelos seus membros graças às descrições que dele fazem os próprios membros entre si, como também esses relatos são parte do próprio mundo social que os membros descrevem e tornam inteligível. (FISHMAN, 1990, p.2)

A realidade da vida cotidiana está centrada no “...aqui de meu corpo e do agora do meu presente” (BERGER ; LUCKMAN, 1985, p 39). A construção de tudo que se faz nesta vida cotidiana está diretamente ligada ao que se vivencia no dia a dia no qual se está interagindo. Existe também a presença de fenômenos distantes, espacial e temporal, no entanto, o que constitui aquilo que se manipula é o que está acessível, é aquilo que se está próximo, portanto, o mundo no qual se atua, se comunica e se relaciona. Nesse convívio, o ser humano é dominado por motivos pragmáticos, ou seja, em uma atuação baseada naquilo que se está fazendo, se fez ou ainda se fará; na contínua interação e comunicação com o outro; na compreensão e objetivações ordenadas no mundo e na organização em torno de um “aqui e agora”.

Porém, deve-se salientar uma nítida aceitação de que, apesar de se estar interagindo comumente em objetivações ordenadas do mundo, cada um tem a sua própria perspectiva. Vive-se em um mundo comum, mas cada um possui uma visão diferente, um sonho diferente, como afirma BERGER & LUCKMAN ““Embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou, mais simplesmente, que o homem se produz a si mesmo” (1985, pág. 72). Essa afirmação nos leva a entender que o homem, ao construir a sua realidade da vida cotidiana baseado em objetivações ordenadas num mundo contemporâneo, ele cria a sua realidade e a sua forma de ver, de entender e de estar no mundo; com isso, ele se produz e, ao se produzir, ele também produz os acontecimentos que norteiam essa realidade.

Um acontecimento pode ser definido como

...todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva como todo fato que está fora da ordem habitual. Ora o acontecimento é confundido com a novidade, ora ele se diferencia dela, sem que se defina a diferença. Ora defende-se a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza, ora sustenta-se que ele é provocado (CHARAUDEAU, 2006, p. 95)

Percebe – se nessa definição que os acontecimentos podem surgir de diferenciadas formas, e o que se tem de concreto é que ele sempre será algo que se produz no mundo; assim sendo, o homem, na construção da vida cotidiana, produz e está inserido nos diversos acontecimentos existentes, sendo ao mesmo tempo receptor e emissor desse acontecimento e

tendo momentos individualizados em ambas as fases. Entendendo isso, compreende-se que os acontecimentos estão inseridos num universo onde existe uma construção de sentido diferente entre um sujeito enunciador e outro receptor. Na conceituação de (CHARAUDEAU 2006, p. 95) é chamado de “mundo a comentar”, que é a maneira e a expressão que o homem tem em se colocar em relação com o outro, assimilando – o, e da mesma maneira, se diferenciando dele.

Reportando-se ao que foi dito sobre a realidade da vida cotidiana, pode-se afirmar que, no caso do acontecimento, também existe uma construção baseada na realidade apresentada, pois um acontecimento nunca será o mesmo, porque haverá, sobre ele, diferentes olhares. Um acontecimento só se torna compreensível no momento em que ele passa por um processo de significação de determinados olhares, pois nenhum acontecimento é transmitido em sua forma original; ele será sempre o resultado dessas percepções e interpretações,

dir – se – á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significante, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo a sua própria competência de inteligibilidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 96)

O acontecimento sobrevive nessa dialética de ordem e de desordem, porém ele só é apreendido no momento em que há um desequilíbrio na vida cotidiana e é percebido pelos seus sujeitos. Outra condição para que o acontecimento seja percebido é que os sujeitos envolvidos entendam os efeitos que são causados por ele. Quando essas condições são processadas, entra em ação um aparato fundamental para que se relate o que acontece no espaço público, o aparato midiático. À medida que um acontecimento causa um desequilíbrio, que é sentido pelos sujeitos e, a partir da identificação de seus efeitos, ele alcança o reconhecimento público, ou seja, é um acontecimento midiático.

Sendo um acontecimento midiático, como afirma Charaudeau (2006,p. 1), ele é “construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘sociabilidade’ e de imprevisibilidade”. Com relação à atualidade, o que se avalia é a distância que separa o momento do acontecimento com o momento em que ele será noticiado. Vale voltar aqui à discussão sobre a construção da realidade cotidiana para analisar a questão da temporalidade, “O tempo que encontro na realidade diária é contínuo e finito. Toda minha existência neste mundo é continuamente ordenada pelo tempo dela, está de fato envolvida por esse tempo.” (BERGER, LUCKMAN, 1985, p. 45). Dentro dessa função de atualidade é preciso entender que a própria sociedade já impõe uma sequência de acontecimentos dentro de um tempo que já existia e segundo o qual será preciso sincronizar todos os projetos nele.

No que concerne à função de sociabilidade, o acontecimento representa o que ocorre no mundo, com diferentes atores e momentos distintos, fazendo-se parecer comum a todos. Será a forma de unificar e categorizar através da criação de espaços como: política, economia, esporte, cultura e outros. A imprevisibilidade é a apreensão daquilo que torna o acontecimento uma informação. O que se pretende nessa função é perceber o que existe no acontecimento que o levou a causar certa instabilidade nos sistemas, tornando-o, assim, um acontecimento midiático.

O objeto de estudo deste trabalho é um evento que está inserido na realidade de um cotidiano construído e que, pelas suas características, foi um acontecimento midiático com suas respectivas funções de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. A posse contestada da governadora Roseana Sarney foi noticiada e divulgada pela mídia local e por alguns jornais nacionais. Pode-se afirmar que o acontecimento não foi apenas a posse depois da cassação, mas sim todo o processo que culminou nessa posse, pois foram três julgamentos, sendo que dois foram adiados, e somente no último, ocorreu a cassação do governador. Com todos esses eventos, houve uma manifestação paradoxal da sociedade; uns se colocaram contra, e outros, a favor de tudo que estava acontecendo, e é neste momento que todo o acontecimento é construído.

A mídia local foi responsável pela construção dessa realidade da posse contestada da governadora Roseana Sarney. Os jornais que são estudados nesta pesquisa trouxeram em suas capas chamadas que convidavam a população a um envolvimento com o acontecimento. Todas as matérias dos jornais locais construíram uma realidade que está inserida naquilo que se chama de espaço público e por onde perpassam as várias mediações que acontecem nos campos legítimos de uma sociedade.

5 CAMPOS E MEDIAÇÃO

Os processos de comunicação são os responsáveis pelas interações sociais que acontecem e fomentam o espaço público. A comunicação não será apenas o instrumento utilizado para trocas de informações e notícias para uma determinada sociedade; ela será também a responsável por todo um intercâmbio e uma troca que dará sentido e significado aos atores inseridos naquele espaço. É somente através da comunicação que ideias, atitudes e pensamentos serão colocados nas pautas dos discursos, provocando então os debates necessários para a sustentabilidade de uma sociedade, e ainda, dando a devida visibilidade

para o próprio espaço em questão. Será nesse espaço de debate, nesse espaço público, que os assuntos alcançarão também a sua legitimidade.

Para Rodrigues “A legitimidade é assim o critério fundamental de um campo social”, ou seja, para se entender a formalização de um campo social, é preciso saber que, somente através da sua legitimação, um campo será considerado como uma instituição social e responderá como tal. Existem alguns campos sociais formais, como a religião, a família, a política e outros, que já se institucionalizaram e alcançaram certa autoridade indiscutível de discursos e práticas dentro de um limite específico de confiabilidade. No entanto, existem ainda os campos sociais informais que, mesmo sem uma estrutura de visibilidade, conseguem influir no espaço público de forma a garantir a sua legitimidade de existência.

A legitimidade de um campo social, quer se afirme formal quer informalmente, incide sobre todo o processo de institucionalização dos valores que lhe são próprios, desde a sua criação e gestão até a sua inculcação e sanção. A dimensão originária de uma instituição social é, por conseguinte, uma axiologia, uma hierarquia ordenada de valores. (RODRIGUES, 1990, p. 145)

Esta ordem de valores é que irá constituir o corpo de um campo social. É a partir da criação dessa ordem que, além da visibilidade, se confirmará a sua legitimidade. A instituição de um campo social, assim como sua maior visibilidade, acontecerá a partir de um processo ritual, ou seja, da apropriação de discursos e gestos demarcados em um determinado espaço e tempo. Existem alguns campos sociais que se apropriam de determinadas formas simbólicas, gestos e discursos, que são trazidas pela força de um apagamento de sua própria origem funcional. Essas formas simbólicas, quando institucionalizadas, ganham visibilidade nos campos sociais que as apropriou.

Os campos sociais trabalham de maneiras diferenciadas, uma vez que os ritmos de funcionamento não são os mesmos; dependem dos lugares e momentos. Um exemplo pode ser o próprio campo religioso, que em determinados períodos de peregrinações ou por ocasião de um ofício religioso, é compelido a intensificar o seu funcionamento, porque a situação requer uma maior atuação. Esse mesmo campo não terá tanta participação numa campanha eleitoral, do que o campo social da política, que na verdade, está em contínuo processamento de suas atividades. Apesar de ter funcionamentos diferenciados, os campos sociais precisam sempre estar acelerando os seus procedimentos com vistas a não vir a sucumbir pela força do enfraquecimento e esquecimento de sua presença.

Mesmo tendo formas de funcionamentos distintas, os campos sociais coexistem com vários outros campos, compondo entre si uma espécie de dimensão “composição de

processos e das funções entre os diferentes campos sociais resultam reflexos que se projetam em cada um dos campos e o atravessam” (RODRIGUES, 1990, p. 149). Esses reflexos são as dimensões que permeiam os campos, dando assim maior força e visibilidade à sua atuação. Um campo será mais forte se conseguir impor aos outros campos a sua ordem de valores, assim sendo, sempre se encontrará no campo político, por exemplo, as dimensões econômicas, religiosas ou pedagógicas. Essa cooperação acontece entre os campos sociais, nas formas de cooperação ou conflito; na cooperação há uma maneira de composição entre os campos, amplificando os resultados institucionais de sua atuação; por outro lado, ao se reforçarem as ambições de dois ou mais campos em impor as suas ordens de valores, acontece o conflito.

Segundo RODRIGUES, é nesta estratégia de cooperação entre os campos que se configura o campo dos media:

Entendemos por *campo dos media* o campo cuja legitimidade expressiva e pragmática é por natureza uma legitimidade delegada dos restantes campos sociais e que, por conseguinte, está estruturado e funciona segundo os princípios da estratégia de composição dos objetivos e dos interesses dos diferentes campos, quer essa composição prossiga modalidades de cooperação, visando, nomeadamente, o reforço da força da sua legitimidade, quer prossiga modalidades conflituais, de exacerbação das divergências e dos antagonismos. (1990, p. 152)

O campo dos media se institucionaliza, portanto, com o objetivo de ser o mediador dos demais campos sociais. Uma das funções desse campo será aglutinar a ordem de valores das diferentes instituições, que na sociedade moderna se fazem presentes por impor os seus objetivos e o respeito, aos seus interesses. O campo dos media é por isso uma instituição fluida, dentro de uma sociedade diversificada e dividida, e que, por isso, tenta assegurar um funcionamento que requer certa homogeneidade e um entendimento para o alcance de seus objetivos e princípios.

A legitimidade dos campos dos media é delegada pelos demais campos através da própria mediação criada entre eles. Essa mediação, ao se tornar independente, constitui a sua própria ordem de valor que também é legítima e assegurada pela sua representação, transparência e legibilidade numa sociedade de natureza fragmentada. A transparência nos campos dos media é o princípio que define a sua natureza simbólica, e ao contrário de outros campos sociais, o seu funcionamento acontece sempre de forma acelerada, sendo apenas regulado por uma cadência cronométrica.

As funções expressivas predominam nos campos dos media onde o “dizer prevalece sobre o fazer” RODRIGUES (1990, p. 58) e o discurso assume a sua importância na construção daquilo que se chama tecido social. Esse mesmo discurso é o responsável pelas várias mediações estabelecidas pelos campos dos media com outros campos da sociedade, inclusive o campo político, onde a informação muitas vezes reitera uma manipulação que é sofrida pelos profissionais que a fazem, por serem, às vezes, objeto de um poder que já está instituído na sociedade.

É que os órgãos de informação tornaram-se, nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de proposta de projetos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens políticos, em função da sua própria estratégia de diversão e de sedução (RODRIGUES, 1990, p. 161).

O princípio fundamental do campo dos media é a transparência, e do campo político²³ é o segredo. Esses princípios se chocam numa dinâmica de sobrevivência, porque aquilo que para um passa a ser a forma de poder se for disseminada a informação, para o outro, o seu segredo é que manterá a sua força e sua existência. Nessa dicotomia, esses campos acham um equilíbrio no momento em que um propaga apenas o efeito da realidade e o outro aceita que se mantenha em segredo o acesso ao real, que passa a não ser mais midiático. Nesse ponto, volta-se ao que foi colocado no início deste capítulo, sobre a construção social da realidade, e como este objeto de pesquisa foi uma posse noticiada nos principais jornais da cidade, mostrando a importância de uma discussão sobre a construção social das notícias.

6 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Já ouvimos a máxima que diz: “aqui tudo o que acontece vira notícia”. No mundo jornalístico essa máxima é real, pois notícias, poderíamos dizer que são todos os fatos ou acontecimentos narrados e relatados que já aconteceram ou que ainda vão acontecer. A notícia é o produto final de um processo com várias etapas: começa pela própria escolha e seleção daquilo que será noticiado, considerando-se ainda os vários aspectos que influenciam nesta seleção; o período que o jornalista tem para a produção desta notícia; o olhar que construirá a

²³ “ O campo político é o campo da ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício do poder político pelo uso, entre outros, do poder simbólico” (LIMA, 2006, p. 12).

notícia e algumas outras questões pertinentes ao assunto, para que se entenda o resultado daquilo que está sendo pautado e que chamará a atenção da sociedade.

o jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significativos (os acontecimentos) a que se dá o nome de notícias (SODRE, 2009, p. 26).

As notícias são o resultado de um trabalho jornalístico que se compreende desde o momento da apuração do fato até a matéria propriamente dita, e, neste intervalo, os vários aspectos envolvidos incidem sobre aquilo que se terá como produto final. O que deve se considerar é que toda essa rotina de trabalho, essa polifonia discursiva e toda uma cultura profissional do jornalista refletem na construção social dessa realidade que está sendo narrada através da notícia, “É inútil encarar o noticiário como distorcendo ou como refletindo a realidade, porque as “realidades” são feitas e o noticiário é parte do sistema que as faz” (FISHMAN, 1990, p.10); as notícias são fruto de uma construção que está no acontecer da própria realidade social. No entanto, para não serem alvo de críticas, os próprios jornalistas se baseiam numa argumentação de que o seu trabalho é objetivo. Deve-se lembrar ainda que o real da notícia é a sua factualidade, a sua representação de um fato, porém isso não limita e nem inviabiliza a incidência dos aspectos mencionados acima sobre a construção da notícia.

Para se entender um pouco a questão da objetividade que é requerida pelos jornalistas, colocam-se aqui os três fatores trazidos por Tuchman, que ajudam a definir o que seria um fato objetivo: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. A forma seria a exemplificação da notícia através dos textos destacados com as aspas; o conteúdo, para a socióloga, diz respeito a “aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas” (TUCHMAN, 2009, p.75) e os fatores interorganizacionais seriam as relações com outras organizações que fazem com que os jornalistas tenham uma opinião formada sobre as mesmas. Esses fatores são procedimentos rituais que os jornalistas utilizam como estratégias para fundamentar suas performances profissionais.

Toda essa cadeia de métodos é utilizada, tendo em vista que a notícia é o produto final de um processo complexo, por isso vários aspectos são discutidos para se compreender e se fundamentar essa prática jornalística. A organização burocrática dos media categorizando as notícias, a estrutura de valores-notícia que seleciona o que será noticiado dentro das categorias já definidas e o momento da construção da própria notícia são outros aspectos

levantados por Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Roberts (2009, p. 226) no intuito de se criar e se manter subsídios para a discussão a respeito do fazer jornalismo. Para esses autores “As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo”. Sendo assim, podem surgir as perguntas: o que se transforma, então, em uma notícia? Que coisas são noticiáveis?

A construção de uma notícia envolve primeiro e unicamente a existência de um fato, que, por conseguinte, “é um complexo que inclui eventos envolvendo coisas, pessoas e textos” (GOMES, 2009, p. 30). O mundo da experiência empírica é o mundo dos fatos, é o local onde as relações propiciam o aparecimento de tal fenômeno ou não, o fato é esta relação entre coisas. Já quando se fala sobre o acontecimento, a referência é feita à representação social do fato,

o acontecimento é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção de real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quanto pelos conflitos em torno da hegemonia das representações (SODRÉ, 2009, p. 37)

O acontecimento, como já foi explicado no primeiro ponto deste capítulo, pode ser entendido ainda como o reflexo do fato ocorrido que se instaura a partir daquilo que chamamos de fato, e como representação social dele; portanto, este norteará todas as modalidades de acontecimentos, que por si só se constituirá num evento, a partir da ocorrência que o originou. Pode-se fazer uma comparação com o próprio acontecimento que originou o objeto desta pesquisa, a posse contestada da governadora Roseana Sarney, onde o fato que deu origem a este acontecimento foi o pedido de cassação²⁴ que fora encaminhado pela coligação da própria candidata. A partir deste fato, vários acontecimentos marcaram o estado do Maranhão, a começar pelas duas votações que foram suspensas, e finalizando com a cassação e, conseqüentemente, a posse contestada.

Utilizando-se de um poder simbólico que perpassa o campo político, esse acontecimento se tornou midiático, influenciando as ações e crenças de uma sociedade na formação da sua opinião pública, se configurando no que alguns autores denominaram de escândalo político midiático – “evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores” (LIMA, 2006, p. 13). Essa influência da mídia pode ser entendida nas

²⁴ A Coligação de Roseana Sarney, Maranhão – a Força do Povo (PFL, PMDB, PTB, PV), após as eleições de 2006, solicitou a cassação do mandato do então governador Jackson Képler Lago, alegando a utilização da máquina pública durante a campanha.

formas e maneiras como tais acontecimentos, narrados como notícias, são selecionados e enfatizados nos respectivos veículos de comunicação, através dos seus enquadramentos, o que será discutido no próximo ponto.

6.1 OS ENQUADRAMENTOS

Pode-se dizer que a produção jornalística não se limita apenas a um conjunto de regras que darão forma a textos informativos e narrativas noticiosas; a prática jornalística vai além desta construção, pois inclui, também, as estratégias de como os jornalistas selecionam os acontecimentos e os apresentam em forma de notícias, ou seja, como será utilizado aquilo que no jornalismo é chamado de enquadramento. Para LIMA:

enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito (LIMA, 2006, p. 14)

O enquadramento vai além da forma simples de salientar alguns aspectos no texto, mas é principalmente a forma como os jornalistas participam na construção da realidade social e ainda revelam algumas peculiaridades dos seus veículos noticiosos. Essa estratégia de escolha se baseia nas rotinas de trabalho onde o profissional está inserido, assim como na sua própria cultura profissional “Esse enquadramento depende de uma série de questões reveladoras do lugar de fala de quem narra os fatos” (MOURA, 2006, p. 52). Portanto, o processo de escolha do enquadramento não se torna aleatória; está fundamentada numa rotina de trabalho que fornece frames num determinado momento do real e que podem ser utilizados na construção da notícia.

Os enquadramentos possibilitam aos jornalistas processar, rápida e rotineiramente, grandes quantidades de informação: reconhecê-las como informação, designá-las por categorias cognitivas, e acondicioná-las para uma eficiente transmissão a suas audiências. Desse modo, por motivos organizacionais apenas, os enquadramentos são inevitáveis, e o jornalismo é organizado para regular sua produção. (GITLIN, 1980, p. 7)

Goffman dizia que o texto contém frames, ou seja, quadros que destacam ou não, palavras-chave, fontes de informação, e sentenças que reforçam aglomerados de fatos ou julgamentos. É um movimento de legitimação e autenticação, que existe nos próprios *media*, onde por exemplo, lideranças são transformadas em personalidades, e isso somente acontece pela prática do enquadramento, “As formas de cobertura se acrescem no enquadramento

sistemático, e esse enquadramento, muito ampliado, ajuda a determinar o destino do movimento.” (GITLIN, 1980, p. 4).

O enquadre seria um esquema interpretativo que proporciona a atribuição de sentido a uma situação qualquer da experiência social; são pelos enquadramentos que os grupos sociais e públicos compreendem as significações e interpretações dos diversos acontecimentos que são noticiados; “o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, se constrói) o acontecimento.” (SODRÉ, 2009, p. 38).

Esta pesquisa é o estudo sobre um acontecimento que se tornou midiático pelas suas características de volubilidade, imprevisibilidade e pela própria natureza conflituosa que se instaurou em torno de um embate entre grupos políticos no estado do Maranhão. Como categoria de análise, será verificado o enquadramento que este acontecimento recebeu em três jornais regionais: o Jornal Pequeno, O Imparcial e O Estado do Maranhão. Com o desenrolar do fato, que foi o pedido de cassação do então governador, três momentos áureos marcaram a cobertura jornalística: os dois julgamentos que entraram e saíram de pauta, até chegar ao acontecimento maior, a posse contestada. Optou-se nesta pesquisa em trabalhar com um *corpus* de matérias que noticiaram esses três momentos, ou seja, as matérias publicadas entre os dias 13 a 19 de dezembro de 2008; 01 a 07 de março de 2009 e 11 a 18 de abril de 2009. Também se justifica essa seleção do *corpus* analisado, utilizando uma citação de Pinto (2010, p.69): “sugere o trânsito das matérias entre a capa e as páginas internas da editoria de política; e o fluxo dos acontecimentos divulgados ao longo da cobertura.”

Nesse corpus pesquisado, pode-se notar a presença de três fenômenos que podem ser analisados em diferentes quadros de ação: 1) Enquadramento sobre a decisão judicial; 2) Enquadramento de resistência; 3) Enquadramento sobre a posse.

1) Enquadramento sobre a decisão judicial – Neste enquadramento o que se percebe é uma disputa entre dois enquadramentos sobre a legitimidade de uma ação: primeiro um enquadramento democrático que mostra que Jackson Lago foi eleito pelo povo, através de uma eleição democrática. Quando há a sua substituição pelo poder judiciário, há uma jogada política que remete ao segundo enquadramento, que seria o legal, uma correção nas eleições, já que o grupo que entrou na justiça pela sua cassação alegava que ele fora eleito de forma ilegal, ou seja, agora se estaria fazendo justiça para com a candidata que ficou em segundo lugar no pleito. Pode-se afirmar que este é o enquadramento mais aparente dentre os outros pelo fato de que, no Maranhão, a disputa do poder político se concentra há muitos anos nas mãos de grupos adversários; entre esses grupos, se destaca o grupo da família Sarney que há

anos comanda o estado, ora elegendo seus próprios parentes, ora elegendo seus correligionários. As matérias que reforçam esse enquadramento trazem essa disputa política bem evidenciada em seus textos, ressaltando principalmente que o fato em si, o pedido da cassação, aconteceu pelo motivo da derrota sofrida pelo grupo Sarney nas eleições de 2006.

2) Enquadramento de resistência – O que se percebe no enquadramento dado a esta ação é uma defesa em nome da vontade popular, paralelo a um desrespeito pela justiça e pela democracia. As matérias que trazem esse quadro mostraram a resistência do governador Jackson Lago em sair da sede do governo, bem como os seus correligionários; também abordou as manifestações de populares, partidos políticos, grupos empresariais, instituições religiosas e entidades de classe que se mobilizaram em defesa do então governador. O grupo que acampou no Palácio dos Leões no período da votação recebeu o nome de Balaiada em alusão ao movimento revolucionário e social que se estendeu pelo Maranhão, Piauí e Ceará; por isso, muitas matérias traziam em seus títulos o nome do movimento.

3) Enquadramento da posse – Neste quadro fica aparente a disputa entre fraude em relação à vontade popular x início de um governo legítimo. As matérias apresentadas dentro desse quadro enfatizam o desrespeito pela vontade popular, em anular uma votação democrática e se utilizar da judicialização da política, além de tentar mostrar um novo governo que se apresenta vitorioso contra uma injustiça que sofrera nas eleições.

Foi um total de 260 matérias publicadas nos três principais jornais do estado do Maranhão, distribuídos da seguinte forma: 94 no Jornal Pequeno, 57 em O Imparcial e 109 no jornal O Estado do Maranhão. Além das matérias analisadas por esta pesquisa, podem ser considerados ainda como outros recursos de verificação, os espaços destinados às matérias, às fotografias e às charges / imagens (ver anexo A, figura 1) publicadas e à repetição de algumas palavras, que enfocam o enquadramento²⁵ analisado por esta pesquisa. Nos próximos capítulos serão apresentados os resultados das análises do material que compõe o *corpus* pesquisado neste trabalho.

6.1.1 Enquadramentos no Jornal Pequeno

A primeira semana analisada corresponde ao período de 13 a 19 de dezembro de 2008; nesta semana o Jornal Pequeno publicou um montante de 23 matérias, distribuídas em 07 edições. As primeiras matérias falavam sobre o provável julgamento, inclusive informando

²⁵ Destaca-se aqui que o foco da pesquisa é o enquadramento que foi dado aos acontecimentos que culminaram com a posse contestada da governadora Roseana Sarney, portanto, a perspectiva de análise (em) positiva, negativa ou neutra, sempre será em correlação à questão da posse.

que o TSE negaria o pedido de adiamento que fora solicitado pelo então governador Jackson Lago, justificando, para isso, a falta de provas no processo.

A edição do dia 14 de dezembro trouxe um caderno especial que foi editado com matérias das eleições de 2006, justamente quando o grupo Sarney foi vencido. Foi um total de 04 matérias e 01 artigo republicado em dezembro de 2008, também com fotos que mostravam as comemorações da vitória contra a família Sarney. Ainda nesse caderno especial foi publicada uma matéria com os principais políticos que fizeram parte da campanha que culminou com a vitória de Jackson Lago e também um artigo de um deputado do PSDB que falava sobre a Judicialização da política. Vale lembrar que nesse episódio, o PSDB nacional apoiou claramente o governador Jackson Lago.

As matérias publicadas frisavam, preferencialmente, a marcação do julgamento do governador Jackson Lago, o que acabou sendo remarcado por duas vezes, entrando na pauta da Corte somente no dia 19 de dezembro. Porém neste dia, o Ministro Felix Fischer pede vistas do processo e o julgamento é mais uma vez adiado para o mês de fevereiro, quando os trabalhos, no tribunal, foram retomados. Para os partidários de Jackson Lago essa foi mais uma vitória sobre o grupo Sarney, o que levou os populares a comemorarem pelas ruas de São Luís e, principalmente, pelos corredores do palácio dos Leões, que já estava ocupado por movimentos sociais e correligionários do governador.

Dentro dos enquadramentos destacados por esta pesquisa, pode-se afirmar que as primeiras matérias publicadas no Jornal Pequeno, e que foram analisadas, estão preferencialmente no enquadramento sobre a decisão judicial, que é destaque nas matérias onde partidos, grupos empresariais e movimentos sociais apoiam o governador Jackson Lago. A própria matéria de capa traz o seguinte título: *Cúpula Nacional do PSDB condena golpe de Sarney contra Jackson*. Nessa matéria, além de ser destacado o encontro com a cúpula do PSDB que aconteceu em São Luís e o apoio expressado pelos dirigentes do partido, outro ponto selecionado é o memorial de defesa feito pelo ex - Ministro Francisco Rezek; o apoio que o governador da Bahia expressa a Jackson Lago, inclusive com fotos de uma reunião, e uma chamada falando que panfletos denunciam, em Brasília, as manobras contra Jackson. Reforçando esse tipo de enquadramento, no dia 19 de dezembro, após o adiamento do julgamento, também é publicada uma matéria onde o próprio governador enfatiza que o apoio dos movimentos sociais chama a atenção das autoridades para os fatos que estão acontecendo no Maranhão - *Jackson diz que movimentos despertam a atenção do Brasil para o golpe no Maranhão*. Esse enquadramento democrático, como um quadro no enquadramento da decisão

judicial, reforça a tentativa de mostrar as adesões a um político que foi eleito pelo povo e que agora está sendo injustiçado.

O enquadramento de resistência também aparece em destaque nessa primeira semana de análise, pois o adiamento do julgamento é comemorado como mais uma vitória de um grupo político sobre o outro. Nesse enquadramento fica aparente o conflito, evidenciado na maioria das matérias publicadas pelo Jornal Pequeno, que assumidamente se coloca contra o grupo da família Sarney e traz matérias com os seguintes títulos: *Jornal do Clã Sarney ofende Palestinos e chama trabalhadores e Neiva Moreira de Terroristas*, “*Cassação de Jackson Lago é tentativa de golpe de estado*” e *Golpe não! Derrotado em 2006, Sarneisismo quer ressuscitar na ‘marra’ no MA*; esta última, publicada num caderno especial no dia 14 de dezembro, o que reforçou o conflito existente há muitos anos na política maranhense.

Esse tipo de enquadramento é bem visível nas 23 matérias publicadas em 07 edições dos jornais, porque sobressaem os conflitos que marcam as relações políticas no Maranhão, que historicamente, estão nas mãos de grupos oligárquicos.²⁶ Naquela semana o jornal produz um caderno especial com matérias que assinalaram as eleições de 2006 e demonstram claramente o posicionamento do jornal em relação à política estadual. Deve-se destacar, ainda, a matéria que traz os depoimentos de alguns políticos que apoiaram a candidatura de Jackson Lago nas eleições de 2006. Com este subtítulo: “Onze dos próceres da vitória da Frente de Libertação contra o sarneisismo, em 29 de outubro de 2006, falaram para o JP sobre aquele momento histórico e a atual tentativa do clã chefiado pelo ex - oligarca de violentar a vontade popular no “tapetão” em Brasília”; nessas entrevistas, esses políticos explicavam a sua participação nesse processo e também descreviam um pouco suas jornadas políticas no estado. Esse tipo de matéria reforçava mais ainda o enquadramento de conflito que é bem aparente no Jornal Pequeno.

A segunda semana de matérias analisadas nos jornais começa em 01 de março e se estende até o dia 07 de março de 2009, cujo fato marcante foi o julgamento e a cassação do mandato do governador Jackson Lago, que ainda recorreu ao TSE para a revisão do processo. A matéria de capa do dia 01 já traz uma acusação à família, lembrando que no mês de fevereiro desse mesmo ano, apelidado pelo jornal como o fevereiro do desgosto, o nome da família esteve sendo manchete de alguns jornais nacionais e revista internacional. Essa edição do jornal afirma que a revista “The economist” chamou Sarney de dinossauro e representante

²⁶ Ressalta-se aqui que o conceito de oligarquia, nesta pesquisa, pode ser encontrado no segundo capítulo, onde se entende a figura dos novos “coronéis” como agentes políticos que fazem a movimentação entre o local e o nacional.

do semifeudalismo político e que, nessa mesma linha, os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo” e as revistas “Veja” e “Caros amigos” também criticaram a atuação da família.

As edições que se seguiram nessa semana de análise sempre trouxeram chamadas para a questão do golpe que estava sendo tramado no Maranhão e também algumas em defesa do governador, como essas: “*Rede democrática da Balaiada denuncia tentativa de golpe contra Jackson Lago*”; “*Frei Beto manifesta solidariedade a Jackson e repudia tentativa de golpe*”; “*Carreata percorre bairros de São Luís em apoio a Jackson Lago*”. Os enquadramentos oscilavam entre o democrático e o de resistência, e o fato que pode explicar o porquê desses enquadramentos será justamente o julgamento que já havia sido marcado para aquela semana. Tenta-se aqui, então, movimentar a opinião pública em favor do governador, tendo em vista a importância do fato que aconteceria nos próximos dias.

Já na edição do dia 04, como últimas notícias, o jornal traz a informação da cassação do mandato do governador Jackson Lago, que ocorreu durante a madrugada. A notícia chama a atenção para o placar da votação, que foi de 5X2 e lembra que o julgamento do processo foi adiado por três vezes: no primeiro, o ministro Felix Fischer pediu vistas; no segundo julgamento o ministro Joaquim Barbosa se julgou impedido de participar por questões pessoais; e na terceira vez o ministro Fernando Gonçalves passou mal e foi levado ao INCOR. A matéria traz ainda os motivos que levaram ao pedido de cassação do governador, e na defesa do governador são enfatizadas questões jurídicas como: “*O governador e seu vice alegam que houve violação aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal, pois houve limitação do número de testemunhas. Enquanto o processo tramitava no TSE, Lago recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para garantir que mais testemunhas fossem ouvidas. O relator do caso no TSE, ministro Carlos Ayres Brito, havia limitado o número a seis. O pedido, no entanto, foi negado pelo supremo.*” Esse enquadramento legal reforça a correção nas eleições, mas traz também a resistência do governador em relação à decisão tomada pela justiça.

As matérias que se seguiram depois desse dia davam ênfase à resistência instaurada pelo governador, que afirmou em muitas entrevistas que estaria disposto a lutar até o último recurso, entregando, se preciso fosse, a própria vida. Muitas manifestações também foram publicadas depois da cassação, inclusive materiais com especialistas em direito eleitoral para explicar as possíveis chances de o governador reverter a situação de cassação.

A terceira semana analisada começa no dia 12 de abril e se estende até o dia da posse contestada da governadora. Vale ressaltar que não foi encontrado na sede do Jornal

Pequeno o exemplar do dia seguinte à posse da governadora, ou seja, do dia 18 de abril. As matérias que obtivemos foram retiradas e pesquisadas no site do Jornal, por isso, esta pesquisa, em seu anexo, mostrará algumas fotos retiradas da internet e que o jornal publicou sobre a posse.

As edições dessa semana se pautam principalmente na defesa do governador e acusação à Senadora que ocupará o cargo de governadora. Uma matéria traz, inclusive, a seguinte chamada: *“Se assumir governo, Roseana corre o risco de ser cassada e perder o mandato de senadora”*, enfatizando um processo que corre contra a Senadora no TSE que poderia impedi-la de assumir o mandato. Em contrapartida, o jornal publica que houve erro no julgamento e que o TSE admite que o terceiro colocado nas eleições de 2006 poderia intervir na decisão de cassação. Uma denúncia também é feita pelo jornal, inclusive com a publicação de provas: *“Nelma Sarney convoca a polícia para avisar que o TRE vai diplomar Roseana. Desembargadora antecipa cassação de Jackson Lago”*. Essa matéria foi publicada no dia 14 de abril, sendo que a decisão final aconteceu somente no dia 17 de abril.

O enquadramento de resistência aparece novamente nas matérias que trazem políticos em defesa do governador e das manifestações feitas pela sociedade civil organizada. O enquadramento jurídico é demonstrado na segunda e terceira semanas, para mais uma vez explicar os procedimentos da Corte responsável pelo julgamento, e o conflito está explícito na maioria das matérias, como nesta chamada: *“Derrotado no voto Zé Sarney retoma na marra o poder no Maranhão”*, o que demonstra o embate político que acontece há anos no estado e reforça o perfil adotado pelo próprio Jornal Pequeno nesses enfrentamentos.

6.1.1.1 Enquadramentos no Jornal Pequeno - Cassação e ritual de posse

Ressalta-se que não houve, pelo jornal, a preocupação em mostrar a posse como um ritual de passagem. Em nenhuma de suas matérias é demonstrada a sequência dos tradicionais rituais que legitimam uma posse; na verdade, os enquadramentos recebidos nas matérias negam a existência desse ritual. Assim como as notícias que marcaram a semana, as notícias publicadas no Jornal Pequeno no dia da cassação de Jackson Lago e da posse da governadora Roseana Sarney receberam um enquadramento de resistência. Títulos como: *Jackson diz que não aceitará golpe e que ficará no Palácio; TSE mantém cassação de Jackson Lago e manda Roseana assumir o governo no Maranhão; Manifestantes fazem ato de apoio a Jackson Lago em frente ao TSE* demonstram como o jornal trabalhou a construção dessa notícia. O Jornal Pequeno, pelo seu histórico político e também pelo seu próprio perfil de oposição, optou por apresentar o acontecimento como Hall coloca: “é que o jornalismo

tenderá a realçar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa ‘estória’ para realçar a sua notabilidade” (HALL, 1999, p. 224). No caso específico, para o jornalismo desse periódico, a importância desse acontecimento está no jogo político e numa disputa pelo poder no estado, que não se concentra apenas em ações legais, mas também nas formas disfarçadas para alcançar esse poder, por isso, o jornal se utiliza da palavra ‘golpe’, tentando sintetizar o que aconteceu. E aqui aparece o enquadramento da posse, que engloba a fraude em relação à vontade popular.

Ainda para reforçar a opinião que o jornal apresenta na produção de suas notícias, também é publicada uma matéria com o título “*Secretariado de Roseana Sarney já estaria definido*”; isso remete ao leitor a ideia de que o ‘golpe’ já estava realizado e o grupo opositor já sabia de sua vitória. Na cobertura feita no dia da posse, reforça-se essa intenção, também, quando é publicado o discurso do presidente da Assembleia, Marcelo Tavares, aliado do então governador cassado e sobrinho do ex-governador José Reinaldo Tavares, um dos articuladores da vitória de Jackson Lago contra Roseana Sarney em 2006. Como presidente da Assembleia, Marcelo Tavares é obrigado a cumprir a sua obrigação, e ressalta em sua fala:

Estou a cumprir a determinação judicial, na qualidade de presidente desta Casa, como é o meu dever. Embora a governadora que hora assume e eu, como político, tenhamos posições opostas e seja diferente a nossa visão de Estado, cumpro, neste momento, uma determinação judicial na realização de ato que cabe à Assembléia praticar, afirmou. (Fonte: edição do jornal na internet)

Afirma que estava ali para cumprir uma determinação judicial, que nunca fez política com oportunismo e que o tempo se encarregaria de mostrar isso. Todas essas afirmações publicadas no jornal remontam ao conceito que está sendo produzido, pois ao apresentar no discurso do opositor, um perfil do político honesto, sugere-se então a falta dessa característica no seu adversário. Sobre o discurso de posse da governadora, o jornal traz apenas dois parágrafos, onde ela faz vários agradecimentos, diz estar muito otimista e disposta para o trabalho.

Na edição do dia 18 de abril, o jornal traz várias matérias de apoio ao governador cassado e também fala sobre os pedidos de ação que foram enviados e negados para suspender a cassação do seu mandato. Como um conflito foi instaurado, o jornal faz uma matéria mostrando o forte esquema de segurança que foi organizado para a posse da governadora (ver anexo A, figuras 02 e 03); no entanto, a matéria ressalta a não necessidade desse trabalho, inclusive traz depoimentos de pessoas da comunidade criticando a falta de policiamento nos

lugares necessários. A matéria afirma ainda que 20 ônibus trouxeram populares que não estavam muito motivados para assistir a posse da governadora.

Encerrando a análise da cobertura da posse contestada de Roseana Sarney, pelo Jornal Pequeno, a edição do dia 19 de abril²⁷ mostra a saída de Jackson Lago da sede do governo do estado (ver anexo A, figura 04) que havia sido ocupada pelos ‘balaíos’ e os protestos realizados (ver anexo A, figura 05). Após analisar todo esse material, percebe-se que a noção de enquadramento apresentada pelo jornal se assemelha ao que Sodré (2009, p.38) afirma: “o ‘enquadre’ constitui, assim, um sistema de referências (regras, esquemas interpretativos) que possibilita a atribuição de sentido a uma ocorrência ou uma situação qualquer de modo a organizar a experiência social”. Cada jornal analisado nesta pesquisa apresentará um esquema interpretativo que irá criar um sentido e constituir a sua própria experiência social, ou seja, a sua prática cotidiana, leitura, interpretação e divulgação dos acontecimentos. No caso específico deste objeto de pesquisa, o ritual de posse, o que se conclui é que o enquadramento utilizado pelo Jornal Pequeno nega a existência desse acontecimento, porque é justamente o ritual que legitima a governadora enquanto representante do povo; havendo a negação desse ritual, conseqüentemente houve a negação, por parte da cobertura do jornal, da Roseana Sarney enquanto representante e governadora do estado.

6.1.2 Enquadramentos em O Estado do Maranhão

O jornal O Estado do Maranhão foi o periódico que apresentou mais material sobre o acontecimento, com um total de 109 matérias em três semanas de análise, distribuídas em artigos, editoriais e chamadas de capa. Na primeira semana o que se percebe é uma tentativa de apresentar as causas que levaram a coligação “Maranhão – a Força do povo” a entrar com o pedido de cassação do governador eleito em 2006. Várias matérias são produzidas, inclusive com a publicação de documentos que comprovariam as denúncias dos esquemas de compra de votos nas eleições de 2006. Algumas matérias sempre traziam um Box com o título “*Entenda o Caso*”, ou “*Os motivos*” e mais uma vez era detalhado todo o caso em julgamento. Nessa primeira semana de análise o que se verificou foi a intenção de mostrar que os movimentos em favor do governador não estavam muito organizados, e que, inclusive, estavam falhando, como pode ser notado nos títulos: “*Fracassa ato estudantil pró-Jackson*”, “*Movimento apela para ato ecumênico*” e “*Mobilização pró-Jackson foi menor*”.

²⁷ Foi incluído o dia 19 de abril, apenas para a análise do Jornal Pequeno considerando que não foi encontrado a edição impressa do jornal em seus arquivos.

Essas matérias sempre enfatizavam que o número de participantes naqueles eventos estava reduzido e que não representava uma comoção social, como os correligionários de governador sugeriam. Quando o jornal tenta explicar o caso até mesmo de forma pedagógica, reforçando as explicações, sugere o enquadramento legal, pois uma decisão judicial faria uma correção nas eleições de 2006, quando o candidato foi eleito de forma incorreta.

As matérias de capa e principais chamadas que estiveram em maior número nessa primeira semana de cobertura, foram as que atraíam a atenção para o dia do julgamento e para o pedido de adiamento que fora encaminhado pelo governador: dia 13/12/2008 – *“Ministro do TSE nega pedido de Jackson para adiar seu julgamento”*; dia 14/12/2008 – Capa – *“Processo contra Jackson Lago pode ser julgado esta semana”*; dia 14/12/2008 – *“Processo contra Jackson pode ir a julgamento nesta semana”*; dia 14/12/2008 – *“Seis denúncias da ação contra Jackson”*; dia 15/12/2008 – capa - *“Jackson não rebate as acusações do processo”*; dia 15/12/2008 – *“TSE analisará processo que aponta esquema para eleger Jackson Lago”*; dia 16/12/2008 – capa - *“Processo contra Jackson pode ter desfecho hoje”*; dia 16/12/2008 – *“Processo contra Jackson pode ser julgado hoje à noite no TSE”*; dia 17/12/2008 – *“Presidente do TSE marca para hoje o julgamento de Jackson”*; dia 17/12/2008 – capa – *“TSE julga hoje ação contra Jackson Lago”*; dia 18/12/2008 – capa – *“Adiado para hoje desfecho do processo contra Jackson Lago”*; dia 18/12/2008 – *“TSE transfere para hoje sessão que julgará cassação de Jackson”*; dia 19/12/2008 – capa – *“Relator vota pela cassação de Jackson Lago e Luiz Porto”*; dia 19/12/2008 – *“Relator defende a cassação de Jackson em julgamento no TSE”*. Essas matérias tinham a intenção de lembrar o leitor sobre o possível julgamento e conseqüente cassação do governador, por isso, no corpo da matéria, a possibilidade do governador perder o mandato era sempre evidenciada. Como o julgamento foi adiado algumas vezes, o jornal foi incansável em estar lembrando todos os dias esse fato. Elas se apresentam no quadro de ação sobre a decisão judicial e reforçam o que esta pesquisa está chamando de enquadramento legal, pois aqui é deslocada e ressaltada a questão do julgamento, que resolveria uma injustiça criada nas eleições de 2006, por uma vitória fraudulenta.

Por manter uma linha em defesa da coligação de Roseana Sarney, o jornal O Estado do Maranhão procurou mostrar sempre, em sua narrativa, as possíveis derrotas do então governador, mesmo no dia em que Jackson Lago e seus correligionários comemoravam a vitória pelo adiamento do processo que ficou para ser julgado somente no outro ano. Nesse dia, o jornal O Estado traz na capa uma chamada que dizia: “O governador Jackson Lago

(PDT) sofreu ontem sua primeira derrota no julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do processo que pede sua cassação” (ESTADO DO MARANHÃO, 2008).

Nessa primeira semana, o jornal ainda trouxe umas pequenas²⁸ matérias que sugeriam um movimento comandado por membros do governo, na época, para insuflar a população contra o julgamento de Jackson Lago. Essas matérias diziam que os funcionários do governo estavam sendo obrigados a participarem de atos a favor do governador e que os correligionários do governador tentavam criar um clima de instabilidade política e mobilização na cidade.

Antes de o jornal divulgar a cassação de Jackson Lago, as matérias que marcaram esse período de análise chamavam a atenção da população para o fato, explicando os motivos que levaram ao pedido de cassação, e informavam, principalmente, que mais uma vez o TSE estava se preparando para o julgamento.

As matérias publicadas no dia 04/03/2008 trouxeram a comemoração de populares que fizeram carreatas pela cidade e também dão destaque para o fato de que Jackson Lago resolveu recorrer à decisão do TSE e a todas as medidas judiciais cabíveis. São publicadas ainda algumas matérias enfocando a serenidade de Roseana Sarney com relação à decisão e a repercussão que a cassação teve em Brasília e em São Luís, ressaltando que as principais lideranças políticas no congresso nacional avaliaram de forma positiva a cassação. O jornal também reafirma a decisão de Jackson em recorrer ao resultado, lembrando que o TSE irá iniciar a análise do recurso. Finalizando a cobertura da análise dessa semana, o jornal também mostra algumas polêmicas e dissidências entre os governistas após a cassação de Jackson Lago.

Na última semana da análise, o acontecimento marcante é a posse da governadora, porém antes dessa data é publicada uma matéria sobre a pesquisa do Escutec/O Estado, onde os resultados mostram que a maioria da população de São Luís acha justa a cassação de Jackson Lago, e da mesma forma, como acontece na semana do dia 13 ao 19 de dezembro, as matérias publicadas em O Estado do Maranhão provocam expectativa na população a respeito da definição sobre a cassação do governador: “*Cassação de Jackson pode ser confirmada amanhã*”; “*Recursos de Jackson poderão ser julgados amanhã pelo TSE*”; “*TSE deve apreciar hoje recursos contra cassação de Jackson Lago*”; “*TSE pode confirmar hoje cassação de Jackson Lago*”; “*TSE barra tentativa de evitar posse de Roseana*”; “*Estudantes aprovam decisão do TSE*”; “*Jackson tenta manobra no TSE para adiar julgamento*”. Dentro

²⁸ No anexo desta pesquisa, é apresentado um quadro informando o espaço que cada matéria ocupou nas páginas dos jornais; daí pode-se entender o que está se classificando como pequena, média ou grande matéria.

dos enquadramentos para a análise. sugeridos por esta pesquisa, nota-se que o jornal O Estado do Maranhão focalizou principalmente o quadro da legalidade, ou seja, a decisão judicial corrigindo uma injustiça que fora realizada em uma eleição. O jornal trouxe poucas matérias que falavam sobre a resistência do governador em sair da sede do governo e também não mostrava o resultado das eleições de 2006 como expressão da vontade popular, e sim, tentava sempre explicar os motivos que levaram a coligação de Roseana Sarney a entrar na justiça contra o seu adversário. Diferente do Jornal Pequeno, o jornal O Estado do Maranhão reconheceu a posse da governadora e reforçou esse enquadramento nas matérias que foram publicadas no dia da cassação e posse de Roseana.

6.1.2.1 Enquadramentos em O Estado do Maranhão – Cassação e ritual de posse

O Jornal O Estado do Maranhão foi enfático nesses dois eventos: tanto na cassação do governador quanto na posse de Roseana Sarney. As matérias destacavam a vitória de Roseana sobre o governador Jackson Lago. A matéria de capa do dia 17/04/2009, dia da cassação, traz a seguinte chamada: *“Jackson Lago cassado; Roseana assume hoje.”* Procurou-se mostrar, principalmente, a derrota de um grupo numa guerra política que marca o cotidiano do poder no estado do Maranhão. O enquadramento dado a esse acontecimento marca a legitimidade de um governo que fora injustiçado nas eleições em 2006. O jornal O Estado do Maranhão mostra não apenas uma vitória judicial, mas tenta colocar o acontecimento num quadro de correção e de justiça a favor de uma candidata.

No dia 16/04/2009, véspera da cassação de Jackson Lago, o jornal O Estado do Maranhão traz um editorial com o título “Fim da irresponsabilidade”. Nesse editorial se ressalta a vontade popular em se acabar com “a derrama desesperada e irresponsável de dinheiro público”; a matéria ainda fala sobre os outros cargos exercidos pelo governador Jackson Lago, sempre o acusando de descompromisso com o dinheiro público e enfocando que o administrador agia em causa própria e de seu grupo político. Nesse mesmo dia o jornal traz uma matéria que mostra mais uma tentativa do governador em adiar seu julgamento, recorrendo a mais prazos. para que sejam avaliados os embargos. Nessas matérias se identifica mais uma vez o enquadramento legal, reafirmando que a justiça será feita no estado no momento em que acontecer a cassação.

E neste clima, a edição do jornal O Estado do Maranhão (ver anexo A, figura 06) que foi às ruas no dia 17 de abril, trouxe matérias que falavam sobre a cassação, focando no fato de que o governador sairia e automaticamente Roseana Sarney assumiria o governo, que

no enquadramento dado pelo jornal, deveria ter sido assumido desde as eleições de 2006, ou seja, a decisão judicial agora estava acontecendo de forma legal e justa.

A Assembléia Legislativa deve empossar a nova governadora ainda na manhã de hoje. Roseana Sarney assumirá o mandato que deveria ter exercido desde janeiro de 2007, já que Jackson Lago foi condenado por ter cometido abuso de poder político e econômico para se eleger em 2006 (Fonte: O Estado do Maranhão)

No dia 18 de abril o jornal traz as matérias de cobertura da posse da governadora que, diferentemente do Jornal Pequeno, apresenta uma posse legítima e um ritual seguido nos protocolos cerimoniais legais. Apesar de o Palácio dos Leões, sede oficial do governo, ainda estar ocupado pelo ex-governador, no momento da posse de Roseana, o jornal O Estado do Maranhão, numa tentativa de legitimação da governadora, mostra como foi o ritual de posse, mesmo com a contestação e com o fato de que, pela ocupação, alguns dos ritos de legitimação e identificação, como a revista às tropas e a execução do hino nacional e maranhense, não puderam se realizar como seria de praxe numa cerimônia de posse.

A matéria de capa (ver anexo A, figura 07) traz a governadora já empossada, fazendo um sinal de vitória e, como fundo, uma multidão que teria acompanhado a posse na Assembleia Legislativa. Na foto da capa, Roseana já se encontra com a faixa governamental, que de acordo com relatos e como já foi registrado no segundo capítulo, não se sabe ao certo quem a colocou. Além dessa chamada, na capa ainda se encontram fotos de populares abraçando a governadora e o momento no TRE, quando ela é diplomada. O Editorial do jornal, que também veio na capa, traz o seguinte título “De volta à democracia”. Percebe-se aqui, a tentativa do jornal, em mais uma vez enquadrar a decisão legal da justiça em corrigir um erro nas eleições, e reafirmar o quadro do início de um governo legítimo.

Esses dois enquadramentos, a decisão legal e o início de um governo legítimo, serão demonstrados em algumas matérias internas, que com os títulos “*Roseana prega união e trabalho pelo desenvolvimento do estado*” (ver anexo A, figura 08) e “*Posse de Roseana repercute no interior*”,(ver anexo A. figura 09) mostram uma governadora disposta ao trabalho, a corrigir a injustiça que sofrera nas eleições e a, inclusive, esquecer o passado e governar sem revanchismo. Para isso ela terá todo o apoio de alguns municípios do interior do estado, como é relatado na matéria:

A posse de Roseana Sarney no governo do Maranhão repercutiu nos municípios maranhenses. Nos maiores colégios eleitorais do estado, cidadãos comuns, políticos e empresários mostraram-se otimistas com o novo governo que se inicia, embora o tempo de mandato seja inferior a dois anos. Fonte: O Estado do Maranhão)

Nesse trecho da matéria pode-se notar nos quadros em ação a tentativa do jornal em mostrar tanto a correção judicial como a inovação no governo do estado, pois a matéria reforça o “novo” governo, mas lembra que o mesmo terá pouco tempo para fazer o seu trabalho, subentendendo que, caso o governo tivesse começado desde o início do mandato, tudo teria sido diferente, ou seja, volta-se aqui à injustiça cometida nas eleições. Na verdade, as matérias sobre a cassação e a posse são recorrentes nesses enquadramentos.

Ainda no dia 18 de abril, o jornal faz uma matéria se reportando ao desembargador que diplomou Roseana e também traz o seu discurso na íntegra. O subtítulo dessa matéria é o seguinte: “*No TRE, José Joaquim Figueiredo dos Anjos condenou práticas eleitorais ilícitas e a resistência às decisões judiciais*”. Na matéria, o desembargador defende o respeito às decisões judiciais e ainda diz que o resultado final das eleições refletiu, efetivamente, a vontade popular.

Propondo-se aqui uma pequena comparação com o que foi noticiado pelo Jornal Pequeno, pode-se afirmar que ambos têm perfis e personalidades diferentes ao se reportarem a um mesmo acontecimento:

Cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim também, cada um desenvolverá um modo de discurso regular e característico. Isto significa que o mesmo tópico, fontes e estruturas inferenciais aparecerão diferentemente mesmo em jornais com uma perspectiva semelhante, uma vez que as diferentes retóricas de discurso terão um efeito importante em modificar o item original. (Fonte: Jornal Pequeno)

Esse enquadramento organizacional modifica-se nas leituras que se tem dos dois jornais até agora analisados. As “personalidades sociais” de cada um são marcadas pela forma de apresentar e noticiar o mesmo acontecimento, e isso se refletirá também nos leitores dos jornais que farão suas interpretações de acordo com os discursos e linguagens de seus jornais, os quais se tornarão referências na obtenção de informações. Pode-se dizer que a personalidade social do Jornal Pequeno difere do jornal O Estado do Maranhão, no entanto, ambos estão cumprindo a sua função de noticiar aos seus leitores os acontecimentos que marcam o cotidiano do estado.

6.1.3 Enquadramentos em O Imparcial

O jornal O Imparcial foi o periódico que menos trouxe matérias relativas aos acontecimentos políticos de cassação e posse de Jackson Lago e Roseana Sarney, respectivamente. Na primeira semana analisada foram 04 matérias de capa e 10 matérias internas. As matérias de capa traziam os seguintes títulos: Dia 16/12/2011: *“Frente ‘antigolpe’. Populares, políticos e artistas mobilizam-se em vigília e apoio ao governador”*; dia 17/12/2011: *“Julgamento de Jackson. Tensão e expectativa”*; dia 18/12/2011: *“Julgamento de Jackson. Angústia continua. Aumenta tensão”*; dia 19/12/2011: *“Ministro adia julgamento. Povo festeja no Palácio”*. Todas as chamadas de capa dessa primeira semana chamavam a atenção para o julgamento e para a preocupação e nervosismo vividos no Palácio dos Leões. Outra característica marcante nas capas foram as fotos publicadas²⁹, e que seguem um perfil de diagramação do próprio jornal. Muitas fotos vinham reforçando aquilo que os títulos diziam, por isso, numa edição pode-se ver pessoas aflitas e preocupadas e, em outra, pessoas comemorando.

As matérias internas trazem principalmente as manifestações de populares, movimentos sociais e políticos a favor do governador Jackson Lago. Nessa primeira semana, a expectativa pelo julgamento também é uma notícia que persiste nas páginas do jornal O Imparcial, que lembra o adiamento, traz a cobertura do julgamento e de populares, que juntamente com o governador, assistiram através de um telão que foi montado em praça pública, onde o ambiente foi denominado pelo próprio jornal de “acampamento”. O que se percebe nessas matérias é um enquadramento de resistência que procura sempre destacar a disputa invisível que estava instaurada sobre a defesa da vontade popular contra o desrespeito à democracia. Esses dois quadros são apresentados quando se compreende no jornal O Imparcial a tentativa de mostrar populares indo às ruas, a solidariedade no acampamento e, principalmente, a comemoração da vitória, que é publicada no dia 19/12/2011, quando o Ministro Felix Fischer pede vistas do processo e o julgamento é mais uma vez adiado.

Imediatamente após o ministro Félix Fischer do TSE, pedir vistas do processo que pede a cassação do seu diploma e mandato, o governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), foi levado pelos braços de uma multidão até o palanque montado em frente ao Palácio dos Leões. (Fonte: Jornal O Imparcial).

Percebe-se, no enquadre dado pelo jornal, a preocupação em demonstrar para o leitor que não estava naquele momento no Palácio dos Leões, qual era a vontade popular,

²⁹ No anexo desta pesquisa se encontram as capas dos jornais aqui citados

quando se afirma que o governador foi levado pelos braços de uma multidão. O desrespeito à democracia não poderia acontecer, já que ali estava o representante eleito pelo povo.

Na semana da cassação do mandato do governador Jackson Lago, o jornal O Imparcial trouxe 02 matérias de capa sobre o assunto, e 14 matérias internas. Durante essa semana, foi publicada apenas 01 matéria falando sobre uma carreata de apoio ao governador, antes da decisão pela cassação, que foi anunciada no dia 03/03/2011 e noticiada no jornal no dia 04/03/2011. A partir dessa data, o jornal publica novamente matérias que trazem a solidariedade de políticos, o próprio governador afirmando que irá continuar a lutar pelo seu mandato e que primou pela lisura nas eleições que o escolheu como governador. O PDT, partido do governador cassado, também se manifesta através de notas, de discursos de seus representantes em Brasília e através de um ato organizado pelos dirigentes nacionais.

Mais uma vez é confirmado o quadro de resistência, mostrando a negação da vontade popular; porém nessa semana de análise, percebe-se ainda a presença do enquadramento sobre a decisão judicial que mostra o quadro democrático: Jackson sendo eleito pelo povo em contrapartida a uma jogada política, que tenta mostrar o lado legal da ação, a correção nas eleições de 2006. Esse enquadramento pode ser notado nas matérias que falam sobre como os ministros votaram, e em uma matéria que traz o ministro Carlos Lupi defendendo o governador e afirmando que o TSE cometeu uma injustiça. Diz o ministro: “Acho que foi mais uma manipulação do que mesmo uma armação”, reportando-se ao julgamento do caso.

Na última semana analisada, o enquadramento de resistência é recorrente; as matérias lembram o julgamento dos recursos. Assim como no Jornal Pequeno, é produzida uma matéria denunciando a desembargadora Nelma Sarney, que já havia solicitado reforço policial para a diplomação de sua sobrinha Roseana Sarney, antes mesmo do resultado final do julgamento e deputados aliados ao governador fazem movimentação de apoio. Buscando uma forma de reafirmação do enquadramento sugerido pelo jornal, em toda a cobertura do caso, O Imparcial ainda traz uma declaração de Jackson Lago, lembrando que “jurou cumprir a Constituição e que somente sairá se deputados escolherem, de forma indireta, um novo chefe do executivo” (JORNAL O IMPARCIAL, 2011, p.3, 17de abril). Mais uma vez fica claro que, não só a resistência, mas também a decisão judicial em oposição à vontade popular e aos princípios democráticos contra uma decisão judicial, é enquadrada para que o leitor perceba isso nas matérias sobre o caso.

6.1.3.1 Enquadramento em O Imparcial – Dia da cassação e posse

Dos três jornais analisados, o jornal O Imparcial foi o que menos trouxe matérias falando sobre a posse da governadora. Na verdade foi apenas uma matéria com o título “*Roseana Sarney é empossada e promete trabalho*”, (ver anexo A, figura 10) e que narrou toda a solenidade de posse, que aconteceu de forma diferenciada por causa da ocupação no Palácio. Foi o único jornal que informou quem colocou a faixa de governadora em Roseana Sarney, tendo em vista que o ex-governador se negava a sair do palácio e a cumprir esse ritual. Além disso, a matéria dá a sequência da solenidade, desde a diplomação no TRE, até a chegada da governadora na Assembleia Legislativa, descrevendo inclusive como aconteceu a solenidade, até o momento do discurso na sacada e o recebimento da faixa.

No dia da cassação, o referido jornal trouxe matérias que mostravam como o governador tinha acompanhado o julgamento e também a sua decisão em não sair do Palácio. Uma matéria interessante, que foi publicada também no dia 17/04/2011, traz o seguinte título: “*Renúncia pedida ao pai, diploma recebido da tia*”. O texto explicava que Roseana deveria enviar para o seu pai, presidente do senado, uma carta, solicitando a renúncia do cargo de senadora e, em seguida, seria diplomada por sua tia, a desembargadora Nelma Sarney. Apesar de que a desembargadora declinou da diplomação, o enquadramento que nos remete esta matéria é justamente o da decisão judicial, que através de uma jogada política, decide corrigir o resultado de uma eleição fraudada anteriormente.

Apesar dessas matérias do dia da cassação, o enquadramento que é dado para o dia da posse é o de um começo de governo legítimo, considerando a correção nas eleições de 2006. Outro detalhe que deve ser ressaltado são as capas do jornal O Imparcial (ver anexo A, figura 11 e 12) do dia da cassação e do dia da posse; ambas estão marcadas pela cor vermelha, que lembra o PDT, e traz ainda a movimentação de populares, tanto em favor do governador cassado, como da governadora empossada. Finalizando os enquadramentos analisados na cobertura do jornal O Imparcial, volta-se à citação:

A cada instante o mundo está repleto de eventos. Mesmo dentro de um dado evento existe uma infinidade de detalhes noticiáveis. Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase, e apresentação, compostos de pequenas teorias tácitas acerca do que existe, do que acontece e do que é importante. (GITLIN, 1980, p.7)

É fundamental lembrar que esses princípios de seleção, de apresentação, de ênfase estão contidos naquilo que o jornal atribui no momento de construção de sua notícia. Por isso, pode-se perceber essa infinidade de detalhes que são noticiáveis e que diferem entre os jornais, mesmo em se tratando de um mesmo acontecimento, como no caso do objeto desta

pesquisa. Finalizando este ponto sobre a análise dos jornais conclui-se reforçando o que já foi dito antes nesta pesquisa sobre a atividade jornalística. O trabalho do jornalista é permeado por fatores que vão além da simples redação de um texto, pois é necessário considerar todo um contexto histórico, político, social e cultural que está implicado no momento da notícia, que é resultado de um processo de construção social da realidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a realização de uma pesquisa, busca-se manter o foco na questão central que orientou o trabalho, para que no final, se possa responder com clareza aquilo que motivou a realização da investigação. Esta pesquisa, em especial, colocou no centro das discussões questões relacionadas com a mídia, rituais e democracia. A mídia, como construtora de realidades simbólicas incide principalmente na formação de opinião pública e na manutenção de juízos de valores sobre determinados assuntos, e alguns eventos se tornam significativos por causa da importância simbólica concedida pela mídia.

Todos os atos e protocolos emblemáticos nos rituais, especificamente falando aqui, os rituais políticos, ganham reforço e maior legitimação através da mídia. Há de se ressaltar que esta afirmação se sustenta no sentido de que não se aponta apenas para um lado maléfico, que é apresentado por alguns autores, e que são exercidos pelas mídias; o que se aponta é que, dentro de um complexo conjunto social ritualístico, ela reforça alguns momentos em detrimento de outros, tornando-se fundamental para o entendimento do funcionamento desse processo.

Os rituais, incluído os da política, são tradições inventadas que são repassadas culturalmente de tempo em tempo, e que têm na mídia uma relação de parceria no sentido de que, conforme a abordagem será ela quem dará aos rituais o poder de legitimação necessário para que o fato se concretize enquanto definidor de uma determinada situação. O que estamos querendo afirmar com isso é que, num ritual de posse, toda a ação ritualística, dos protocolos e dos momentos de identificação e legitimação, comete a suspensão de um conflito que foi instaurado durante o período de escolha, e, nessa passagem, se não fosse a atuação da mídia, a população não perceberia esse ato.

No caso específico desta pesquisa, o ritual de posse não celebrou o consenso, pois foi uma posse contestada, onde predominou o conflito, no entanto, o papel da mídia foi importante para o desenvolvimento e entendimento de todo o processo. O conflito se instaurou pelo fato de ter se colocado em contraponto dois princípios legitimadores de poder:

o princípio aristocrático e o princípio democrático; e é neste contexto que se traçou a questão central deste trabalho: como a mídia olhou e, de certa forma, narrou esse acontecimento?

Para tentar responder esta questão central, apresentaram-se e abordaram-se temas e conceitos como democracia, democracia representativa e judicialização da política. Como nossa área de atuação não é o Direito, e sim a Comunicação, a intenção aqui não era questionar a validade da decisão judicial e nem polemizar aquilo que estaria certo ou errado. A pesquisa buscou apresentar o que foi noticiado em três jornais impressos da cidade, para se compreender o trabalho desenvolvido no âmbito da divulgação dos fatos.

Optou-se em trabalhar com o enquadramento como uma estratégia para se entender como o acontecimento foi noticiado através da visão de 03 jornais que, entretanto, apresentaram aspectos distintos e diferentes. Cada jornal mostrou a posse a partir daquilo que se tinha como referencial cultural e profissional do fazer jornalístico. Os diferentes quadros apresentados são os frutos do que é reproduzido do cotidiano de uma redação, a contar da seleção do que será noticiado, até como o acontecimento será apresentado. Este trabalho dá maior destaque à cobertura do Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão, porque o primeiro é, declaradamente, oposicionista.

Fazendo um apanhado geral sobre a análise dos jornais e enfocando o enquadramento recebido por ambos, conclui-se que as coberturas mostradas por cada um correspondeu diretamente a um perfil que foi construído num contexto sócio-histórico-cultural e que moldou a percepção que o real assume. No Jornal Pequeno pode-se notar os quadros democráticos, mostrando que o governador Jackson Lago foi eleito pela vontade popular; o quadro da resistência, onde há sempre um confronto entre a defesa da vontade popular e a decisão judicial, com um desrespeito à democracia e, ainda, o quadro de posse, onde o jornal apresenta, com insistência, a fraude em relação à vontade do povo, sem mostrar o início de um governo legítimo.

Reportando-se ao que foi discutido nesta pesquisa, quando no segundo capítulo se apresentou alguns conceitos, inclusive o de democracia e de democracia representativa, entende-se o desrespeito pela vontade geral, que é a forma dos cidadãos de expressar-se através do voto, onde essa vontade geral é transformada em vontade nacional. Nos relatos apresentados na cobertura jornalística do Jornal Pequeno, o enquadramento dado por esse periódico ao caso da cassação e posse, demonstra a inviabilidade do processo democrático e a utilização da justiça numa jogada política, que dá continuidade a um governo oligárquico, como foi descrito no primeiro capítulo. Esse acontecimento narrado por este quadro no Jornal

Pequeno, já faz parte da história política do estado, que é marcada pela forte concentração do poder local nas mãos de alguns grupos.

Na cobertura do jornal O Estado do Maranhão, são repetitivos dois tipos de enquadramentos: o primeiro, o da decisão judicial em corrigir um erro das eleições de 2006 e o segundo seria o da posse, na tentativa de mostrar agora um governo legítimo que reergueria um estado que se encontrava afundado; seria o início de uma nova era para o Maranhão. Dentro do que foi exposto e discutido nesta pesquisa, os quadros apresentados por esse jornal nos remete à formação dos grupos políticos no estado, quando na época, a influência do poder nacional era determinante nas articulações locais e havia mediações entre o nacional e o local, o econômico e o político.

A questão discutida sobre os rituais nos acontecimentos na democracia representativa fica evidente na cobertura dos dois jornais, pois somente se percebe a importância desses ritos no momento de sua ausência. Na cobertura do Jornal Pequeno, há uma negação da existência do ritual de posse; na cobertura do jornal O Estado do Maranhão existe uma tentativa de mostrar como a governadora foi empossada, porém pela falta das condições necessárias para a realização dos protocolos necessários, o que se percebe é a não legitimação de um governo. Não houve, depois da decisão judicial, a identificação necessária para que a Roseana fosse aceita como governadora de todos.

Já na cobertura do jornal O Imparcial o enquadramento que é dado para a posse de Roseana mostra o início de um governo que, mesmo não sendo legitimado pelo povo, está começando com boas perspectivas. Na cobertura desse mesmo jornal, o quadro de resistência reforça a violação dos direitos do cidadão, pois remete a cassação do governador a uma ação inconstitucional que atacou a decisão popular, foi expressa através de um princípio democrático.

Os enquadramentos utilizados pelos jornais regionais sobre a cassação do governador Jackson Lago e a posse da governadora Roseana Sarney são utilizados nos textos, sugerindo uma forma de leitura para os seus respectivos públicos. Não se trata de uma determinação, de uma forma mágica, mas sim, da expressão do fazer jornalismo daquela determinada empresa de comunicação. ENTMAN nos fala que não há, em todas as ciências sociais e humanas, um mapa geral da teoria do enquadramento que mostre como os quadros são constituídos em um texto; na verdade, o que se sabe é que eles existem, pois são percebidos nos modos de fazer, quando se identifica num mesmo fenômeno, num mesmo acontecimento, olhares e maneiras diferentes de apresentá-los e narrá-los.

Neste trabalho se pôde verificar e entender como os enquadramentos se encaixam naquilo que chamamos aqui de construção da notícia. São os quadros, *frames*, que reforçam os aspectos do cotidiano e que vão incidir diretamente na construção de uma realidade que é vivenciada pelos seres humanos. A existência de diferentes quadros na análise desta pesquisa demonstrou a capacidade dos mídia em atuar, modificar e influenciar naquilo que é percebido pelo leitor; na verdade, cada leitor é escolhido através do próprio perfil do jornal que o leva a fazer uma seleção daquilo que será lido e apreendido como informação.

O olhar da mídia sobre o objeto em questão nos remeteu à constatação de que os relatos sobre os acontecimentos e as construções que são feitas a respeito dos mesmos, dependerá sempre de todo um contexto que é estabelecido não somente por regras e critérios fixos de uma produção jornalística, mas além delas, por toda uma conjuntura de percepções, de experiências e de situações num determinado momento, que irão incidir sobre o trabalho dessa atividade profissional.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2007.
- BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís.1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EUSP, 1998.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- CADORIN, Severino; CAVALCANTI, Ademário. **Mais de meio século de luta e resistência**: 53 anos – Jornal Pequeno, 2004.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral (org.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: Edufma, 2009.
- COSTA, Ramon Bezerra. **Sistema Mirante de Comunicação: elementos para uma trajetória do grupo**. 2008. Monografia (Comunicação Social) - Universidade Federal do Maranhão.2008.
- COSTA, Wagner Cabral. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.
- COUTO, Carlos Agostinho Almeida de M. **Estado, Mídia e Oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: DÓRIA, Carlos Alberto. Coronelismo e Oligarquia. Disponível em http://ricafonte.com/historia/textos/Historia_Brasil/Rep%C3%BAblica/Coronelismo%20e%20Oligarquias.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2011
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- Disponível em: <HTTP://www.jornalpequeno.com.br>. Acesso em 21 de setembro de 2010.

Disponível em: <[HTTP://www.imirante.globo.com](http://www.imirante.globo.com)>. Acesso em 21 de setembro de 2010.

Disponível em: <<http://noticiasus.terra.com/tecnologia/interna/0,,OI1219435-EI6667,00.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2011.

Disponível

em<<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2006/10/29/ult27u58694.jhtm>>. acessado em 28 de fevereiro de 2011.

ENTMAN, Robert M. Framing U.S. Coverage of International News: contrasts in narratives of the Kal and Iran Incidents. **Journal of Communication**, 1991.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing news. Austin**: University of Texas Press, 1990. 180p. cap.1, p.3-26. Trad. de MTGF Albuquerque e FFL Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque

GEERTZ, Clifford. **Negara**: O estado teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 1978.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980. Introduction, p.1-18. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada**: reatualização e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. São Luís: Edufma, 2008.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular. 2009.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia.** Disponível em <[HTTP://WWW.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/160](http://WWW.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/160)>. Acessado em 11 de outubro de 2010.

HALL, Stuart, ET AL, “A Produção Social das Notícias: O ‘Mugging’ nos Media”. In: TRAQUINA, Nélon (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 224-248, 1999

JAUREGUI, Gabriel. **Jackson Lago e a Caravana da Libertação.** São Luís: InterBusinessBrasil, 2007.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LIMA, Venício A. de Lima. **Mídia: Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** nº 29, p. 5-34, 1995.

MIGUEL, Luís Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, PP. 483 a 511.

MOURA, Maria Betânia. **Os Nós da Teia. Desatando Estratégias de Faticidade Jornalística.** São Paulo: Annablume, 2006.

MOSCA. Gaetano. **História das Doutrinas Políticas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

PEIRANO. Mariza. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

PINTO, Pâmela Araújo. **As interfaces do jornalismo nacional e regional do Brasil: Roseana Sarney e o caso Lunus.** Niterói: UFF, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, 2010.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e idéias.** Lua Nova 67.

REIS, Flávio M. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão (1850-1936)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SODRE, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 74-90, 1999.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VILFREDO, Pareto. **Sociologia**. organizador: José Albertino Rodrigues; tradução Ruy R. Cunha. São Paulo: Ática, 1894 .

ANEXOS

ANEXO A - Capas, charges e matérias dos jornais Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial³⁰ referentes ao dia da cassação do governador Jackson Lago e a posse da governadora Roseana Sarney.

Figuras apresentadas no Anexo A:

Figura 01 – O Estado do Maranhão, charge do dia 18 de abril de 2009

Figura 02 – Jornal Pequeno, foto publicada na internet do dia 18 de abril de 2009

Figura 03 – Jornal Pequeno, foto publicada na internet do dia 18 de abril de 2009

Figura 04 – Jornal Pequeno, matéria do dia 19 de abril de 2009

Figura 05 – Jornal Pequeno, matéria do dia 19 de abril de 2009

Figura 06 – O Estado do Maranhão, capa do dia 17 de abril de 2009

Figura 07 – O Estado do Maranhão, capa do dia 18 de abril de 2009

Figura 08 – O Estado do Maranhão, matéria do dia 18 de abril de 2009

Figura 09 – O Estado do Maranhão, matéria do dia 18 de abril de 2009

Figura 10 – O Imparcial, matéria do dia 18 de abril de 2009

Figura 11- O Imparcial, capa do dia 17 de abril de 2009

Figura 12 – O Imparcial, capa do dia 18 de abril de 2009

³⁰ A sequência das figuras estão de acordo com a análise do 3º capítulo

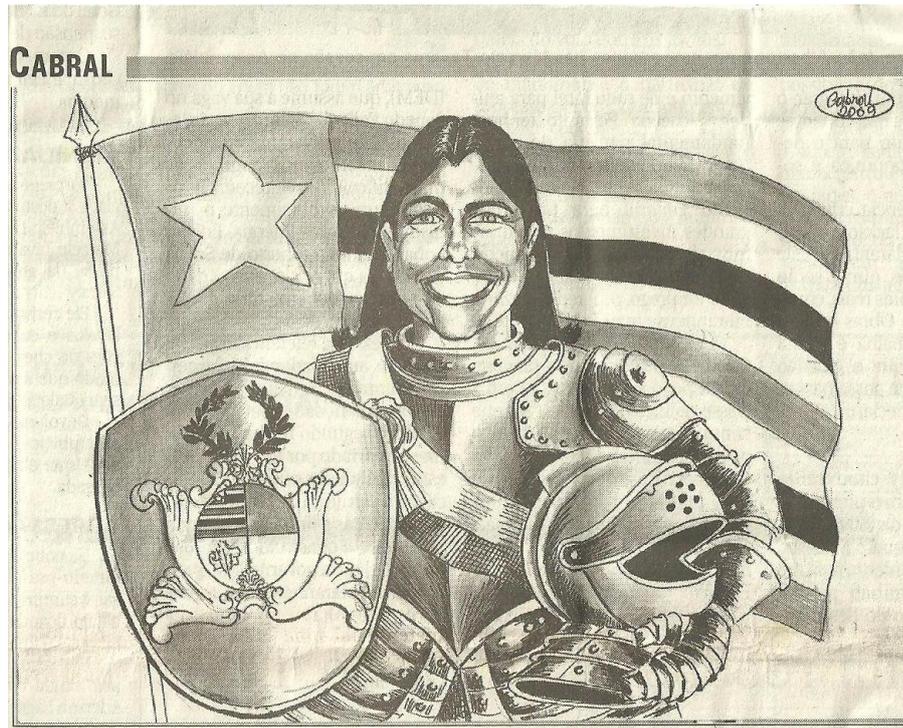


Figura 01.(Fonte:O Estado do Maranhão, charge do dia 18 de abril de 2009)



Figura 02.(Fonte:Jornal Pequeno, foto publicada na internet do dia 18 de abril de 2009)



Figura 03.(Fonte: Jornal Pequeno, foto publicada na internet do dia 18 de abril de 2009)



Figura 04.(Fonte:Jornal Pequeno, matéria do dia 19 de abril de 2009)



Jackson Lago, em protesto pelas ruas contra o golpe, após deixar o Palácio dos Leões

Figura 05.(Fonte: Jornal Pequeno, matéria do dia 19 de abril de 2009)



Figura 06.(Fonte:O Estado do Maranhão, capa do dia 17 de abril de 2009)



Figura 07.(Fonte: O Estado do Maranhão, capa do dia 18 de abril de 2009)

O ESTADO DO MARANHÃO • SÃO LUÍS, 18 DE ABRIL DE 2009, SÁBADO

Roseana prega união e trabalho pelo desenvolvimento do estado

AO TOMAR POSSE, GOVERNADORA DISSE ESTAR PRONTA PARA RECONSTRUIR O MARANHÃO

MARCO AURÉLIO D'ÊÇA
DA EDITORA DE POLÍTICA

A governadora Roseana Sarney (PMDB) tomou posse ontem, na Assembleia Legislativa, pregando a unidade em prol do Maranhão. "Os danos políticos que nos foram causados não nos contaminam com sentimentos ruins. O meu amor pelo Maranhão é maior que tudo isso. Trago uma mensagem de paz e o coração cheio de alegria. Trago as mãos estendidas a todos que queiram participar desta reconstrução", afirmou. Os termos "reconstrução" e "retomada" foram recorrentes em todo o discurso de Roseana, que optou por falar da tribuna do Palácio Manoel Beckman, após ser empossada pelo presidente da Casa, Marcelo Tavares (PSB).

Marcada pela tranquilidade e pela alegria das grandes solenidades políticas, a posse de Roseana Sarney reuniu centenas de pessoas no novo complexo que forma a Assembleia Legislativa. Senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e populares de todo o Maranhão foram saudá-la. Ela assumiu o governo depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir confirmar a cassação do mandato do pedetista Jackson Lago, por abuso do poder político nas eleições de 2006. O clima de festa contagiou também o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), onde ela fora diplomada momentos antes (ver matéria nesta página).

Momento marcante foi protagonizado pelo presidente Marcelo Tavares. Contrariando aliados de Jackson Lago, que o pressionaram a não dar posse a Roseana, afrontando a decisão judicial e as leis, o parlamentar comandou a solenidade de forma serena. E deixou claro que a Casa não será usada como instrumento político para criar embaraços inconstitucionais. Mesmo assim, Tavares afirmou também que está em lado oposto ao de Roseana Sarney no ambiente político do estado.

Na condição de governadora, Roseana reuniu-se com auxi-



Roseana Sarney e João Alberto foram empossados por Marcelo Tavares em sessão na Assembleia

educação, da cultura, integrar o Maranhão e dar aos maranhenses um caminho seguro para o desenvolvimento econômico e social", disse.

Em uma referência crítica às administrações de Jackson Lago – em São Luís e no Maranhão –, ela ressaltou que suas obras serão reais. "Vim fazer obras reais, como eu fiz no passado. Obras onde o pai de família trabalha e ganha dinheiro e obras que o cidadão possa ver e por onde possa passar, ele e o progresso", declarou.

PARCERIAS

Roseana Sarney citou várias vezes a parceria com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem revelou ter estado no início da semana. "O presidente Lula me garantiu: 'O Maranhão precisa retomar o caminho do desenvol-

vimento e de tudo farei para ajudar a Roseana'. Portanto, tenho a fundamental parceria do presidente. Venho com o compromisso do apoio incondicional do Governo Federal para trazermos grandes investimentos, explorarmos os potenciais econômicos, qualificar nossa mão-de-obra, gerar emprego, progredir e fazer o maranhense mais feliz", disse.

A nova governadora fez questão de citar, também, a parceria com o povo maranhense e com a classe política do estado. "Sei que conto e contarei sempre com o povo maranhense, com o apoio das lideranças, dos vereadores e dos prefeitos, dos deputados federais, dos deputados estaduais e dos senadores", disse ela, citando nominalmente os senadores Epitácio Cafeteira (PTB), Lobão Filho (PMDB) e Mauro Fecury (DEM), que assume a sua vaga no Senado Federal. "Refiro-me, é claro, aos que estiveram firmes comigo, mesmo nos momentos mais difíceis", esclareceu. Também citou nominalmente o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a João Alberto de Sousa (PMDB), a quem classificou de "o vice-governador que todo governador gostaria de ter".

Ela fez uma referência especial também ao senador José Sarney, presidente do Senado. "O nosso estado, abençoado por Deus, é dono do segundo maior litoral do Brasil e cortado por rios perenes. A essas dádivas, se soma a magnífica infra-estrutura de portos, ferrovias, rodovias e linhas de energia projetados e construídos por José Sarney", disse a governadora, para concluir: "Maranhenses, o trabalho está de volta".

Roseana recebe diploma no TRE

DÉCIO SA

Figura 08.(Fonte: O Estado do Maranhão, matéria do dia 18 de abril de 2009)

Figura 09 . (Fonte: O Estado do Maranhão, matéria do dia 18 de abril de 2009)

Posse de Roseana repercute no interior

A posse de Roseana Sarney no Governo do Maranhão repercutiu nos municípios maranhenses. Nos maiores colégios eleitorais do estado, cidadãos comuns, políticos e empresários mostraram-se otimistas com o novo governo que se inicia, embora o tempo de mandato seja inferior a dois anos.

Em Imperatriz, na Região Tocantina, empresários e políticos manifestaram otimismo quanto ao novo governo estadual. "A classe empresarial tem boa expectativa. Roseana Sarney tem experiência e conhece a fundo os problemas do Sul do Maranhão, principalmente a nossa região. Temos consciência, também, que a governadora precisará de firmeza e atitudes ágeis em seu mandato", disse o presidente da Associação Comercial, Gilson Kyt.

O vereador Joel Costa declarou que a Câmara de Imperatriz espera que, diferentemente do governo anterior, Roseana Sarney possa dar à Região Tocantina uma política distinta, de valorização e de desenvolvimento do Sul do estado.

O presidente da Câmara, Hamilton Miranda, afirmou acreditar num relacionamento amistoso entre os poderes de Imperatriz e a governadora Roseana, no intuito de a região ser beneficiada com mais investimentos em infraestrutura e industriais.

O jornalista João Rodrigues, da equipe do Sistema Mirante de Imperatriz, relatou que o anúncio da posse de Roseana Sarney no governo estadual foi bem recebido entre os tocantinos, de um modo geral. "No centro da cidade, fogos e comemorações dentre correligionários, simpatizantes e eleitores. Policiais, que durante todo o governo Jackson Lago foram massacrados com perdas salariais e falta de condições de trabalho, não conseguiram esconder a aprovação sobre a decisão do TSE", informou Rodrigues.

Em Timon, na divisa com o Piauí, logo depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou a cassação de Jackson Lago, não foram registradas manifestações públicas. "O que vale é a decisão



Roseana Sarney tem recebido o apoio de políticos e da população

da Justiça", resumiu o professor Lino Mendes. No dia seguinte, segundo apurou a filial da TV Mirante, não ocorreram passeatas ou carreatas. Apenas alguns carros de som saíram às ruas para divulgar mensagens pró e contra Roseana, promovidos pela classe política da região, dividida entre governistas e opositores.

EXPECTATIVA

Segundo fontes de Timon, há expectativa quando à nova equipe de Roseana Sarney, pois o ex-prefeito da cidade, Chico Leitoa (PDT), atualmente dirige a seção regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), cargo este de indicação do Executivo maranhense ao

Governo Federal. Entretanto, nenhum nome foi anunciado ainda.

No município de Santa Inês, a jornalista Juciléia Marques relatou que a cidade amanheceu tranquila no dia seguinte à confirmação da cassação de Jackson Lago e o anúncio da posse de Roseana Sarney. "Muitos servidores municipais telefonaram para a TV. Alguns tentando enviar mensagens de otimismo à governadora, outras em busca de informações sobre o que está acontecendo em São Luís. Tentamos falar com o prefeito Robert Bringel (DEM), mas ele está viajando", relatou a repórter.

Em Caxias (a 350 quilômetros de São Luís), a correspondente de O Estado, Anele de Paula, relatou

que houve queima de fogos e carreatas pela cidade, na noite da quinta-feira (16). Ontem, não foi registrada nenhuma manifestação pública e a classe política caxiense não foi encontrada pela reportagem local para comentar o assunto. "O que notamos de diferente foi uma quantidade maior de policiais militares em ronda pelo centro da cidade, próximo a prédios públicos. Mas não houve nenhum anúncio de depredações ou badernas por parte de grupos políticos locais", ressaltou.

ANIVERSÁRIO

Em Bacabal (a 235 quilômetros de São Luís), ontem (17), houve pouco espaço para manifestações públicas acerca da cassação de Jackson Lago e a consequente posse de Roseana Sarney no Governo, pois foi comemorado o aniversário de 89 anos da cidade, segundo reportou Daniele Araújo, da filial da TV Mirante.

"A não ser pessoas conversando sobre o assunto pelas esquinas, não houve protestos, nem carreatas dos políticos. A cidade amanheceu tranquila e a maioria das pessoas estava com a atenção voltada para a comemoração pelo aniversário da cidade", observou Daniele.

Em Pinheiro, na Baixada Maranhense, houve carreatas e queima de fogos na quinta-feira (16), seguida de uma festa na praça central da cidade, que varou a madrugada, segundo informações de Nelson dos Santos, diretor da TV Pericumã.

"Na carreata havia cerca de 80 automóveis. Também tinha trios elétricos, que animaram a festa na Praça José Sarney, depois da carreatas. Hoje (ontem, 17), a cidade amanheceu tranquila. Na sessão da Câmara Municipal, a maioria dos parlamentares falou da importância da decisão do TSE, em fazer valer a Justiça", destacou Santos. Ele disse também que o prefeito Filadelfo Mendes, o Filuca, viajou para São Luís para assistir a posse de Roseana Sarney.

Roseana Sarney é empossada e promete trabalho

CARLA LIMA
DA EQUIPE DE O IMPARCIAL

Tomou posse, ontem, na Assembleia Legislativa, a governadora Roseana Sarney (PMDB) e seu vice, João Alberto (PMDB). Em seu primeiro discurso como chefe do Poder Executivo, Roseana convidou todos para participar do governo e disse que vai retomar com obras e investimentos nas áreas de educação, saúde e segurança. O secretário completo do novo governo será divulgado na segunda-feira.

Antes de ser empossada na Assembleia Legislativa, a governadora Roseana Sarney recebeu diploma no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A chegada da senadora a sede do tribunal foi tumultuada. Muitos simpatizantes e membros de movimento estudantil se aglomeraram na frente e também no pátio do TRE.

Em sessão presidida pelo vice-presidente do tribunal, Joaquim Figueiredo dos Anjos, já que a presidente, Nelma Sarney, preferiu declinar e não participar da sessão solene, o vice-governador, João Alberto, foi o primeiro a ser diplomado. A governadora disse, logo após a diplomação, que o momento é para trabalhar principalmente nas áreas de segurança e educação.

Sobre a resistência do ex-governador, apenas o deputado Ricardo Murad se pronunciou. Ele disse que depois da posse de Roseana Sarney, Jackson Lago iria repensar seu posicionamento. "Deixo o tempo passar mais um pouco. Depois da posse da governadora tenho certeza que ele (Jackson Lago) vai repensar seu posicionamento", garantiu Murad.

Já na Assembleia, onde Roseana Sarney foi recebida com a apresenta-

NEIDSON MOREIRA



ROSEANA SARNEY APRESENTA O DIPLOMA DE GOVERNADORA DO MARANHÃO AOS ALIADOS NO TRE. NA ASSEMBLEIA, ASSINA TERMO DE POSSE

KARLOS GEROIMY



ção de cinco deputados (Vitor Mendes, Fátima Vieira, César Pires, Chico Gomes e Ricardo Murad) para buscar a governadora, o vice-governador e demais autoridades dos três Poderes.

Com a presença de todos os deputados que eram de oposição ao governo de Jackson Lago e mais quatro parlamentares que eram da base de apoio do ex-governador, Roseana

assinou o termo de posse e fez o juramento. Após foi a vez de João Alberto. Com o término do protocolo de posse, a governadora Roseana Sarney iniciou o seu primeiro discurso como a nova chefe do Executivo.

Ela agradeceu a Justiça Eleitoral pela decisão de cassar Jackson Lago. "Agradeço à justiça pela isenção e eficácia da decisão que dignifica a de-

mocracia e restaura a vontade popular", afirmou a governadora, que ressaltou ainda que vai contar com o "apoio incondicional" do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Após o pronunciamento da governadora, o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Tavares, justificou sua presença na sessão de posse apesar das críticas de seus aliados. Em um discurso sóbrio, Tavares disse que estava cumprindo decisão judicial e que como presidente da Assembleia não poderia deixar de cumprir obrigações do cargo. Marcelo Tavares ressaltou ainda que decisões judiciais devem ser contestadas na justiça.

"Estou a cumprir a determinação judicial, na qualidade de presidente desta Casa, como é o meu dever. Embora a governadora que hora assume eu, como político, tenhamos posições opostas e seja diferente a nossa visão de Estado, cumpro, neste momento, uma determinação judicial na realização de ato que cabe à Assembleia praticar", afirmou o presidente.

Após o discurso do presidente

Secretariado mexe na Assembleia Legislativa

Apesar de Roseana Sarney anunciar oficialmente o seu secretariado somente na segunda-feira, a equipe do governo está praticamente definida. Entre os deputados estaduais serão secretários Ricardo Murad (PMDB), Max Barros e César Pires (ambos do DEM) e Hélio Soares (PP). Nomes conhecidos como Sérgio Macedo, Filuca Mendes e Hildon Rocha — os dois últimos ex-prefeitos e aliados históricos da governadora — estão na lista.

Para as vagas dos cinco deputados estaduais que devem debater a Assembleia para compor a equipe de trabalho de Roseana Sarney estão cogitados o ex-presidente Manoel Ribeiro (PTB), Fábio Henrique Ramos Braga e

de, ontem, secretário de Estado de Segurança.

Os nomes comuns, que estão sendo cogitados são Bulcão ou Miguel Reis para a pasta de Cultura; Sérgio Macedo na Comunicação; Chiquinho Escórcio ficará onde mais gosta, em Brasília, além de Washington Rio Branco, que por muitas vezes tentou ser deputado e vereador, que pode ocupar a pasta de Meio Ambiente.

As novidades da vez são Patrícia Lobão, que deve ficar com a pasta de Mulher, e Tadeu Palde, médico e pedetista que perdeu o cargo depois da derrota nas eleições de 2008 que agora tem a oportunidade de renascer só que desta vez do lado oposto do seu grupo político na pasta de Turismo. Como os

João Alberto, o vice, assumirá governo

O IMPARCIAL ONLINE

A governadora Roseana Sarney (PMDB-MA), que assumiu o cargo em lugar de Jackson Lago (PDT), anunciou que se afastará do cargo. O pedido de licença se consumará em 10 ou 15 dias,

Quem assume o Governo em sua ausência é o ex-governador e atual vice de Roseana, João Alberto Souza. Durante pelo menos quatro meses ela estará afastada, segundo informações de sua assessoria de imprensa.

A operação estava marcada

Figura 10. (Fonte: O Imparcial, matéria do dia 18 de abril de 2009)



Figura 11. (Fonte: O Imparcial, capa do dia 17 de abril de 2009)

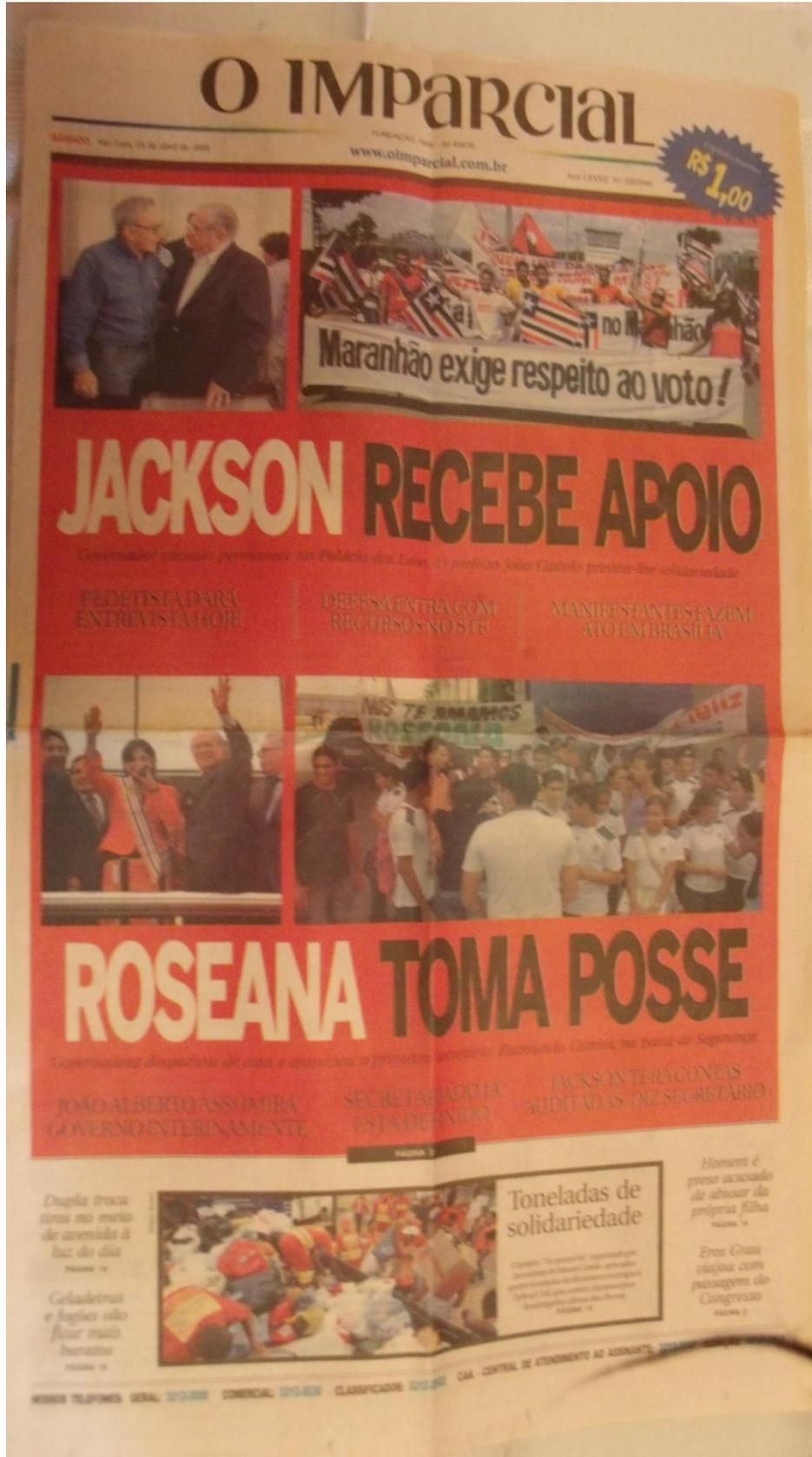


Figura 12. (Fonte: O Imparcial, capa do dia 18 de abril de 2009)

ANEXO B- Cobertura jornalística da posse contestada da governadora Roseana Sarney nos Jornais: Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial

Tabela 1 – 1º Período de cobertura do Jornal Pequeno – 13 a 19 de dezembro de 2008

Capa	TSE rejeita pedido de Jackson Lago para adiar o julgamento de processo.		
Data	Matérias internas	Espaço ³¹	Enquadramento ³²
13/12/2008	TSE rejeita pedido de Jackson Lago para adiar o julgamento de processo.	1/4	+
	Jornal do Clã Sarney ofende Palestinos e chama trabalhadores de e Neiva Moreira de Terroristas	1/8	0
	A trapaça em julgamento	1/4	-
Capa	Golpe não! Derrotado em 2006, Sarneisismo quer ressuscitar na 'marra' no MA		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
14/12/2008	A Judicialização da política	1/2	-
	Povo derrota Sarney e liberta o Maranhão: Jackson Lago é o novo governador do estado	1/4	-
	A honra venceu a vergonha	1/4	-
	Família Sarney tem a primeira derrota em 40 anos de domínio	1/2	-
	Frente de Libertação denuncia	1/4	-

³¹ Espaço referente a matéria na página do jornal

³² Tendo a posse como objeto, o enquadramento aqui será considerado: (0) neutro, quando a matéria não se referir diretamente ao caso; (-) negativo, quando expressar aspecto contra a posse e (+) positivo quando expressar aspecto favorável à posse

	venda de votos		
	Imperatriz aplica uma nova surra em Roseana	1/8	-
	Personagens destacadas na vitória de 2006 falam ao JP	1/8	-
Capa	“Cassação de Jackson lago é tentativa de golpe de estado”		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
15/12/2008	Rezek vê “golpe de estado” em tentativa de cassar Jackson	1/2	-
	Eis na íntegra o memorial de Francisco Rezék	1/2	-
	Pecuaristas destacam parceria com o governo e dão apoio a Jackson Lago	1/4	-
Capa	Cúpula Nacional do PSDB condena golpe de Sarney contra Jackson		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
16/12/2008	Cúpula Nacional do PSDB condena golpe de Sarney contra Jackson	1/4	-
	Defesa de Jackson lago diz que MP erra ao apontar o abuso	1/8	-
Capa	TSE adia julgamento do processo contra Jackson		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
17/12/2008	TSE adia julgamento do processo contra o governador Jackson Lago	1/4	-
	MST e movimentos sociais pedem em Brasília respeito ao povo Maranhense	1/8	-
Capa	TSE adia outra vez julgamento da ação de contra Jackson Lago		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
18/12/2008	Deputado denuncia que grupo Sarney tem informações privilegiadas na justiça	1/2	-
Capa	TSE não cassa Jackson e frustra José Sarney		

Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
19/12/2008	Jackson diz que movimentos despertam atenção do Brasil para o golpe no Maranhão	1/4	-

Tabela 2 – 2º Período de cobertura do Jornal Pequeno – 01 a 07 de março de 2009

Capa	Corrupção dos Sarney volta a atrair a imprensa nacional		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
01/03/2009	Escândalos do clã Sarney voltam a atrair imprensa.	1/2	-
	Rede democrática da Balaiada denuncia tentativa de golpe contra Jackson lago	1/2	-
Capa	Frei Beto manifesta solidariedade a Jackson e repudia tentativa de golpe		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
02/03/2009	Eros Grau visitou Sarney antes da votação na CCJ e agradeceu a ajuda	1/4	-
	Carreata percorre bairros de São Luís em apoio a Jackson Lago	1/2	-
Capa	TSE cassa mandato de Jackson Lago		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
04/03/2009	TSE cassa mandato de governador e vice do MA	1/8	+
	Jackson diz que resistirá, com o risco da própria vida, ao domínio de Sarney	1/8	-
Capa	Especialista em Direito eleitoral da USP afirma: Chance de Jackson reverter decisão do TSE é maior que de Lima Cunha		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
05/03/2009	Especialista em Direito eleitoral da USP afirma: Chance de Jackson reverter decisão do TSE é maior que de Lima Cunha	1/4	-
	Executivo do PDT apóia governador cassado e ataca seus	1/2	-

	adversários		
Capa	FHC diz que tem que ter novas eleições		
Data 07/03/2009	Matéria interna FHC critica cassação de governadores e diz que tem que haver novas eleições	Espaço 1/4	Enquadramento -
	PDT diz que Jackson Lago vai lutar para recuperar mandato até o último recurso	1/4	-
	Governador acredita que TSE poderá corrigir cassação	1/2	-

Tabela 3 - 3º Período de cobertura do Jornal Pequeno – 12 a 18 de abril de 2009

Capa	Roseana pode ficar sem mandato e sem governo		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
12/04/2009	Roberto Rocha: Não podemos esquecer que existe um processo no TSE contra Roseana	1/4	-
	Semana decisiva para Jackson e Roseana	1/8	0
	Se assumir governo, Roseana corre o risco de ser cassada e perder o mandato de senadora	1/2	-
	Deu na revista consultor jurídico. Decisão sem maioria: defesa diz que TSE errou no julgamento de	1/2	-

	Jackson		
	Presidente do TER antecipa cassação do governador Jackson Lago. Nelma Sarney convoca polícia para diplomação de Roseana	1/2	+
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
14/04/2009	Nelma Sarney convoca a polícia para avisar que o TER vai diplomar Roseana. Desembargadora antecipa cassação de Jackson Lago	1/4	+
Capa	TSE admite que terceiro prejudicado pode intervir no processo de cassação		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
16/04/2009	TSE retira de pauta o julgamento dos embargos contra cassação de Jackson Lago	1/8	+
	Ministro do TSE admite que o “terceiro prejudicado” pode intervir no processo	1/4	-
	Presidente da Assembléia defende mandão de Jackson mas pede respeito a decisão judicial	1/4	+
Capa	Derrotado no voto Zé Sarney retoma na marra o poder no Maranhão		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
17/04/2009	Derrotado no voto Zé Sarney retoma na marra o poder no	1/2	+

	Maranhão		
	Jackson diz que não aceitará golpe e que ficará no Palácio	1/4	-
	TSE mantém cassação de Jackson Lago e manda Roseana assumir o governo no Maranhão	1/2	+
	Manifestantes fazem ato de apoio a Jackson Lago em frente ao TSE	1/8	-
	Jackson diz que não aceitará golpe e que ficará no Palácio	1/2	-
	Secretariado de Roseana Sarney já estaria definido	1/8	+
Capa	Roseana é empossada como governadora do Maranhão		
Data	Matérias internas	Espaço ³³	Enquadramento
18/04/2009	Jackson poderá deixar hoje o Palácio dos Leões		+
	PDT protesta contra o afastamento de Jackson		-
	Nota da Executiva Nacional do PDT		-
	Jackson Lago entra com novo recurso no STF contra cassação de seu mandato		-
	Forte esquema de segurança para a posse de Roseana Sarney		+

³³ Essas matérias foram retiradas do site do Jornal Pequeno, por isso, não podemos dimensioná-las nas páginas do jornal.

Capa	Jackson lago deixa palácio e faz protesto contra golpe de sarney		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
19/04/2009	Jackson Lago sai do Palácio e faz caminhada em protesto contra golpe de José Sarney	1/2	-
	Gente do povo grita, protesta e chora em frente ao Palácio	1/8	-

Tabela 4 – 1º Período de cobertura do Jornal O Estado do Maranhão - 13 a 19 de dezembro de 2008

Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
13/12/2008	Ministro do TSE nega pedido de Jackson para adiar seu julgamento	1/4	+
	Tramitação correta	1/8	+
Capa	Processo contra Jackson Lago pode ser julgado esta semana		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
14/12/2008	Entenda o caso	1/4	+
	Governistas tentam incitar população	1/4	0
	Deputados reagem a clima de violência	1/4	0
	Processo contra Jackson Lago pode ir a julgamento nesta semana	1/2	+
	Verdades e inverdades	1/8	0
	Seis denúncias da ação contra Jackson	1/8	+
	Em Caxias, obras fantasmas e uma construtora que virou funerária	1/8	+
	Comitê eleitoral recebeu como se fosse consultório médico	1/8	+
	Prefeito de Colinas “emprestou” dinheiro para obra inexistente	1/8	+

	Esquema usou Porto Franco e João Lisboa para comprar votos em Imperatriz	1/8	+
	Tuntum: governador desmente prefeito e ratifica tribunal	1/8	+
	Em Grajaú, cabo eleitoral usou analfabetos para “lavar” R\$ 714 mil	1/8	+
	Oposição a Jackson começa a dar respostas	1/4	+
	Jackson dá como certo adiamento	1/8	+
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
15/12/2008	Provas do Esquema	1/2	+
	Agitação e Silêncio	1/8	0
	Os motivos	1/8	0
	Jackson não rebate as acusações do processo	1/8	+
	TSE analisará processo que aponta esquema para eleger Jackson Lago	1/4	+
Capa	Processo contra Jackson pode ter desfecho hoje		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
16/12/2008	Processo contra Jackson pode ser julgado hoje à noite no TSE	1/4	+
	Tucanos saem em defesa de Lago	1/8	-
	Entenda o caso	1/8	+
	Um crime anunciado, organizado e em execução	1/2	+
	Líderes da ‘Balaiada’ tentam manter rotina	1/2	0
Capa	TSE julga hoje ação contra Jackson Lago		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
17/12/2008	Fracassa ato estudantil pró-Jackson	1/2	+
	Entenda o caso	1/8	+
	Governador afirma estar tranquilo	1/8	+

	A conversa de sempre	1/8	+
	Presidente do TSE marca para hoje o julgamento de Jackson	1/2	+
Capa	Adiado para hoje desfecho do processo contra Jackson Lago		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
18/12/2008	TSE transfere para hoje sessão que julgará cassação de Jackson	1/2	+
	Governador sem apoio	1/8	+
	Movimento apela para ato ecumênico	1/2	-
Capa	Relator vota pela cassação de Jackson Lago e Luiz Porto		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
19/12/2008	Mobilização pró-Jackson foi menor	1/8	+
	Relator defende a cassação de Jackson em julgamento no TSE	1/2	+
	Sinais sugestivos	1/8	+

Tabela 5 - 2º Período de cobertura do Jornal O Estado do Maranhão – 01 a 07 de março de 2009

Capa	TSE prepara-se para o julgamento de Jackson		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
01/03/2009	Entenda o caso	1/8	+
	TSE prepara-se para retornar o julgamento de Jackson Lago	1/4	+
	Bastidores do julgamento adiado de Jackson Lago	1/8	+
Capa	TSE decidirá destino de Jackson Lago hoje		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
03/03/2009	Governo tenso	1/8	0
	Filho nega ter convívio com Vidigal	1/2	0
	TSE deve retomar julgamento de Jackson Lago na sessão de hoje	1/2	+
Capa	JACKSON CASSADO		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
04/03/2009	Cassação é comemorada com carreatas	1/4	+
	Jackson Lago diz que recorrerá	1/4	-

	ao TSE		
	TSE decide cassar Jackson e determina a posse de Roseana	1/4	+
	Procurador ratifica parecer do MPE	1/4	+
	O fim da balaiada	1/8	+
Capa	“Aguardarei com calma a decisão do TSE” diz Roseana		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
05/03/2009	Roseana espera com serenidade decisão final da justiça eleitoral	1/2	+
	Grande maioria?	1/8	0
	Cassação repercute em Brasília e SL	1/2	+
	Jackson recorrerá ao TSE contra decisão de cassar o seu mandato	1/2	-
Capa	TSE pode iniciar análise de recursos em dez dias Artigo transcrito de O Estado de São Paulo: Mais um governador cassado Editorial: Exemplo do TSE		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
06/03/2009	Lobão Filho reafirma as acusações	1/4	+
	Retrato sem retoques	1/8	0
	Rezek quer discutir a substituição	1/4	-
	TSE deve apreciar recursos de Jackson a partir de 16 deste mês	1/8	-
Capa	Governistas condenam-se após cassação de Jackson		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
07/03/2009	Terra arrasada	1/8	+
	Depois da cassação, aliados de Jackson Lago trocam acusações	1/2	+

Tabela 6 - 3º Período de cobertura do Jornal O Estado do Maranhão – 12 a 18 de abril de 2009

Capa	Maioria de São Luís acha justa cassação de Jackson		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
12/04/2009	Em São Luís mais de 65% dizem que cassação de Jackson foi justa	1/2	+

	TSE poderá definir mudança no comando do Maranhão terça-feira	1/2	+
Capa	Cassação de Jackson pode ser confirmada amanhã		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
13/04/2009	Recursos de Jackson poderão ser julgados amanhã pelo TSE	1/2	+
Capa	TSE pode confirmar hoje cassação de Jackson Lago		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
14/04/2009	Tensão e Factóides	1/8	+
	TSE deve apreciar hoje recursos contra cassação de Jackson Lago	1/2	+
	Acordo tem a assinatura de falecido	1/4	+
Capa	TSE barra tentativa de evitar posse de Roseana		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
15/04/2009	TSE arquiva tentativa de Aderson de impedir a posse de Roseana	1/4	+
	TER quer evitar depredações	1/8	+
	Embargos serão julgados quinta-feira	1/8	+
	Jogada Frustrada	1/8	+
	PMDB encaminha denúncia ao TSE	1/4	+
Capa	Jackson tenta manobra no TSE para adiar julgamento		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
16/04/2009	Estudantes aprovam decisão do TSE	1/4	+
	Liberação de repasses extras é questionada	1/8	+
	Tudo pronto	1/8	+
	Jackson Lago tenta, mais uma vez, adiar seu julgamento no TSE	1/2	+
	Fim da irresponsabilidade	1/8	+
Capa	Jackson Lago cassado; Roseana assume hoje		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
17/04/2009	TSE confirma: Jackson Lago sai e Roseana assume o governo hoje	1/2	+
	Jackson volta a pregar resistência	1/8	-

	ao TSE		
	Roseana anuncia que segurança pública e saúde são prioridades	1	+
Capa	Roseana Governadora		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
18/04/2009	Supremo rejeita ação de Jackson contra posse de Roseana Sarney	1/2	+
	OAB repudia resistência do ex-governador	1/8	+
	Agressão a jornalista da TV Mirante é alvo de críticas	1/8	+
	Roseana prega união e trabalho pelo desenvolvimento do estado	1/2	+
	Roseana recebe diploma no TER	1/4	+
	Marcelo resiste à pressão e preside posse	1/8	+
	Desembargado prega respeito à Justiça	1/2	+
	Posse de Roseana repercute no interior	1/2	+

Tabela 7 - 1º Período de cobertura do Jornal O Imparcial – 13 a 19 de dezembro de 2008

Capa	Frente “Antigolpe”		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
16/12/2008	Jackson: solidariedade de governador e de tucanos	1/2	-
	Jackson Lago afirma que confia na justiça	1/4	-
	Governador da BA declara apoio durante evento	1/4	-
Capa	Julgamento de Jackson TENSÃO e EXPECTATIVA		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
17/12/2008	TSE adia julgamento de processo contra Jackson	1/2	-

	Políticos na expectativa	1/8	-
	MST vai a Brasília denunciar	1/4	-
	Discurso e poesia em protesto popular	1/4	-
Capa	Julgamento de Jackson		
	ANGÚSTIA CONTINUA. AUMENTA TENSÃO		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
18/12/2008	Jackson acompanha por telão em acampamento	1/4	-
	Populares mantêm vigília em frente ao Palácio	1/2	-
	TSE “racha” e julgamento de processo fica para hoje	1/2	-
Capa	MINISTRO ADIA JULGAMENTO. POVO FESTEJA NO PALÁCIO		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
19/12/2008	Jackson: Pedido de vistas adia julgamento no TSE	1	-
	Manifestantes ocupam Palácio	1/4	-

Tabela 8 - 2º Período de cobertura do Jornal O Imparcial – 01 a 07 de março de 2009

Capa	Carreata pró-Jackson de volta às ruas de São Luís		
Data	Matérias internas	Espaço	Enquadramento
02/03/2009	Carreata pró-Jackson em São Luís	1/4	-
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
03/03/2009	Processo contra Jackson volta ao plenário do TSE	1	-
Capa	TSE CASSA JACKSON		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
04/03/2009	TSE cassa mandatos de governador e vice do Maranhão	1	+
	A luta continua, afirma Jackson após resultado	1/4	-
Capa	DEFESA DE JACKSON PREPARA CONTRA - ATAQUE		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
05/03/2009	Jackson garante que primou por lisura das eleições	1/8	-

	Solidariedade de prefeitos a Jackson	1/2	-
	Decisão do TSE divide opinião de parlamentares	1/4	0
	Abuso de poder político motivou cassação	1/2	+
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
06/03/2009	Decisão ameaça eleição de 2010	1/2	0
	Brizola Neto questiona decisão do TSE	1/4	-
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
07/03/2009	PDT diz que Maranhão já disse “‘não’ a Sarney”	1/4	-
	Apoio a Jackson em convenção nacional do PDT	1/2	-
	Ministro: TSE cometeu injustiça ao cassar Lago	1/2	-

Tabela 9 - 3º Período de cobertura do Jornal O Imparcial – 12 a 18 de abril de 2009

Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
13/04/2009	Eros Grau eleito o Judas do Laborarte	1/8	-
Capa	NELMA SARNEY ANTECIPA DECISÃO DO TSE E PEDE SEGURANÇA PARA POSSE DE NOVA GOVERNADORA		
	PSDB RECORRE AO TSE PARA IMPEDIR POSSE DE ROSEANA		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
14/04/2009	Aderson Lago vai ao TSE contra a posse de Roseana	1/2	-
	Líder prevê traição de deputados	1/4	-
	Recursos de Jackson Lago podem ser votados hoje	1/4	-
	Nelma Sarney solicita policiamento antecipado	1/2	+
Capa	Não teve matéria de capa		

Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
15/04/2009	TSE não julga recursos do governador do Maranhão	1/2	+
	Presidente do TRE nega precipitação em medidas	1/4	+
	Deputados em clima de despedida	1/4	+
Capa	Não teve matéria de capa		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
16/04/2009	Incerto julgamento de recursos	1/4	0
	Jackson: Deputados e MST manifestam apoio	1/4	-
Capa	Jackson Resiste		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
17/04/2009	Jackson Lago diz que não deixará Palácio	1/2	-
	Governador lembrou que jurou cumprir Constituição e que somente sairá se deputados escolherem, de forma indireta, um novo chefe do Executivo	1/4	-
	Ministros rejeitam embargos	1/4	+
	Renuncia pedida ao pai, diploma recebido da tia	1/8	+
	Ação no TSE contra Roseana	1/8	-
Capa	JACKSON RECEBE APOIO ROSEANA TOMA POSSE		
Data	Matéria interna	Espaço	Enquadramento
18/04/2009	Secretariado mexe na Assembléia Legislativa	1/8	+
	Protesto para trânsito em Brasília Executiva nacional do PDT lança nota	1/4	-
	Jackson mantém vigília no Palácio dos Leões	1/2	-
	Roseana Sarney é empossada e promete trabalho	1/2	+

